



ROGÉRIO LUID MODESTO DOS SANTOS

MOVIMENTOS (D)E RESISTÊNCIA NO ESPAÇO URBANO

**CAMPINAS,
2014**



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE ESTUDOS DA LINGUAGEM**

ROGÉRIO LUID MODESTO DOS SANTOS

MOVIMENTOS (D)E RESISTÊNCIA NO ESPAÇO URBANO

**Dissertação de mestrado apresentada
ao Instituto de Estudos da Linguagem
da Universidade Estadual de Campinas
para obtenção do título de Mestre em
Linguística.**

Orientadora: Profa. Dra. Suzy Maria Lagazzi

**CAMPINAS,
2014**

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca do Instituto de Estudos da Linguagem
Teresinha de Jesus Jacintho - CRB 8/6879

M72m Modesto, Rogério, 1986-
Movimentos (d)e resistência no espaço urbano / Rogério Luid Modesto dos Santos. – Campinas, SP : [s.n.], 2014.

Orientador: Suzy Maria Lagazzi.
Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem.

1. Análise de discurso. 2. Movimentos sociais urbanos. 3. Resistência cultural.
I. Lagazzi, Suzy, 1960-. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Estudos da Linguagem. III. Título.

Informações para Biblioteca Digital

Título em outro idioma: Moviments of/and resistance in the urban space

Palavras-chave em inglês:

Discourse analysis

Urban social movements

Cultural resistance

Área de concentração: Linguística

Titulação: Mestre em Linguística

Banca examinadora:

Suzy Maria Lagazzi [Orientador]

Claudia Regina Castellanos Pfeiffer

Helson Flávio da Silva Sobrinho

Data de defesa: 21-02-2014

Programa de Pós-Graduação: Linguística

BANCA EXAMINADORA:

Suzy Maria Lagazzi

Suzy Maria Lagazzi

Claudia Regina Castellanos Pfeiffer

Claudia R.C. Pfeiffer

Helson Flávio da Silva Sobrinho

Helson Flávio da Silva Sobrinho

Lauro José Siqueira Baldini

Rodrigo Oliveira Fonseca

IEL/UNICAMP
2014

ABSTRAC

The dissertation aims to question the ways in which social movements, specifically urban social movements, situate resistance in the signification of the city and the townspeople. Based on the theoretical device of the Discourse Analysis of materialistic orientation, we seek to understand what, for this kind of movement, means to resist and how that meaning is related to the urban space itself and to the individuals living in it. For the development of our work, we focus specifically on the analysis of the functioning of the discourses of the *Movimento Desocupa* (DesOccupy Movement) and the *Movimento Ocupa Salvador* (Occupy Salvador Movement), urban movements of the city of Salvador, Bahia, that mean themselves as a popular resistance. Our *corpus* is composed of the clippings of some texts, images and videos provided by the aforementioned movements on their official websites. With the analysis, we have come to the conclusion that the game between conflict and conciliation is a regularity that structures the discourse of those movements. From that conclusion, we could propose what we call "effect of resistance", notion by which we seek to delimitate the discursive operation that occurs between the search for the new (from the marked antagonism) and the ratification of the same (by the reaffirmation of the apparatus that maintains the present social structures).

Key-words: Discourse Analysis. Resistance. Social Movements. Effect of Resistance.

RESUMO

A dissertação se propõe a questionar os modos pelos quais os movimentos sociais, mais especificamente os movimentos sociais urbanos, situam a resistência na significação da cidade e dos sujeitos cidadãos. Com base no dispositivo teórico da Análise do Discurso de orientação materialista, buscamos entender o que, para esse tipo de movimento, significa resistir e como essa significação está relacionada com o próprio espaço urbano e os sujeitos que nele vivem. Para o empreendimento de nosso trabalho, focamos especificamente a análise do funcionamento dos discursos do Movimento Desocupa e do Movimento Ocupa Salvador, movimentos urbanos da cidade de Salvador-Bahia, os quais se significam como de resistência popular. Nosso *corpus* foi composto pelo recorte de alguns textos, imagens e vídeos que os supracitados movimentos disponibilizaram em seus sites oficiais. Com a análise, chegamos à conclusão de que o jogo entre conflito e conciliação é uma regularidade que estrutura o discurso dos movimentos. A partir dessa conclusão, pudemos propor o que estamos chamando de “efeito de resistência”, noção pela qual buscamos delimitar o funcionamento discursivo que se dá entre a busca pelo novo (a partir do antagonismo marcado) e a ratificação do mesmo (pela reafirmação dos aparelhos que mantém as estruturas sociais vigentes).

Palavras-chave: Análise de discurso. Resistência. Movimentos Sociais. Efeito de Resistência.

SUMÁRIO

UM LUGAR DE FALA	
UM LUGAR DE ESCUTA	15
1 SOBRE OCUPAR E DESOCUPAR	25
1.1 Do(i)s movimentos em Salvador	29
1.2 Salvador: memória e política	35
1.3 A questão da baianidade	48
1.4 Condições de Produção discursivizadas: a delimitação do recorte	54
2 SOBRE MOVIMENTOS E RESISTÊNCIA	57
2.1 Movimentos Sociais Urbanos: um percurso conciso pelas ciências sociais	58
2.2 Vontade, Responsabilidade, Solidariedade: a questão do Sujeito-de-direito	72
2.3 Contradição e equívoco: os movimentos da resistência	75
2.4 Sobre Movimentos e Resistência: escutando o <i>Ocupa</i> e o <i>Desocupa</i>	82
2.4.1 Porta-voz e Nós-político	94
3 SOBRE CIDADE E SUJEITOS	103
3.1 A cidade: uma <i>via</i> para a Análise de Discurso	104
3.2 Sentidos para a cidade: entre o conflito e o consenso	108
3.2.1 A discursivização do conflito e do consenso no <i>Ocupa</i> e no <i>Desocupa</i>	111
3.3 Sentidos para a cidade: centro urbano e patrimônio – entre a presença e a perda	139
3.3.1 Os sentidos de soteropolitano	148
O EFEITO DE RESISTÊNCIA E A RESISTÊNCIA POSSÍVEL: UMA PROPOSTA	155
REFERÊNCIAS	165

Sobre o *vir a ser*:

Eu queria ser uma rosa branca, mas do que me adianta ser uma rosa branca que, ao ser branca, deixa de ser rosa.

Jau.

As coisas que não existem são mais bonitas.

Manoel de Barros.

AGRADECIMENTOS

É, certamente, a busca pela compreensão de algo que nos impulsiona a empreender um trabalho como este. No meu caso, a busca pela compreensão do modo como a língua se imbrica com o social nos meandros do que comumente se entende por *prática de resistência*.

O engraçado é que *buscar compreender algo* exige do *curioso* um amadurecimento. E amadurecer é entender que é preciso, de tempos em tempos, compreender a si mesmo.

Na medida em que busquei compreender *meu objeto*, fui amadurecendo (fui levado a amadurecer), sobretudo porque tive ao meu redor pessoas que me ensinaram os diversos sentidos de esperar, refletir, silenciar, formular... *compreender*.

A essas pessoas gostaria de dizer meu muito obrigado:

À Profa. Suzy Lagazzi pelo acolhimento, carinho, suporte, firmeza e orientação! Por confiar em minha competência de um jeito desconcertante e motivador. Por me fazer *compreender* que, em meio ao aparente caos, é possível perceber *regularidades* quando se olha/escuta com atenção.

Ao Prof. Antônio Marcos, amigo querido! Por ser sempre um exemplo de profissional e pessoa. Agradeço pelos acarajés em Cira e pelos diversos conselhos decisivos pra mim.

À Profa. Cláudia Pfeiffer pelo cuidado e atenção extrema! Pela interlocução maravilhosa e por sempre se mostrar muito disponível!

Aos professores Lauro Baldini, Helson Sobrinho e Rodrigo Fonseca. Agradeço pelos momentos de interlocução que me fizeram compreender melhor com o que eu estava lidando.

Às professoras Edleise Mendes e Ilza Ribeiro porque, como verdadeiras professoras que são, quiseram me ver *voar*.

Aos meus amigos-família: Alan, Luana e Fábio por todos os *momentus!!* que me fizeram sentir-me em casa! Por serem meus exemplos de força, coragem e destemor! Por me fazerem sorrir em meio à dificuldade, justamente porque os via sorrir quando, também para eles, as coisas não iam bem! Minha baianidade nagô em Campinas!

Aos amigos que fiz em Campinas: Nayara, um presente, uma irmã que essas terras unicampineiras me deram; Jael, a *baiana* mais gaúcha que pude conhecer e uma das pessoas mais solícitas e amigáveis; Liv'Elena pelo exemplo de foco; Fernandinha, Sílvia Nunes e Guilherme, *irmãos mais velhos*, que me ajudaram muito aqui na Unicamp.

Aos meus amigos que ficaram em Salvador: minha comadre, Adriana, luz e sal na minha vida, meu exemplo de força mental e espiritual; a Caren e Juldy(creide) por segurarem a barra e, com isso, me deixarem mais tranquilo estando longe; ao meu amigão Victor que me ensina constantemente que desacelerar é preciso.

Finalmente, agradeço a minha família com quem efetivamente aprendi, nesses dois anos, os sentidos de presença-ausente e também que “saudade é forma de ficar”. Agradeço muitíssimo a minha mãe, minha guerreira, por lutar, rezar, chorar, sorrir por mim e comigo. Por ser sempre a primeira a me compreender e me apoiar. Também agradeço a meu irmão Lucas pelo simples fato de ele *ser e estar*.

Ao longo de todo processo pelo qual passei no mestrado, aprendi (ainda mais) a esperar. E esse aprendizado passa pelas mãos doces e cheirosas de Tamily que espera junto comigo. A ela quero agradecer por toda compreensão, apoio e por seu amor e carinho.

Por fim, agradeço a Capes pelo financiamento recebido no início da pesquisa e à Fapesp pela bolsa concedida.

UM LUGAR DE FALA

UM LUGAR DE ESCUTA

O discurso é assim palavra em movimento.

Eni Orlandi

São muitos gritos, pautas e reivindicações. Cada corpo com o seu cartaz. Vozes coincidentes e dissidentes. Uns gritam *sem partido! sem bandeira!* Os outros, os das bandeiras, gritam *sem fascismo!* em resposta. Todos estão lá. Na rua. E clamam: *vem pra rua!* A cidade está tomada porque *evidentemente* ela é o lugar e o motivo da *luta*. Todos querem *falar*. Mas não só isso: querem *ser ouvidos*. É a *voz da rua*. Talvez nem sempre discernível em seus quereres. Mas sempre lá: legitimando-se porque vem *da rua*. Isto é, porque entende a rua como o mais “perfeito” lugar para a instituição de uma voz igualmente “perfeita”.

O mo(vi)mento sumariamente descrito acima representa o que vimos nas manifestações ocorridas em junho de 2013 nas ruas das cidades do Brasil. Evento que pode ser um bom exemplo de uma relação que sempre nos inquietou, nos incomodou: a relação da discursividade da reivindicação com a cidade. É por esse acontecimento que situamos preliminarmente o nosso problema: vamos em busca da compreensão de alguns sentidos que imbricam a discursividade da reivindicação do/no social com o espaço urbano. Compreensão *discursiva*, vale dizer! O que nos leva a buscar um *lugar discursivo de fala* para empreender um *gesto discursivo de escuta*.

Um lugar de fala que nos põe em posição de escuta de algo que nos incomoda. Incômodo e posição de escuta: um encontro pertinente para o lugar de fala no qual nos situamos, pois em nosso trabalho (o do analista de discurso), “é preciso encontrar textos que incomodem” (Courtine, 2006, p. 27). É assim que buscamos uma escuta do social falando de uma perspectiva discursiva. Isso porque, para nós, “falar do social é falar de relações entre sujeitos de linguagem” (Lagazzi, 2013, p. 313).

Nessa direção, as reflexões teóricas e analíticas apresentadas nesta dissertação de mestrado nos levaram a formular uma compreensão discursiva sobre o modo como a cidade e os sujeitos urbanos são significados no escrutínio da reivindicação social. De modo

pontual, nosso olhar, nossa *escuta*, volta-se para os movimentos sociais contemporâneos de cunho urbano os quais, num primeiro olhar, mostraram-se para nós como deslizando entre relações de *dispersão* e de *concentração*. Ou seja, movimentos que, para nós, paradoxalmente, tomavam corpo pela dispersão e fragmentação de causas e sujeitos¹ ao mesmo tempo em que se mostravam pela força em concentrar e reunir tais causas e tais sujeitos.

Dispersão e concentração: fragmentos de uma resistência urbana²? Esse foi nosso mote inicial, nosso ponto de entrada. O incômodo sobre o qual falamos acima começou a tomar corpo (e desembocar no investimento em um trabalho de mestrado) quando, antes mesmo dos acontecimentos que marcaram o Brasil em junho de 2013, deparamo-nos com falas que iam desde “não precisamos de pauta ou líder, vamos apenas ocupar” até “vamos nos organizar para ocupar”. Falas que nos faziam num primeiro momento pensar nessa relação que íamos postulando entre dispersão e concentração. Falas que nos soavam um tanto contraditórias, embora circulassem (e convivessem bem) no mesmo espaço, e a partir das quais algumas *práticas* começavam a acontecer, atribuindo sentidos ao sujeito e ao espaço por ele ocupado.

Um primeiro gesto de compreensão nos levou a refletir sobre o papel das redes sociais e da internet na cena desse “novo” tipo de manifestação que separa e une. Tomamos, então, o espaço virtual como objeto que possibilitou, de um lado, a concentração de reivindicações e, por conseguinte, a *articulação* delas e, do outro lado, a injunção ao “cada um faz o seu, sem partido e sem bandeira”. Diante desse cenário, nos questionávamos: a internet proporciona uma dispersão, uma autonomia de ações (qualquer um pode criar um *evento* de manifestação), mas como silenciar os gestos de *organização* que inevitavelmente acontecem até que tal *ação* tome corpo? Um “sentimento” inicial que pode ser traduzido na formulação de Katz (2013, n/p) de que “a vida *online* e *off-line* estão borradas” parecia indicar o modo pelo qual entraríamos em nossa questão.

¹ Espelhados, por exemplo, pelas mais diversas manifestações nas/das redes sociais.

² Aqui, empregamos o termo “resistência urbana” como um grande guarda-chuva que abriga as diversas formas de manifestação social no espaço urbano e que podem comumente ser consideradas como uma prática de resistência.

Contudo, formulações³ que construía uma espécie de *evidência* sobre a eficácia política da prática de ocupação urbana associadas a outras formulações que *celebravam* a irrupção de “modos espontâneos de organização social” passaram a nos movimentar em outra direção. Assim, nosso investimento se deu em buscar propriamente o funcionamento do discurso dos movimentos sociais de ocupação urbana já que era no âmbito deles que tais formulações apareciam para nós. A questão da virtualidade não foi em nenhum momento descartada, porém não mais foi a que organizou pontualmente nossa problematização.

A cidade de Salvador, capital do estado da Bahia, para além de ser o lugar onde nossa inscrição enquanto sujeito urbano se deu e, conseqüentemente, o lugar que atravessa e constitui nosso modo de identificação e subjetivação no/do mundo, apareceu para nós como espaço de efervescência dessa discursividade reivindicatória e nos forneceu os movimentos sociais sobre os quais aqui nos debruçamos. Fomos confrontados com a configuração efervescente de condições de produção, em diversas instâncias discursivas, que naturalizava a necessidade do soteropolitano em se manifestar, lutar, se associar em movimento etc. E, com isso, tivemos a oportunidade de perceber que a cidade de Salvador passava a ser uma cidade em que todos os dias havia uma manifestação social, desde o fechamento das principais vias da cidade por manifestantes que protestavam contra o preço dos transportes até a queima de pneus nas ruas de bairros periféricos por conta de suas más condições de vida, passando pela ocupação de praças e demais espaços da cidade por movimentos sociais que se manifestavam contra o uso dos espaços públicos por empresas privadas.

Diante disso, as páginas que seguem concentram nosso esforço de nos colocarmos em um lugar de fala discursivo que nos propiciasse a compreensão dos modos pelos quais o movimento *Ocupa Salvador* e o movimento *Desocupa* significam a cidade e os sujeitos da cidade (os soteropolitanos, nesse caso), imprimindo nesse processo de significação uma ideia de resistência⁴. Esse movimentos se mostraram para nós como protagonistas em meio

³ Tais como “O espaço público sempre foi um lugar de aprendizado e troca e vivência urbana” ou “É impossível que exista qualquer instrumento jurídico que impeça o cidadão livre de viver a experiência que a praça proporciona”. Ambas retiradas do Jornal A Folha de São Paulo em sua página disponível em < <http://www1.folha.uol.com.br/empreendedorsocial/minhahistoria/1231140-ocupar-o-espaco-publico-e-um-ato-politico-civico-urbano-e-divertido.shtml>>. Acesso 15 fev. 2013.

⁴ Uma descrição mais apurada sobre os movimentos virá no capítulo seguinte. Queremos, porém, chamar atenção para o fato de que embora o movimento *Desocupa*, ao contrário do movimento *Ocupa Salvador*, não

ao cenário da cidade de Salvador que descrevemos acima. Nosso objetivo principal, então, consistiu em empreender um gesto de escuta que nos permitisse analisar o funcionamento dos discursos do movimento *Ocupa Salvador* e do movimento *Desocupa*, para compreender como se produz a resistência para os sujeitos citadinos e o que se produz como resistência no espaço urbano. E esse objetivo nos levou às seguintes perguntas: i) como os sentidos de resistência estão formulados nos discursos desses movimentos?; ii) como a imbricação entre os sentidos de resistência e sujeito citadino, assim como a imbricação entre os sentidos de resistência e espaço urbano funcionam?; iii) como esses movimentos discursivamente colocam-se como intervindo no social da cidade?; e iv) como se dá o funcionamento das relações de determinação que se estabelecem entre o social e o urbano no contexto da reivindicação?⁵

O lugar discursivo de fala sobre o qual nos referimos, e a partir do qual constituímos nosso dispositivo de escuta do social que nos permitiu buscar um entendimento das questões acima, é o da Análise de Discurso de orientação materialista. É Michel Pêcheux, a quem atribuímos o papel de precursor e articulador desse posicionamento teórico, quem vai propor, ainda sob o pseudônimo de Thomas Herbert, a *escuta social* (cf. Herbert, [1966] 2011) como modo de compreensão de como as práticas sociais funcionam.

Este é o modo pelo qual a Análise de Discurso vai começando e tomando corpo: a proposta de uma escuta formulada inicialmente enquanto crítica às ciências sociais. Ciências que, quando da crítica de Herbert, apresentavam-se demandadas pela aplicação de uma “técnica a uma ideologia das relações sociais” (Herbert, [1966] 2011, p.43) e não pela produção de um conhecimento científico propriamente dito. São os primeiros passos da Análise de Discurso os quais, iniciados com a crítica às ciências sociais, vão em direção da desautomatização do conteudismo, do pragmatismo e das leituras hermenêuticas.

Isso implica dizer que a escuta proposta pela Análise de Discurso sustenta-se no descentramento do sujeito, buscando entender sua relação com a história, com o político e com a ideologia, não se tratando, dessa forma, em entender o sujeito numa posição de pleno “empoderamento” de modo que *escutá-lo* requeresse buscar *o que ele quis dizer*, suas intenções e entrelinhas de sua fala. Assim, nosso gesto de escuta se ampara na relação que

se constitua como um movimento de ocupação urbana propriamente dito, tal prática também *faz sentido* em sua produção discursiva e em sua prática reivindicatória, como poderemos ver ao longo do texto.

⁵ Voltaremos a essas questões contrapondo-as com as condições de produção que nos fizeram chegar até elas.

se estabelece entre língua(guem)/sentido, sujeito e ideologia, porque não há sentido sem sujeito e não há sujeito sem ideologia (cf. Pêcheux, [1975] 2009). Em síntese, somos *sujeitos*. E sujeitos *de linguagem*.

Há nesse posicionamento teórico e, conseqüentemente no procedimento de escuta que ele propicia, duas premissas fundamentais: (i) os sentidos sempre se relacionam às suas condições histórico-ideológicas de produção; (ii) os sujeitos, que colocam esses sentidos em circulação, são sujeitos porque são interpelados ideologicamente. Premissas que nos levam até a seguinte formulação: “é na linguagem que o sujeito se constitui, e é também nela que ele deixa marcas desse processo ideológico” (Lagazzi, 1988, 51).

Linguagem, sujeito e ideologia: imbricação da qual irrompe nosso objeto, o discurso. Linguística, Psicanálise e Materialismo Histórico: relação de entremeio que constitui nosso posicionamento sobre o discurso e nos fornece o modo de compreendê-lo.

O discurso não é língua, nem fala, mas, como aqui epigrafamos, “palavra em movimento” (Orlandi, 2001, p. 15). E isso significa, do quadro da Análise de Discurso, entendermos a língua como um trabalho simbólico que só faz sentido em seu funcionamento, seu *movimento*, que não dispensa o sujeito e a história. Não se trata, desse modo, da língua exclusivamente enquanto sistema, mas de produção de sentidos dados em sua especificidade própria que considera o sujeito e sua constituição ideológica. Trata-se, de fato, em “conceber a língua como base sobre a qual processos se constroem” (Pêcheux [1971], 2011, p. 128). Fato que nos direciona ao entendimento da língua como realidade relativamente autônoma sobre a qual o processo discursivo (ou seja, o de produção dos discursos) se dá sempre em relação às *relações sociais*, isto é, relações de força que caracterizam uma formação social dada. E tais relações acontecem através do modo de produção que domina tal formação social, bem como através da hierarquia das práticas de que este modo de produção necessita, além dos aparelhos pelos quais essas práticas são realizadas (cf. Pêcheux, [1971], 2011).

São esses processos discursivos, os quais têm a língua como base material, e também as relações sociais, que chamam atenção da Análise de Discurso. Entender a língua como base material para os processos discursivos é compreender que “as regras fonológicas, morfológicas e sintáticas são sempre o objeto de acréscimos, recobrimentos, e apagamentos” (Lagazzi, 1988, p. 52). Decorre daí que não dispensamos a Linguística como

possibilidade teórica de compreensão dessa base material, mas a interrogamos em sua concepção de língua ora extremamente autônoma, fechada e abstrata, ora dependente das vontades e desígnios de um sujeito intencional.

Como dissemos, o sujeito é sujeito porque é constituído ideologicamente. É o indivíduo que passa a sujeito no processo de interpelação ideológica necessário para poder significar. Assim, remetido à ideologia, o sujeito (se) significa sempre em relação ao funcionamento das *condições de produção* das quais faz parte. O que significa que, ao dizer, o sujeito está mobilizando uma rede de filiações sócio-históricas que não são meramente contextuais, mas constitutivas do processo de significação.

O sujeito fala sempre de uma *posição-sujeito* que, por sua vez, refere-se sempre a uma *formação discursiva* que disponibiliza “o que pode e deve ser dito” (Pêcheux, [1975], 2009, p. 147) por ele. E essa condição de fala nos aponta para o fato de que o sentido se constitui junto com o sujeito. Isto é, não é jamais um sentido que existe em si mesmo, mas sentido que se constitui segundo as posições nas quais o sujeito está sustentado.

Há de se considerar, porém, que “toda formação discursiva dissimula, pela transparência do sentido que nela se constitui, sua dependência com respeito ao ‘todo complexo com dominante’ das formações discursivas, intrincado no complexo das formações ideológicas” (Pêcheux, [1975], 2009, p. 148). O processo pelo qual os indivíduos passam a sujeitos pela interpelação ideológica acontece nesse complexo de *formações ideológicas* que constituem o *interdiscurso* e que remete propriamente às formações discursivas. E nesse espaço de constituição, o sujeito recebe (da formação discursiva em que se processa sua interpelação) sua *realidade*, isto é: o “sistema de evidências e significações percebidas – aceitas – experimentadas” (Pêcheux, [1975], 2009, p. 149). Em síntese, o sujeito se constitui na evidência de si mesmo, como sujeito do *seu* discurso, uno e único.

É a Psicanálise, propondo um sujeito constituído e atravessado pelo inconsciente e que se torna sujeito na sua constante relação com o real, o simbólico, o imaginário, que propicia este nosso entendimento discursivo sobre o sujeito. Assim, ao designarmos “sujeito” remetemo-nos a um indivíduo determinado ideologicamente que tem seu dizer já-lá, porque “algo fala sempre antes, em outro lugar, independentemente” (Pêcheux, [1975], 2009, p. 149). Remetemo-nos também a um indivíduo que é atravessado pelo inconsciente

e por esquecimentos os quais produzem a sua “não submissão” ao sentido já posto e à ideologia. O sujeito é então aquele que “tem a ilusão de ser a origem do que diz” (Orlandi, 2010a, p. 21) e “esquece que há outros sentidos possíveis” (Orlandi, 2010a, p. 21). Esses são os esquecimentos números um e dois, respectivamente, que marcam o sujeito. O primeiro, da ordem do ideológico e do inconsciente, marcando a característica própria da constituição do sentido e do sujeito. O segundo, da ordem da formulação, atravessando a própria enunciação do sujeito.

Sujeito e sentido se constituem ao mesmo tempo, dissemos. E desse processo também o histórico participa.

A materialidade dos lugares dispõe a vida dos sujeitos e, ao mesmo tempo, a resistência desses sujeitos constitui outras posições que vão materializar novos/outros lugares, outras posições. É isso que significa a determinação histórica dos sujeitos e dos sentidos: nem fixados *ad eternum*, nem desligados como se pudessem ser quaisquer uns. Porque é histórico é que muda e é porque é histórico que se mantém (Orlandi, 2010a, p. 20).

É essa a relação que demarca a constituição do sujeito e do sentido sempre passando pelo histórico que caracteriza a Análise de Discurso enquanto perspectiva *materialista*. Uma vez que a Análise de Discurso estabelece-se como uma forma de compreender a linguagem enquanto instância atravessada e constituída pela história e pela ideologia seu desenvolvimento no campo epistemológico do materialismo irrompe como possibilidade de dar consequência a esse modo de compreensão.

Retomamos Louis Althusser em seu *A corrente subterrânea do materialismo do encontro* e seu investimento teórico-filosófico no *desvio* e na *pega* para compreendermos melhor o materialismo. Por “desvio”, Althusser sinaliza o *acaso* como origem das coisas, isto é, considera o desvio como originário e não como derivado. Trata-se do desvio como um *acontecimento* que se dá sem se saber onde, como ou quando, mas que, ao proporcionar um encontro, permite a irrupção do nascimento de um mundo, de um sentido. Althusser remete a realidade das coisas e dos sentidos ao desvio e não propriamente a uma razão ou causa. Contudo, um breve encontro provocado por um desvio talvez não fosse suficientemente durável para dar base ao nascimento de qualquer realidade (ou, em palavras mais discursivas, para historicizar determinado sentido). É então, “a pega” que,

tornando duradouro o encontro provocado pelo desvio, entra no funcionamento da formulação das realidades.

Desvio e pega e seus papéis na formulação dos encontros e de suas respectivas realidades sinalizam para o *materialismo do encontro* (cf. Althusser, [1982], 2005) que é materialismo justamente por se opor radicalmente a qualquer forma de idealismo que pregue a razão ou a consciência como origem. Isso porque o que, de direito, constitui o materialismo é a ideia de que a *matéria* é primária (cf. Orlandi, 2007a). Dito de outro modo, da posição materialista, o real já está materialmente lá, existindo, não se tratando, assim, de uma construção da consciência humana (posição defendida no idealismo).

Denise Maldidier vai afirmar que Michel Pêcheux foi um “althusseriano engajado na aventura da linguagem” (Maldidier, 2003, p. 33). Isso significa dizer que Michel Pêcheux foi um *materialista* engajado na aventura da linguagem, pois sua compreensão em torno do sujeito, da luta de classes, do ideológico desemboca propriamente na linguagem, ponto de diferença entre Pêcheux e Althusser.

É então tomando o materialismo como base que a Análise de Discurso vai ressaltar a noção de historicidade para propor o sujeito (se constituindo simultaneamente ao sentido, porque sujeito de linguagem) como sujeito *na* história e não sujeito *da* história (aquele que *faz*, por ele mesmo, a história) como poderia supor uma perspectiva idealista. Trata-se assim de, no estudo da linguagem, do sentido, levar às consequências o entendimento de que todo processo histórico é, como propõe Althusser, “um processo sem sujeito nem fim(s)” (Althusser, 1978, p. 28).

O que trouxemos até aqui sobre nossa compreensão discursiva que se assenta na Análise de Discurso materialista como lugar de fala a partir do qual podemos empreender um gesto de escuta, isto é, de análise discursiva, nos serve para, como dissemos, buscar um meio de compreensão da relação que se estabelece com os discursos de reivindicação (social/urbana) e a cidade, a rua.

Nesse processo de compreensão, como dissemos, as condições de produção são constitutivas e não meramente contextuais. São, então, às condições de produção que nos dedicamos no primeiro capítulo, **Sobre Ocupar e Desocupar**. Nessa parte do trabalho, buscamos reconstruir alguns acontecimentos que marcam o modo como as manifestações sociais (em movimentos ou não) têm acontecido contemporaneamente. De condições de

produção sociais mais amplas, recortamos as que propiciaram o acontecimento dos movimentos *Ocupa Salvador* e *Desocupa*. Diante disso, apresentamos também uma reflexão sobre a cidade de Salvador, sua memória, sua política, os dizeres que circulam sobre ela e sobre os sujeitos que nela moram. Para finalizar esse capítulo, delimitamos o recorte sobre o qual vamos nos debruçar.

No segundo capítulo, **Sobre Movimentos e Resistência**, com o objetivo de reconstruir o *discurso sobre* os movimentos sociais, retomamos de forma concisa o que algumas disciplinas das ciências sociais falam sobre tais organizações. Além disso, apresentamos uma reflexão sobre a noção de sujeito-de-direito, bem como sobre as noções de contradição, equívoco e resistência, para desenvolvermos uma maneira discursiva de compreendermos os movimentos sociais. Ao final do capítulo, iniciamos nosso gesto de análise, buscando compreender os sentidos de resistência nos dizeres dos movimentos que compõem nosso objeto.

Para iniciar o terceiro capítulo, **Sobre Cidade e Sujeitos**, apresentamos a cidade como objeto de reflexão da Análise de Discurso, especialmente a que se desenvolve no Brasil. Nessa parte da dissertação, investigamos os sentidos de cidade, tomando como regularidade as relações entre conflito e consenso e entre centro urbano e patrimônio. Também os sentidos de soteropolitano no discurso dos movimentos são investigados por nós nesse capítulo.

Para finalizar a dissertação, propomos a noção de Efeito de Resistência. A proposta é feita com base nas reflexões que foram apresentadas nos capítulos anteriores e busca compreender a maneira como se configura a resistência na discursividade do antagonismo em que se estabelece a relação entre oposição e conciliação.

1. SOBRE OCUPAR E DESOCUPAR

Mas como a cidade poderá de um exército inimigo proteger-se? Sem dúvida, com as armas, as quais, entretanto, não combatendo por si mesmas, necessitam que as manejem homens nos quais se encontre a um só tempo a vontade, a coragem e a força para resistir aos inimigos.

Francesco Cherso

A chamada Primavera Árabe tem sido frequentemente apontada como um importante (se não o principal) marco para o século XXI no que tange às formas de articulação, mobilização e revolta populares contrárias às organizações de poder democráticas ou não. Iniciada em 2010, mais especificamente em 18 de dezembro do supracitado ano, a onda de protestos, manifestações e greves que se iniciou na Tunísia e atingiu todo Oriente Médio e o Norte da África, também é apontada como responsável por conseguir, por exemplo, em menos de um mês, retirar do poder chefes de estado que ocupavam o domínio político por, pelo menos, trinta anos. Tal *sucesso* é atribuído, para além da *evidência do poder popular*, às ferramentas contemporâneas utilizadas pelos manifestantes, quais sejam: as redes sociais. A internet, desse modo, entra em cena como um espaço de convívio virtual capaz de rasurar gestos de repressão e censura, publicizar modos de vida frente a contextos arbitrários, bem como articular formas de oposição a tais contextos.

Em *Rebeliões e ocupações de 2011*, texto em que se encontra uma reflexão sobre esse momento da história contemporânea, o professor e historiador Henrique Soares Carneiro pontua a ocorrência de um “fenômeno” sintetizado como uma “eclosão simultânea e contagiosa de movimentos sociais de protestos com reivindicações peculiares em cada região, mas com formas de luta muito assemelhadas e consciência de solidariedade mútua” (Carneiro, 2012, p. 07). O autor historia o modo como o suicídio do vendedor de frutas, Mohamed Bouazizi, que ateou fogo em si mesmo para protestar contra a apreensão de suas mercadorias na Tunísia, foi o estopim para um viral de rebeliões que, em todos os países a que chegavam, tomavam a mesma faceta no que concerne às formas de ação: “ocupações

de praças, uso de redes de comunicação alternativas e articulações políticas que recusavam o espaço institucional tradicional” (Carneiro, 2012, p. 08).

Do ponto de vista do historiador, tais rebeliões, protestos e articulações de greve têm como pano de fundo objetivo uma crise que se inicia no ano de 2008 e atinge os níveis social, econômico e financeiro, desembocando pontualmente no encarecimento dos alimentos e no aumento do desemprego. Porém, é, segundo o autor, a existência de um impasse referente à ausência de alternativas políticas organizadas o sintoma que resulta em “rebeliões praticamente espontâneas contra as estruturas políticas partidárias e sindicais vigentes, mas sem forjar ainda uma nova articulação orgânica e representativa dos anseios de transformação e ruptura” (Carneiro, 2012, p. 08). Rebeliões que, acrescenta o autor, se estenderam pelo mundo “de forma epidêmica” (Carneiro, 2012, p. 09).

Ainda conforme Carneiro (2012), passada a euforia inicial que se sustentava nas primeiras interpretações de que as rebeliões certamente dariam fim ao sistema político-econômico mundial vigente ou que representariam um novo ano de 1968, começou a se firmar o sentimento de que haveria um agravamento significativo da crise e, conseqüentemente, dos conflitos sociais. Esse sentimento tem por base a “constatação” de que se vive um “novo momento da política global em que a voz das ruas passou a ocupar o cenário, deslocando velhos aparatos políticos e questionando a ordem do capitalismo financeirizado” (Carneiro, 2012, p. 10).

Uma ressonância da Primavera Árabe atinge o Ocidente no ano de 2011. Pelo mesmo modelo de ação, a valorização do gesto de *ocupar* organiza um movimento que passa a ser conhecido como *Occupy* e se espalha por diversos países nas Américas e na Europa. O ativista Bruno Cava, no texto *Occupy: a democracia real como construção da indignação*, afirma que tal movimento começou a tomar corpo em setembro do ano de 2011, com a ocupação do Zuccotti Park, em Nova Iorque, de forma auto-organizada, sem líderes anunciados, sem que qualquer bandeira partidária ou eleitoral fosse levantada e compartilhando princípios, ideias e formas organizacionais que se adaptariam às particularidades de cada lugar (cf. Cava, 2012).

Consoante o autor, o *movimento dos indignados*, como tem sido conhecido o *Occupy* nos mais diversos países, tem buscado pontuar a profunda desigualdade social que se dá mundialmente. Para o ativista, o slogan do movimento, *Nós somos 99%* (*We are*

99%), dá visibilidade a esta desigualdade que se caracterizaria pela acumulação de riquezas e privilégios por uma minoria e a exploração e escassez de recursos para a maioria. A crise econômica iniciada no ano de 2008 é, também neste autor, um marco para a percepção da desigualdade citada e de seus efeitos. Cava (2012) afirma que quando, sob o pretexto de evitar uma catástrofe, o governo norte-americano resolveu “salvar os bancos e não as pessoas” (Cava, 2012, n/p) as quais passavam todos os tipos de privações, desde a incapacidade de manter minimamente seu padrão de vida até o simples fato de não conseguir pagar faturas de cartão de crédito, ficou evidente que “os governos e o sistema financeiro compartilham lençóis” (Cava, 2012, n/p). O efeito produzido pela percepção deste gesto político foi, ainda segundo o autor, o entendimento de que havia algo bastante equivocados no âmago do sistema político vigente.

Esse “equivoco do sistema político” teria a ver com o modo como a culpa pela crise financeira teria recaído sobre os trabalhadores. O governo norte-americano perdoava dívidas de bilhões de dólares de grandes organizações e bancos, mas recusava-se a perdoar dívidas menores, afirmando que, se assim o fizesse, poderia cair no “risco moral” de que as pessoas não se vissem mais obrigadas a trabalhar para cumprir seus deveres. Assim, as pessoas deveriam trabalhar mais, conseguir mais empregos para honrar seus compromissos. Diante desse contexto, Cava (2012, n/p) pontua que “não por acaso, quando das primeiras ocupações nos EUA, críticos reacionários chamaram os manifestantes de fracassados ou vagabundos, e recomendaram que arrumassem um emprego [get a job].” e prossegue defendendo o movimento *Occupy* como, de certo modo, responsável por “rejeitar a culpa que o próprio sistema atribui, ao propagar a ideia que cada um é responsável individualmente por seu próprio sucesso e felicidade.”. Por fim, pontua: “Daí a potência do *Occupy* como mudança de uma percepção social e política: a culpa está mais enraizada institucionalmente, é culpa de um poder político que conserva e reproduz o sistema econômico-financeiro, e que nos fabrica como indivíduos impotentes e submetidos à moral das cobranças e obrigações.” (Cava, 2012, n/p).

Estabelecida essa “consciência política”, duas práticas foram tomadas/imaginadas como exercícios eficazes de *resistência*: a divulgação de ideias e articulação de ações na internet, e a ocupação de espaços públicos das grandes cidades. Outro slogan associado ao movimento *Occupy* e movimentos derivados é representativo disso: *Organizar online*,

ocupar off-line! No que se refere à relação dos *movimentos do tipo ocupa* e os espaços públicos escolhidos para o exercício da ocupação, o filósofo e psicanalista Slavoj Žižek defende, no seu texto *O violento silêncio de um novo começo*, que tal escolha, longe de representar uma contingência, deve representar uma rasura na ordem a que se quer alcançar. Ao tratar do *Occupy Wall Street*, o autor se coloca como contrário à ideia de que seria mais eficaz ocupar a *Main Street*, conhecida avenida de comércio local de pequenos investidores, porque tal rua seria o centro representativo do comércio capitalista. Assim, para ele: “a solução não é *Main Street, not Wall Street*, mas sim a mudança do sistema em que a *Main Street* não funciona sem *Wall Street*” (Žižek, 2012, p. 16) e, sendo assim, a ocupação de *Wall Street* representaria um confronto direto ao sistema do qual tal rua norte-americana é símbolo. Em outras palavras, é possível dizer que enquanto materialidade simbólica, a cidade demanda uma interpretação significativa para a realização desses movimentos de ocupação dos espaços públicos.

A injunção a ocupar espaços públicos para demonstrar a insatisfação (global) frente aos efeitos da crise mundial ganha visibilidade pelo uso das ferramentas virtuais representadas pelas redes sociais. No ano de 2011, a partir da internet, atividades públicas foram agendadas para um mesmo dia em todo mundo e tal evento ficou conhecido como o *15.O* (referente a 15 de outubro, data da realização deste evento). Nessa ocasião, 951 cidades de 82 países em todos os continentes tiveram algum espaço público ocupado e toda essa mobilização teve como ponto de articulação a crítica aos regimes políticos e ao modelo econômico atual. No Brasil, cerca de 11 mil pessoas estavam inseridas nas mobilizações em, pelo menos, 41 cidades do país⁶. As mobilizações e ocupações organizaram-se de forma independente uma das outras, mas tinham como ponto em comum a crítica à desigualdade social produzida pelas formas de governo e padrões econômicos vigentes. Outro slogan é lançado para representar esse aspecto das manifestações: *Pensar globalmente, agir localmente!*⁷

⁶ Cf. <http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=18703> Acesso em 24 mai. 2013.

⁷ Vale a pena frisar que este slogan é, na verdade, uma retomada dos movimentos sociais e organizações não governamentais dos anos de 1990 os quais passaram a tematizar o desenvolvimento sustentável ao mesmo tempo em que buscavam ampliar o debate com órgãos tais como a Organização Mundial do Comércio (OMC), o Banco Mundial (BM) e o Fundo Monetário Internacional (FMI).

1.1 Do(i)s movimentos em Salvador.

Esse panorama feito até o momento no serve como condições de produção mais amplas dos movimentos sociais de cunho urbano sobre os quais pretendemos nos debruçar aqui. Seguindo as pegadas desse mo(vi)mento global, duas organizações sociais surgiram em Salvador, capital do estado da Bahia, e é justamente a produção discursiva desses movimentos o nosso interesse de análise. Estamos nos referindo pontualmente aos movimentos *Ocupa Salvador* e *Desocupa* que se referem à cidade soteropolitana como motivo e lugar de luta.

O movimento *Ocupa Salvador* está alinhado aos demais “ocupas” ao redor do mundo. Auto-intitulado *movimento livre*, tal movimento iniciou a ocupação de uma praça da capital baiana, a praça de Ondina, no dia 15 de outubro de 2011, estando, desse modo, em sintonia com o chamado *15.O*. As informações disponíveis no site oficial do movimento⁸ apresentam-no como movimento político, cultural e social, apartidário e sem ligações com entidades de qualquer natureza. Reafirma-se o caráter “livre” do movimento, ressaltando o interesse em manter diálogo com aqueles que se interessem por “*discutir, planejar e propor iniciativas e ações que contestem as injustiças e extravios dos modelos hegemônicos de organização social, política e econômica, buscando realizar o que se chama globalmente de Democracia Real, de lógica participativa e que valoriza o amplo sentido Comum.*” Por fim, acrescenta-se a esta descrição, a afirmação de que se trata de uma articulação de pessoas as quais buscam “*construir alternativas para a transformação social efetiva de forma pacífica e permanente*”.

No que se referem aos seus objetivos, salienta-se a ideia de “*resgatar a legítima função dos espaços públicos*” através de discussões, participações em assembleias, ações criativas e articulação de “*soluções alternativas para demandas públicas da cidade*”, bem como da criação de “*redes de interação entre os bairros a partir da dinâmica de assembleias abertas e horizontais*”, acreditando que estas formas de mobilização são capazes de dinamizar os espaços públicos. Chama atenção, ainda no âmbito da apresentação de uma súmula que descreva o movimento por ele mesmo, as justificativas para a ocupação da praça em questão.

⁸ Cf. <<http://www.ocupasalvador.org/quemsomos/>> Acesso em 24 mai. 2013.

Inicialmente, o movimento refere-se à praça de Ondina como *Praça dos Indignados!* e reitera que a ocupação desta alinha-se ao já citado *15.O*. Pontuam-se as características da praça em questão e apresentam-se os objetivos específicos da ocupação deste espaço público específico. Assim, lemos no site oficial do movimento⁹:

A reforma da Praça de Ondina se deu a partir de um processo licitatório iniciado em 2010, que disponibilizou a área de 9 mil m² para concessão até 2015. A empresa Premium Produções venceu a disputa e poderá usar a área para implantação do camarote Salvador, um dos maiores do circuito Barra/Ondina do carnaval de Salvador, até o fim da concessão. A licitação foi feita pela Superintendência de Controle e Ordenamento do Uso do Solo do Município (Sucom).

A praça não é arborizada, não tem bancos com recostos e mantém estruturas removíveis para facilitar a instalação anual do camarote, não atendendo a conceitos básicos que caracterizam praças públicas como espaços públicos de convívio.

O acampamento começou na nova praça em Ondina por razões simbólicas que envolvem ampla discussão sobre a legitimidade da relação entre a esfera pública e setores empresariais privados sob diversos aspectos, iniciando as discussões a partir da questão política acerca da apropriação e sequestro sistemático de uma genuína manifestação popular – o Carnaval baiano – em benefício de grupos empresariais restritos que exploram o carnaval como mero evento comercial de cunho excludente.

*O movimento Ocupa Salvador, enquanto movimento de ocupação simbólica, busca mobilizar a esfera pública com toda a sua diversidade para discussões e proposições acerca de temas essenciais e das demandas públicas estruturais da cidade, **utilizando a questão da praça de Ondina como representação simbólica dos extravios políticos e sociais de nossos tempos atuais.***

A ideia é resgatar a praça de Ondina, isto é, a Praça dos Indignados, para a função legítima dos espaços públicos: locais de discussão, interação e mobilização cidadã ativa e transformadora.

No que tange ao movimento *Desocupa*, embora este não se filie imediatamente à mobilização global promovida pelo *Occupy*, podemos dizer que há, certamente, muitos pontos em comum com as ocupações iniciados com o *15.O*. Em sua apresentação, também em seu site oficial¹⁰, é possível lermos que tal movimento foi iniciado em janeiro do ano de 2012, “a partir da crescente insatisfação do povo de Salvador com os desmandos e desvarios da administração municipal, sobretudo no que diz respeito à venda da cidade aos interesses privados”. A descrição e os objetivos iniciais seguem na mesma linha do *Ocupa Salvador*. Destaca-se a não vinculação partidária nem o recebimento de apoio

⁹ Cf. <<http://www.ocupasalvador.org/ondina/>> Acesso em 24 mai. 2013.

¹⁰ Cf. <<http://movimentodesocupa.wordpress.com/historico/>> Acesso em 24 mai. 2013.

financeiro de qualquer espécie, afirmando que “*sua força emerge diretamente da ação dos cidadãos soteropolitanos que se cansaram de sentir vergonha da cidade que amam*”. Destaca-se, ainda, (em negrito, vale ressaltar) a não existência de uma liderança ou representantes, pela afirmação de que há apenas participantes, já que “*não quisemos reproduzir no DESOCUPA a mesma lógica obtusa de relações de poder inerentes a este sistema*”, pois “*o Movimento surgiu justamente por conta da falência da grande fraude que é a democracia representativa em nosso país*”.

A indignação apresentada pelo *Ocupa Salvador* é a mesma no movimento *Desocupa*: relata-se que o movimento surge “*a partir da ocupação da Praça de Ondina pelo luxuoso Camarote Salvador, com o aval do poder público ante pagamento de R\$250 mil por ano (uma esmola diante do faturamento de cerca de R\$66 milhões previstos) e uma reforma na Praça.*” O papel da internet protagoniza a articulação que desembocou na formação do movimento:

O intenso debate sobre o assunto nas redes sociais levou à convocação de uma manifestação pública de repúdio à privatização dos espaços públicos pela Prefeitura de Salvador. O Camarote acabou se tornando um símbolo da privatização dos espaços públicos da cidade e da sistemática promoção da segregação social. O protesto, que foi chamado de “DESOCUPA Salvador!”, foi proibido pela Justiça, a partir de uma ação movida pela Premium Produções Criações Artísticas e Eventos Ltda, que via na manifestação risco de depredação de seu patrimônio e preocupação com a integridade física (!) de seus funcionários

Em seguida, é historiado o modo como outros acontecimentos se somaram às causas que dão corpo ao *Desocupa*:

A despeito da censura decretada pela Justiça, que parece esquecer-se de que vivemos num estado democrático onde a liberdade de expressão é garantida na Constituição, ninguém se intimidou. No dia 14 de janeiro, mais de 500 pessoas foram à frente do Camarote gritar “Desocupa, a praça é do povo!”, apesar da forte chuva e de a manifestação ter sido oficialmente PROIBIDA. Apenas três dias depois, a população de Salvador recebe em estado de choque a notícia de que o desprefeito, o Sr. João Henrique Barradas Carneiro, que estava nos Estados Unidos, havia aterrissado em Salvador e em poucas horas, sancionado as alterações criminosas que foram feitas à LOUOS (Lei de Ocupação, Uso e Ordenamento do Solo) na Câmara Municipal por uma lamentável maioria de vereadores vendidos ao interesse privado (veja a lista completa dos traidores do povo e seus partidos AQUI). O desprefeito ignorou e desrespeitou o Ministério Público, que ameaçou acioná-lo criminalmente caso ele sancionasse a LOUOS, na medida em que as alterações que foram feitas à lei não passaram de manobras destes vereadores subservientes aos

interesses do capital privado para viabilizar a qualquer custo emendas polêmicas do PDDU da Copa, que teve sua tramitação barrada pela Justiça por conta do desrespeito sistemático aos mecanismos de participação previstos para uma legislação desta natureza.

[...]

Dois dias depois da fuga do desprefeito para a Espanha, mais de 1.000 pessoas (segundo cálculos da Polícia Militar divulgados pelo Jornal A TARDE) foram à Praça Municipal mostrar sua indignação em relação ao caos da administração pública municipal, cuja fragilidade política, moral e institucional configuram o ambiente perfeito para a atuação predatória do capital privado, sobretudo dos setores imobiliários, e mais recentemente, também da Indústria do Carnaval, chegando ao ponto em que a Prefeitura se sente dona do espaço que é do Povo e revolve alugá-lo para o Camarote sem qualquer tipo de consulta. Participação popular, aliás, nunca foi o forte desta gestão, apesar do slogan cínico 'Prefeitura de Participação Popular' do primeiro mandato.

Esta segunda manifestação, que ocorreu numa tarde ensolarada da Velha Bahia, foi uma verdadeira declaração de amor à cidade de Salvador (veja fotos da manifestação AQUI). Estiveram presentes pessoas de todas as classes sociais, jovens, adultos, idosos e até mesmo crianças. Subimos a escadaria da Prefeitura para lembrar à corja que lá está confortavelmente instalada que o Poder Público Municipal deve representar os NOSSOS interesses e não os das empresas. Durante a manifestação, também não faltaram declarações de indignação e de amor à cidade durante as cinco horas de duração do protesto (algumas destas declarações podem ser assistidas AQUI).

A vitoriosa manifestação do dia 20.01.2012 foi uma demonstração de força da chamada Primavera Baiana, e a partir daí o Movimento DESOCUPA seguiu em frente, conquistando apoios e aumentando a pressão sobre o desprefeito, a câmara de vereadores e o governador do estado, que faz silêncio absoluto sobre o tema.

Feita esta sumária descrição destes dois movimentos sociais de Salvador, com base nos próprios textos utilizados pelos movimentos em pauta, sentimo-nos um pouco mais confortáveis para apresentar algumas perguntas que, feitas no âmbito da Análise de Discurso, nos servem como pontos de entrada para a compreensão de algumas relações discursivas que nos chamaram atenção. Assim, pontualmente, nosso gesto de análise, a que este trabalho busca apresentar, foi demandado basicamente por nosso interesse, frente ao que está posto acima, em compreender como discursivamente tais movimentos sociais interpretam a cidade (de Salvador) e como interpretam o sujeito-cidadino (soteropolitano). A relação discursiva entre cidade e sujeito está, dessa maneira, no cerne de nossas questões.

Embora haja um contexto maior (tal como apresentamos no início deste capítulo) a que estes movimentos possam se filiar, nosso interesse é a especificidade do trabalho dos movimentos sociais em relação a discursividade de *uma* cidade. Enquanto materialidade

que demanda interpretação, a cidade tem uma memória discursiva que ressoa no discurso de quem fala sobre ela. Assim, ainda que haja um panorama geral, um contexto de denúncia político-social mundial, nosso interesse especificamente é compreender o batimento entre esse contexto de sustentação discursivo global no contraponto com a relação de um movimento (em nosso caso, dois) com a memória de uma cidade, representada como lugar pelo qual se mobiliza.

Como a/uma cidade e os seus sujeitos fazem sentido para um movimento social de intervenção urbana que já vem demandado por uma discursividade global? Que processos discursivos sustentariam a construção da categoria *cidadania* como legitimadora da atuação de movimentos sociais que se relacionam com um espaço urbano específico?

Tais questões podem ser formuladas quando pensamos a cidade de uma perspectiva discursiva, gesto que nos coloca frente ao entendimento de que a cidade demanda interpretação. Enquanto forma material, ela significa na medida em que *se* significa e *nos* significa quando *a* significamos. É por isso que, tomados por essa perspectiva, somos autorizados a dizer que os sujeitos, ao passo que interpretam a cidade, vão se constituindo em *sujeitos-urbanos*, porque são afetados por ela neste gesto de interpretação. E mais: a constituição do *sujeito contemporâneo* passa inevitavelmente pela injunção à urbanidade, pois “o social é significado predominantemente pelo imaginário urbano” (Orlandi, 2007b, p. 16). Daí porque a relação do sujeito com o (espaço) urbano, longe de se resumir a uma relação de habitação, é, principalmente, uma relação de constituição, imbricação, corporificação, textualização... Em síntese, “o corpo social e o corpo urbano são um só” (Orlandi, 2004, p. 11).

A representação de um sujeito comprometido que deve ser responsável por defender a coisa pública contra qualquer possível “ataque”, tal como idealizado no projeto utópico do filósofo quinhentista ítalo-croata Francesco Cherso, aqui epigrafado, a propósito de uma *cidade feliz*, parece ressoar de algum modo no discurso dos sujeitos que hoje se mobilizam em movimentos sociais e se querem numa posição de reivindicação social/urbana em que ser cidadão é estar mobilizado, empenhado numa causa frente à *realidade* dos *problemas urbanos*. No caso específico dos movimentos que trazemos à tona, a descrição que os movimentos fazem de si talvez nos possibilite considerar o cruzamento de um imaginário de cidade que vai mal (frente mesmo ao panorama global político, econômico e social) com

a construção de uma mobilização que cada vez mais vai sendo legitimada mundialmente. Permitindo, também, a idealização de uma participação popular, respaldada pela ideia de cidadania. Esse discurso ou imaginário que relaciona os movimentos sociais à defesa de algo, entendendo tais movimentos como propícios para exercer esse papel de defensor, está no cerne de nossa investigação. A organização de sujeitos *comuns*, urbanos, tomados pelas evidências da mobilização, cidadania e da distinção público-privado chamou-nos atenção na relação com o contexto específico do espaço urbano da cidade de Salvador.

De modo geral, podemos dizer que a *sociedade soteropolitana*¹¹ tem sido exposta a uma série de debates (na mídia, na política... nos movimentos) que localizam a capital baiana, grosso modo, frente a uma gama de questões/*problemas*. Tais questões vão desde a insatisfação cotidiana que toma corpo no conjunto de dizeres disponíveis sobre o fazer político no/do Brasil e, conseqüentemente, atinge a relação do sujeito cidadão com a gestão municipal que administra sua vida (especificamente representada pela pessoa do administrador, o prefeito – ou *desprefeito*, como gosta de afirmar o *Desocupa*), até o modo como o funcionamento estrutural da cidade impõe-se em desagrado ao que se considera um funcionamento *normal*, isto é, aquele que não rasura a ordem (política, cultural, ambiental, de mobilidade, de serviços etc.). Essas, dentre outras, são questões que estabelecem uma tensão entre população e poder político e que reforçam a visibilidade dos movimentos sociais urbanos que estão presentes na cidade.

Os movimentos *Ocupa Salvador* e *Desocupa*, tal como os descrevemos acima, apresentam variadas possibilidades de relações. Não só suas formas de articulação e os objetivos se coadunam. Há também o modo como estes movimentos repercutem na cena de que fazem parte. Não raro, a mídia local noticia as intervenções destes movimentos seja em manifestações pontuais seja em sessões na Câmara de Vereadores, por exemplo. Além disso, frequentemente alguns intelectuais da cidade ratificam¹², em textos que em geral são

¹¹ Da perspectiva da Análise de Discurso, não se pode considerar a sociedade como um produto acabado e homogêneo. Faz-se necessário, nesse sentido, falarmos em *formação social*, noção que nos permite uma abertura para se falar da sociedade constituída pela diferença. Assim, ao nos referirmos à *sociedade soteropolitana* estamos pensando-a considerada em sua heterogeneidade, na diferença de sujeitos que vivem (n)a cidade de Salvador e se significam em relação a ela.

¹² Ordep Serra, professor da Universidade Federal da Bahia (UFBA), em mais de um momento ressaltou as intervenções desses movimentos urbanos em textos publicados na mídia local. Além disso, Urpi Uriarte, também professora da UFBA, recentemente organizou um seminário em homenagem ao sociólogo baiano Gey Espinheira, cujo tema foi “A contestação urbana em Salvador”. Nesta ocasião, tanto o Movimento Ocupa quanto o Movimento Desocupa foram convidados a compor mesas-redondas.

publicados nas redes sociais destes movimentos, a importância da articulação que tais organizações promovem. Por se ocuparem do mesmo *espaço* de luta, também retomam uma imagem de Salvador que, sendo investida de uma ideia de *baianidade*¹³, é ao mesmo tempo representada como “bela”, “mítica”, “cultural” e como “mal cuidada”, “desrespeitada pelo o que é”, “denegrada mesmo sendo culturalmente importante e fundamental”. Se retomarmos o texto descritivo do movimento *Desocupa*, poderemos ver a enunciação de uma “*tarde ensolarada da Velha Bahia*” com um indício dessa representação estereotípica.

Assim, uma vez que trouxemos as condições de produção globais em que se inserem os movimentos *Ocupa Salvador* e *Desocupa*, faz-se pertinente trazermos as condições de produção mais específicas que inserem tais movimentos no contexto pontual da cidade de Salvador. Deste ponto em diante, retomaremos de forma concisa a história da cidade de Salvador, focando especificamente em pontos de cruzamento entre sua condução política e sua “memória de resistência”. Nesse cruzamento, interessa também debruçarmo-nos sobre a construção de um discurso acerca do baiano e da Bahia (do soteropolitano e de Salvador), pois tal discurso está disponível para a produção dos movimentos em pauta. É a partir de um discurso já dado sobre a baianidade que os movimentos, mexendo e remexendo com está memória (ora confrontando, ora ratificando tal discurso), qualificarão e produzirão interpretações sobre o baiano e seu modo (peculiar?) de articulação social. Começemos, então, por uma retomada das condições de produção relacionadas à cidade estabelecida como razão e espaço de luta dos supracitados movimentos.

1.2 Salvador: memória e política.

A cidade de Salvador¹⁴, capital do estado da Bahia, foi a primeira capital do Brasil. Ela foi também a primeira sede da administração colonial portuguesa quando da colonização brasileira por Portugal. Atualmente, possui pouco mais de 3,5 milhões de habitantes o que a constitui como o município mais populoso do nordeste brasileiro e o

¹³ O termo *baianidade* e os efeitos de sentido produzidos por ele serão, mais para frente, explorados com mais propriedade.

¹⁴ Fundada como *Cidade do São Salvador da Bahia de Todos os Santos*. Por um longo tempo, foi chamada de *Bahia* ou *cidade da Bahia*. Pelos índios, ainda no século XVI, era chamada *Kiryuré-Paraguaçu*. (cf. Risério, 2004). O termo *soteropolitano* que nomeia quem nasce na cidade tem origem em outro epíteto de Salvador: *Soterópolis*, isto é, cidade do Sol. O soteropolitano seria, desse modo, o *cidadão do sol*.

terceiro mais populoso do Brasil. Figura, além disso, como a cidade mais negra fora da África em virtude do alto número de pessoas negras que vivem na cidade e, por tal fato, recebeu como apelidos as expressões “Roma Negra” e “Meca da Negritude”.

Embora a data oficial¹⁵ da fundação da cidade do Salvador tenha sido considerada 29 de março de 1549, quarenta anos antes, a presença de portugueses já se fazia sentir num esboço inicial de formalização da administração local. O naufrago português, Diogo Álvares Correia, o famoso Caramuru, após conseguir se instalar entre os indígenas locais e instituir um lugar de liderança, tornou-se um *mediador* entre o governo português e os povos indígenas que residiam no Brasil. Conforme aponta o antropólogo e ensaísta Antônio Risério (2004), em seu livro *Uma história da cidade da Bahia*, foi por intermédio e conselho do Caramuru que, o então governador-geral da colônia, Tomé de Sousa, nomeado em 1548, escolheu os lugares em que as primeiras edificações da cidade iriam ser construídas. Do que nos aponta o autor, podemos dizer que a figura de Diogo Álvares Correia representaria um primeiro poder no plano político e econômico (oriundo do colonizador português) que sustentaria a constituição da cidade.

No artigo *A fundação de um Estado: cidade de São Salvador, Brasil*, Eni Orlandi discute a força simbólica e política da cidade na sociedade ocidental. A autora toma a fundação da cidade de Salvador como ponto de reflexão da relação cidade-Estado. A fundação de Salvador fundamenta sua discussão, pois se trata de uma cidade que já nasce cidade e que estabelece um vínculo entre a construção de um Estado (o Brasil) subordinado a outro Estado (Portugal, o colonizador) (cf. Orlandi, 2011). É, então, conforme a estudiosa que a fundação da cidade de Salvador inaugura, por meio de um documento político-jurídico administrativo – um regimento, o Estado brasileiro enquanto posse e propriedade do Estado português.

Ainda no século XVI, o contato entre portugueses (que ocupavam o lugar de colonizadores, administradores) e índios (colonizados e administrados) propiciou os primeiros embates contra os poderes políticos da cidade da Bahia. Risério (2004) destaca que, embora o primeiro governo geral não tenha instalado um estado de guerra entre brancos e índios, os dois governos seguintes (Duarte da Costa – 1553/1558 e Mem de Sá –

¹⁵ Existe um debate sobre a data real da fundação da cidade. Segundo Cadena (2013), ainda são apontadas 01 de maio e 13 de junho de 1549 como possíveis datas da fundação de Salvador em virtude de documentos julgados menos relevantes.

1558/1572) foram marcados por combates intensos em Salvador. Ao contrário de Tomé de Sousa, que hesitava em cumprir completamente as ordens provenientes do Regimento da Coroa concernentemente ao tratamento que deveria ser dado aos índios, seus sucessores seguiam ao “pé da letra” as instruções da Coroa. Duarte da Costa foi responsável pelo incêndio de cinco aldeias indígenas no que hoje se conhece como o bairro do Rio Vermelho e de mais treze ao redor das delimitações da cidade, ao passo que Mem de Sá queimou mais de trinta aldeias em Salvador e Recôncavo Baiano. Este cenário de guerra iniciado com o governo de Duarte da Costa em 1553, propiciou a primeira movimentação popular contrária ao governo português no Brasil que, sendo concebida pela população indígena, ficou conhecida como a *Guerra dos Aimorés* (1555). Uma vez que eram povos nômades, os aimorés articularam pontos de combate em diversas localidades da Bahia tanto no Recôncavo quanto no sul do estado. Decorre daí o fato de que, conforme apontam diversos historiadores, a cidade da Bahia ficou marcada como o primeiro lugar em que houve uma articulação popular contrária ao poder que se estabelecia no Brasil. Na visão de Goulart (2012), a articulação popular e a formação de movimentos contrários na Bahia desde a época colonial faz jus à caracterização do povo baiano como um dos mais combativos do Brasil, tendo em vista que pelo menos dez das revoltas mais importantes para a história brasileira aconteceram na Bahia.

No século XVIII, especificamente no seu período final, Risério (2004) aponta a construção de um contexto relativo à insatisfação popular em Salvador. O supracitado século tinha sido todo ele de declínio para a agroindústria no Brasil, de modo especial para a agroindústria baiana, em virtude da produção açucareira despontando nas Antilhas. Porém, uma vez que uma rebelião escrava nas Antilhas acabou tomando proporções de guerra e de movimento de independência, a produção açucareira da então colônia francesa foi praticamente extinta, fato que alçou a produção baiana ao cenário internacional novamente. Além disso, há de se considerar também as guerras napoleônicas, que proporcionaram boas condições para o comércio brasileiro, e a “abertura dos portos”, que fez cair por terra o intermédio lusitano nas transações comerciais do Brasil. O restabelecimento da agroindústria baiana, entretanto, não representou uma melhoria nas condições sociais de Salvador, como se poderia supor.

Existiu também uma outra face, nada leve ou ligeira. Foi o duro reverso da medalha. É que a expansão da indústria do açúcar nunca chegou a ser sinônimo de felicidade geral. Havia o cativo, a escassez de alimentos, a pobreza generalizada. Não eram somente os escravos que penavam. Também os que podiam usar sapatos [...], mas não possuíam maiores riquezas, padeciam – e não era pouco. [...] o estrato médio da população baiana formava uma “congregação de pobres”. Daí a insatisfação permanente que pairava no ar da cidade e de sua interlândia. As tensões sociais que não raro alcançavam extremos de agudeza. E, aqui e ali, explodiam. Na verdade, a placidez jamais foi, antes da chegada do século XX, uma característica da vida na Cidade da Bahia e seu Recôncavo. (Risério, 2004, p. 301).

Este foi o cenário para uma das revoltas populares mais importantes para a história de Salvador e da Bahia. Trata-se da Conjuração Baiana de 1798 ou, como ficou mais popularmente conhecida, a *Revolta dos Alfaiates*, já que os líderes revolucionários eram sapateiros, escravos e alfaiates. O movimento de conjuração propunha a formação da *República Bahiense* e acabou por ter uma repressão tida como superior à Inconfidência Mineira. A escassez de alimentos e falta de produtos foram os motivos iniciais da revolta. Desta luta, ficaram conhecidos os líderes, todos negros, os alfaiates, João de Deus e Manuel Faustino, e os soldados, Lucas Dantas e Luís Gonzaga das Virgens, os quais foram mortos na praça que, nos dias de hoje, abriga monumentos em sua homenagem, a Praça da Piedade, no centro de Salvador.

Contudo, certamente, é o 2 de julho (de 1823), data da Independência da Bahia, o acontecimento mais marcante da história baiana em que se pode observar a tensão entre um poder político colonial e a articulação popular. Embora a proclamação da Independência do Brasil tenha ocorrido no 7 de setembro de 1822, a Bahia continuou sendo ocupada por tropas portuguesas até que finalmente fossem expulsas no ano seguinte. O movimento ocorrido na Bahia que culminou na batalha do 2 de julho começou ainda em 1820, mas tem, de fato, no movimento de 1798, uma semente que produziu como efeito uma espécie de sentimento de independência do baiano em relação a Portugal. Inúmeras figuras populares de diversas classes sociais ficaram eternizadas com heróis e mártires da batalha, de modo que ainda hoje o 2 de julho é responsável pela produção de uma imagem de articulação popular bem sucedida, patriotismo e, sobretudo, de baianidade comprometida. Dos índios “caboclos” (hoje homenageados em monumentos na Praça do Campo Grande, uma das mais tradicionais de Salvador), até a figura da Irmã Joana Angélica que se colocou entre os portugueses e seu convento na Lapa (e que hoje nomeia uma das avenidas mais

movimentadas da cidade), passando pela figura de Maria Quitéria, tida como a Joana D’Arc brasileira (e cuja imagem, por determinação ministerial, está hoje em todos dos quartéis e repartições militares do Brasil), a representação do 2 de julho como um evento histórico de intensa participação popular e que deve dar orgulho a qualquer brasileiro mas, principalmente, a qualquer baiano constitui um importante pedaço da história estadual que é bastante reafirmado seja na educação escolar oferecida no estado da Bahia, seja no feriado (mas, sobretudo nas paradas e desfiles) que acontece(m) na referida data em cada ano, ou mesmo na execução do Hino da Independência da Bahia, ou simplesmente Hino da Bahia¹⁶, até meados do século XX, obrigatória nas escolas públicas de Salvador.

Na caracterização das condições de produção, passado este período histórico imperial, faz-se interessante adentrar no contexto político da Segunda República¹⁷ em que se começa a delinear uma formação política que ainda nos dias de hoje produz efeitos sociais (e, evidentemente, discursivos) importantes para a cidade de Salvador. A “Revolução de 30” que marcou o processo político-militar que impediu a posse do presidente eleito Júlio Prestes pela introdução de Getúlio Vargas em seu lugar rearranjou o panorama oligárquico que se desenvolvia na Bahia. Acontece que, como historia Risério (2004, p. 485), “a Bahia não se engajara no processo revolucionário. A elite política baiana era, em sua maioria, claramente antialiancista. Anti-Vargas”. Os oligarquistas baianos ressentiram-se com o fato de que um de seus companheiros, Vital Soares, que renunciou o

¹⁶ *Nasce o sol a 2 de julho
Brilha mais que no primeiro
É sinal que neste dia
Até o sol é brasileiro
Nunca mais o despotismo
Regerá nossas ações
Com tiranos não combinam
Brasileiros corações
Cresce, oh! Filho de minha alma
Para a pátria defender,
O Brasil já tem jurado
Independência ou morrer.
Nunca mais o despotismo
Regerá nossas ações
Com tiranos não combinam
Brasileiros corações
Salve, oh! Rei das campinas
De Cabrito e Pirajá
Nossa pátria, hoje livre,
Dos tiranos não será.*

¹⁷ Trata-se da Era Vargas ocorrida de 1930 a 1945.

cargo de governador da Bahia para ser o vice-presidente de Júlio Prestes, não pôde assumir seu posto em virtude da tomada de poder por Getúlio Vargas.

A Bahia continuava politicamente oligarquista, não apoiando, desse modo, o governo Vargas. Contudo, os efeitos da revolução haviam chegado à Bahia, pela nomeação de Juracy Magalhães como interventor do estado. Note-se que o novo chefe do governo era cearense, militar e considerado novo demais (26 anos) para o cargo, fato que tornará ainda mais descontentes os coronéis baianos. Risério aponta que o descontentamento da elite política baiana foi tão grande que coronéis, até então em lados politicamente opostos, viram-se obrigados a se unirem. Embora também o governador tivesse procurado alianças locais, as posições antioligárquicas e anticoronelistas, bem como o tenentismo do projeto Vargas a que se filiava Juracy Magalhães não foram suficientes para confrontar a coalisão formada pelo rearranjo dos oligarquistas baianos. O governador teve de ceder e ele mesmo se tornou uma “espécie de supercoronel” (Risério, 2004, p. 489). Assim, coube a Juracy Magalhães reabsorver politicamente os coronéis de modo que, na Bahia, continuou a vigorar a prática conservadora das oligarquias, ainda que de forma rearranjada.

É pela figura de Juracy Magalhães, já absorvido pelo sistema político que se desenvolvia na Bahia, e exercendo um segundo mandato de governador após ter sido o primeiro presidente da Petrobrás, que Antônio Carlos Peixoto de Magalhães (daqui pra frente, ACM), de longe considerado o político mais representativo da Bahia, entrou na cena política. É o que apontam os autores Jonas e Almeida (2004), afirmando que a entrada de ACM na política deu-se na Bahia durante a democracia pós-45 com o apoio do então governador Juracy Magalhães.

A consolidação da carreira política de ACM, porém, deu-se quando de sua premiação pelo regime militar com a prefeitura da cidade de Salvador no final da década de sessenta. Em seguida, tendo se destacado na administração municipal, foi contemplado, também por nomeação, com o cargo de governador no início dos anos setenta.

Foi como governador que ACM construiu o que os autores chamam de “corrente política suprapartidária” (Jonas, Almeida, 2004, p. 104) responsável pela manutenção da lógica oligárquica¹⁸ da política baiana, mesmo nos anos mais duros da ditadura militar

¹⁸ Faz-se necessário esclarecer o que os autores caracterizam por oligarquia. Para eles, trata-se de um sistema político que depende da proporção da sociedade política constituída por eixos como *participação* e *elegibilidade*. Os autores afirmam que uma poliarquia pode se oligarquizar pela manipulação do eixo da

brasileira. Uma vez que o regime militar não representou uma barreira para tal forma regional de fazer política, foi possível a formação, por parte de ACM, de um grupo político interessado em uma expansão de poder no estado baiano. Como efeito, após a redemocratização nacional, ACM já configura como um grande líder político e estruturador de uma corrente forte que conseguiu estabelecer representações políticas em diversas esferas do poder político estadual e federal. A esse modo regional de fazer política que tem a figura de ACM como imã central, os autores chamam *carlismo*.

Segundo Dantas Neto (2003, p. 213), o carlismo caracterizaria a formação de “grupo político sob o comando de Antônio Carlos Magalhães” ou, em termos mais precisos:

Instituição da política baiana e nacional, parte constitutiva e constituinte de uma situação política que, sem reivindicar-se singular, é um arranjo regionalmente peculiar de elementos presentes na política brasileira do último meio século e, ao mesmo tempo, a projeção nacional dessa “síntese” política regional realizada em contexto político autoritário e de fraca polarização ideológica. (Dantas Neto, 2003, p. 214).

Jonas e Almeida (2004) buscam mostrar que a constituição, consolidação e manutenção da política carlista na Bahia, tida como herança do coronelismo oligárquico, só foi possível, de um lado, pelas relações que ACM buscava instituir e, de outro, pelo aparato midiático que sustentou tal modo de produção político. Desse modo:

A transição democrática “pelo alto” e as novas alianças firmadas por ACM, permitiram a sua sobrevivência política no novo regime e a sua nomeação para um cargo estratégico – o Ministério das Comunicações. A construção de uma, digamos, rede carlista de televisão, imprensa e rádio, se deu dentro deste novo ambiente político, o que ensejou não só a sobrevivência do grupo político de ACM, como também a sua modernização, do ponto de vista da comunicação política. (Jonas, Almeida, 2004, p. 104).

Isto posto, os autores assumem a posição de que o carlismo pôde se manter tendo em vista “uma mutação na estratégia política da oligarquia baiana decorrente da guinada

elegibilidade, isto é, por uma mexida nas regras que dizem quem está apto ou não a candidatar-se. Desse modo, sem que haja uma ruptura institucional no que se refere à participação, poder-se-ia reverter a elegibilidade seja por métodos formais, seja por informais. A barreira educacional era usada como controle formal da elegibilidade ao longo da Primeira República. Em contrapartida, salientam os autores, o *compromisso coronelístico* representaria a maneira informal de controlar a participação e a elegibilidade e instituir uma oligarquia.

mediática de ACM” (Jonas, Almeida, 2004, p. 104). Dado que, conforme os autores, a oligarquia baiana é recorrente desde a primeira república, a entrada de ACM nesse contexto político, possibilitou uma transformação e renovação deste modo de fazer política já que, por ele, a preservação da forma oligárquica de poder aliou-se às estratégias midiáticas. Seria, dito de outro modo, o que os autores denominam *carlismo midiático* que se resume na figura de ACM como entremeio entre oligarquia (preservação de um fazer coronelístico, valorização da prática de fazer alianças etc.) e a mídia (abertura para novas estratégias, controle dos meios de comunicação).

O que os autores apontam faz-nos remetermo-nos imediatamente para o *Vous avez bien dit propagande?*, texto de Michel Pêcheux, publicado em 1979. No texto, Pêcheux busca mostrar que a evidência da propaganda, como um instrumento político influenciador do homem, não está assentada em aspectos bio-psicológicos do campo do debate cognitivo e afetivo¹⁹, para propor uma história política da propaganda no desenvolvimento do capitalismo. Nesse sentido, partindo do modo como o capitalismo desenvolveu-se por duas vias (a americana e a prussiana²⁰), o teórico mostra que “*as condições de exercício das propagandas políticas*” (Pêcheux, [1979] 2011, p. 82) formaram-se, entre confluências e contradições, neste duplo espaço de desenvolvimento capitalista e tendo por base estratégias tais como emprestar, tomar a palavra, desviar, virar, desnaturalizar as bases do adversário de classe. O autor ainda mostra que ao mesmo tempo em que propaganda liberal burguesa tinha como base de sustentação a Declaração dos Direitos dos Homens e o Sujeito de Direito; o movimento operário ratifica tal juridismo e desenvolve uma propaganda preocupada em educar, instruir, “desalienar”, isto é, fazer acontecer a *tomada de consciência*.

¹⁹ O campo afetivo e cognitivo sustentava a ideia de que o homem seria um ser a que se pode influenciar, sendo a propaganda um forte instrumento para isso. Essa ideia (ou evidência) instala-se, para Pêcheux, no seio de uma reflexão teórico-política que se sustenta em basicamente três teses. A primeira diz respeito ao fato de que o homem é movido por pulsões de ordens argumentativas e emocionais. A segunda refere-se a fato de que tais pulsões, uma vez conhecidas pela ciência moderna, podem ser manipuladas. E a terceira, por seu turno, ancora-se no postulado de que, por uma “campanha de propaganda” que se dá pela manipulação das pulsões acima apresentadas, seria possível decidir o destino de milhões de pessoas.

²⁰ Segundo Fiori (2006) as vias de desenvolvimento do capitalismo já foram explicadas de diferentes modos, em diferentes contextos históricos, de modo a não se fechar uma definição única especificada. Ao tratar estas duas vias do desenvolvimento capitalista, Pêcheux está se referindo a modo como o produtor torna-se progressivamente comerciante capitalista (via americana) e à transformação lenta do sistema feudal em sistema capitalista (via prussiana). Ainda segundo Pêcheux ([1970] 2011, p. 82): “a história dos séculos XIX e XX condensa assim admiravelmente esta luta entre as duas vias do capitalismo e recapitula ao mesmo tempo as diversas condições da luta do movimento operário face ao desenvolvimento capitalista”.

A preocupação de Pêcheux é justamente mostrar como, no desenvolvimento e consolidação do capitalismo, por diversos modos, as formas de fazer propaganda do movimento operário e da burguesia, ainda que tenham inicialmente formas e objetivos diferentes (e até antagônicos), vão se remetendo e se confundindo. A questão central é a forma como o assujeitamento ideológico do capitalismo vai se instituindo e construindo determinadas evidências, dentre as quais a do *sujeito individuado* (cf. Orlandi, 2012), possibilitando a construção de um sujeito bio-psico-social a-histórico, de tal modo que, a propaganda – pelos performativos, interpelação do sujeito por seu próprio narcisismo, universalizações/individualizações que se iam construindo pelo emprego de *todo, cada um e ninguém*, isto é, a “língua de Estado” (Pêcheux, [1979] 2011, p. 86) que mascara a existência de classes, trabalha evacuando as contradições e instituindo uma prática de silêncio/silenciamento – se tornasse um instrumento político de ordem psicológica facilmente manipulável. Em síntese, Pêcheux mostra que a concepção instrumentalizada da propaganda não se fundamenta no fato de que o homem é “um ser influenciável”: trata-se, antes de qualquer aspecto, de uma questão político-ideológica que diz respeito à forma como se dá a interpelação do sujeito.

Feito este adendo, voltamos ao carlismo refletindo sobre o modo como diversos autores são consensuais em pontuar que tal sistema político de ACM aliava monopólio da indústria midiática, práticas políticas conciliatórias e, quando necessário, truculência e força bruta. Jonas e Almeida (2004), pela afirmação do que chamam carlismo midiático, apresentam uma série de “dados empíricos” do monopólio midiático exercido por ACM. A evidência da propaganda e de seus *efeitos psicológicos*, tal como nos aponta Pêcheux, ganha, nesse contexto, essencial importância para a consolidação de ACM. Os autores trazem diversas falas deste político para mostrar a construção de um comportamento autoritário, por conta de ACM ter adquirido empresas de comunicação. Além disso, como base em análise de direitos de resposta e da comparação da cobertura de alguns fatos relacionados à prefeitura de Lídice da Mata²¹, buscam mostrar como os órgãos midiáticos filiados à figura de ACM eram parciais e dispostos a por em circulação uma imagem desfavorável de seus opositores. Eles relatam:

²¹ Prefeita de Salvador em 1992, quando ACM era governador.

[...] o grupo político de ACM não tinha nas mãos apenas a agenda jornalística da TV Bahia, mas também a da TV Educativa e a das emissoras de rádios pertencentes à Rede Bahia e aliados políticos. No dia 20/10/93, a TVE, por exemplo, veiculou uma reportagem sobre uma crítica de ACM à Lídice da Mata, por ela não ter conseguido conduzir as negociações da greve dos rodoviários, sem, no entanto, ter ouvido a Prefeita. Esta emissora pública se negou a fazer imagens de Lídice da Mata chegando para organizar os trabalhos de recuperação da encosta da Igreja do Sr. do Bonfim, preferindo enquadrar a chegada de ACM ao local. Enfim, os mídias “carlistas” faziam apenas as notícias que modelassem a imagem da prefeitura de modo negativo. Tudo parece crer que, na prática jornalística da TV Bahia, a cultura jornalística com seus símbolos, estereótipos e rituais disciplinando o “fazer notícias” levando em conta a “objetividade” era somente uma retórica vazia. (Jonas, Almeida, 2004, p. 112)

Aliado a esse aspecto de monopólio midiático, Dantas Neto (2003) afirma que a manutenção do poder por parte do grupo de ACM era feita por diversas alianças muitas vezes não imaginadas. Segundo o autor:

Acirradas rivalidades pessoais passavam a plano secundário, desautorizando interpretações de que o “personalismo” impedia o exercício da “grande política”. Ao contrário, o poder pessoal a viabilizava em contexto político autoritário, garantindo aos “interesses baianos”, situados nos vértices entre política, administração pública e mercado, a continuidade de um tratamento diferenciado, por parte do Estado nacional, pacto do qual ACM era o fiador. Aos demais grupos políticos da ordem sobrava a partilha de fatia cada vez mais exígua do varejo político, ou o isolamento, pois na Bahia do exitoso conservantismo moderno objeções ao carlismo havia apenas em ambientes privados. O espaço público era surdo e quase mudo (Dantas Neto, 2003, p. 228)

Risério (2004), por seu turno, descreve a “falência das oposições” na Bahia, tanto no plano estadual quanto no plano municipal, mesmo quando eram as oposições contrárias a ACM que estavam no poder, especificamente Waldir Pires (eleito governador em 1986) e Lídice da Mata. Pontualmente, no que se refere à cidade de Salvador, o autor defende que a má articulação da oposição representada pela então prefeita foi a responsável para que a cidade de Salvador, tradicionalmente anticarlista, desacreditasse na oposição e perpetuasse diversos personagens ligados a ACM na prefeitura da capital do estado. Segundo o autor:

[...] Lídice da Mata [...] fez uma administração pífia, deixando a cidade cair aos pedaços. É certo que Antonio Carlos jogou pesado contra ela, mas também é certo que ela não soube jogar a favor de si mesma. Como Waldir, concentrou-se em processos políticos e não em tarefas administrativas; centrou-se em seu próprio e pequenino grupo, marginalizando (e mesmo bloqueando) as demais forças da coligação; esqueceu-se de realizar obras, urgentes e necessárias; não tinha um projeto para a cidade. Com isso, Antonio Carlos não só fez o seu sucessor, na figura do engenheiro Paulo Souto, como, pela primeira vez,

conseguiu eleger um membro de seu grupo, Antonio Imbassahy, prefeito de Salvador, cidade até então tradicionalmente anticarlista (Risério, 2004, p. 559)

Do ano de 1995 até o ano de 2004, Antônio Imbassahy, filiado ao grupo de ACM, exerceu o cargo de prefeito de Salvador. Foram dois mandatos (1995 – 1999/ 2000 – 2004) e três avaliações promovidas pelo Instituto Datafolha como o melhor prefeito do Brasil²². Nessa mesma época, também o governo da Bahia passava por um longo período de administração carlista (Paulo Souto – 1995/1999, César Borges – 1999/2002, Otto Alencar – 2002/2003, Paulo Souto – 2003/2007). Contudo, este longo período de governo tanto estadual quanto municipal foi ficando saturado. Além disso, a atuação de ACM enquanto senador da república se colocava em evidência por denúncias de fraudes e corrupção, fatos que respingavam na administração do governador e do prefeito e “reacendiam” o anticarlismo dos soteropolitanos. De modo pontual, destaca-se o episódio relacionado à fraude do painel de votação do Senado, no qual, por uma gravação de um diálogo entre ACM (na época, presidente do Senado) e o Procurador da República, Luiz Francisco de Souza, veio a público o fato de que ACM tinha conhecimento dos votos (secretos) de seus pares²³. Também é pertinente lembrar os diversos escândalos relacionados às escutas telefônicas, escândalos que fizeram ACM receber o epíteto de “pai dos grampos”²⁴. No ano de 2001, esses fatos foram responsáveis por inúmeros protestos de manifestantes em Salvador que exigiam a cassação do mandato de senador de ACM. Os protestos foram intensos e deles destaca-se o confronto entre estudantes e Polícia Militar, ocorrido em maio de 2001, em que a Polícia Militar *invadiu* o campus da Universidade Federal da Bahia²⁵. A repercussão foi grande já que um território federal havia sido tomado por policiais do estado. Deste fato, podemos dizer que a figura dos carlistas foi definitivamente eleita como a oposição dos movimentos estudantis e sociais de Salvador, tendo em vista, além dos escândalos de corrupção, a considerada radicalização das formas de combate a sua oposição (política ou social) que o sistema político de ACM promovia, bem como a memória de coronelismo que sua figura evocava.

²² Cf. <<http://atarde.uol.com.br/noticias/918290>> Acesso em 16 jun. 2013.

²³ Cf. <<http://noticias.terra.com.br/brasil/noticias/0,,OI1704517-EI306,00-Lembre+o+escandalo+que+afastou+ACM+do+Senado.html>> Acesso em 17 jun. 2013.

²⁴ Cf. <<http://noticias.terra.com.br/brasil/interna/0,,OI1705480-EI306,00.html>> Acesso em 17 jun. 2013

²⁵ Cf. <<http://www.bahiatododia.com.br/index.php?artigo=1345>> Acesso em 17 jun. 2013.

As eleições para a prefeitura de Salvador no ano de 2004 constituem-se como um momento interessante para a percepção do anticarlismo soteropolitano e da fraca articulação da oposição. Embora a figura de João Henrique de Barradas Carneiro (doravante, João Henrique) estivesse entrando em ascensão na cena política baiana, a (má) atuação do Partido dos Trabalhadores (PT) e do Partido da Frente Liberal (PFL) nas eleições municipais é fundamental para a sua eleição. No que tange ao carlista PFL, esta eleição marca a primeira vez em que um candidato aliado a ACM não é escolhido unanimemente em primeiro turno. Mesmo assim, César Borges, o carlista em questão, consegue disputar o segundo turno, justamente porque a oposição que alcançaria número superior de votos está dividida entre Nelson Pelegrino (PT) e Lídice da Mata (Partido Socialista Brasileiro - PSB). PT e PSB juntos teriam 32,03% de votos contra os 21,93% de César Borges e chegariam ao segundo turno²⁶. É o que, posteriormente, Lídice da Mata reconheceu como “erro da oposição” ao afirmar que “a oposição poderia ter vencido a eleição no primeiro turno, se houvesse um pouco mais de entendimento político entre os candidatos”²⁷. É interessante chamar atenção para o fato de que, uma vez derrotada, a oposição se articula para apoiar João Henrique, candidato do Partido Democrático Trabalhista (PDT), já que ele enfrentaria uma figura forte do carlismo, ex-governador e, na época, senador da república. Note-se que João Henrique consegue ser eleito com praticamente 80% dos votos fato que foi bastante noticiado nacionalmente e localmente como marco inicial do fim do carlismo²⁸.

No ano de 2008, João Henrique conseguiu a reeleição, mas, desta vez, com uma votação não tão expressiva e novamente passando por um segundo turno. No ano de 2007, o prefeito de Salvador e candidato a reeleição havia saído do PDT para se filiar ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), o que lhe rendeu o forte apoio do então Ministro da Integração Nacional, Geddel Vieira Lima (também PMDB). É interessante ressaltar que, desta vez, são os carlistas (agora reunidos no Democratas – DEM – , antigo PFL) que dão suporte à eleição de João Henrique. Sua popularidade estava em baixa, mas o

²⁶ Cf. < <http://eleicoes.folha.uol.com.br/folha/especial/2004/eleicoes/38490p1.html> > Acesso em 24 jun. 2013

²⁷ Cf. < <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/especial/fj0410200459.htm> > Acesso em 24 jun. 2013

²⁸ A revista *Isto É* (Cf. < http://www.istoe.com.br/reportagens/4492_O+FIM+DO+CARLISMO > Acesso em 24 jun. 2013) traz uma reportagem em que afirma que o fim do carlismo, prenunciado com a eleição de João Henrique em 2004, é consolidado em 2006 com a derrota dos candidatos de ACM para o Governo do Estado (Paulo Souto) e para o Senado da República (Rodolfo Tourinho) em favor das eleições de Jacques Wagner (PT) como governador e de João Durval (PDT) como senador.

apoio do supracitado ministro bem como sua migração para o PMDB foi fundamental, tendo em vista que esta nova aliança dava sustentação para a promessa de terminar o metrô de Salvador, ainda hoje um objeto de desejo da cidade²⁹. Uma vez que tal promessa apresentava-se como longe de ser realizada³⁰, a popularidade do então prefeito continuava em baixa. No ano de 2009, João Henrique foi eleito o pior prefeito das capitais do Brasil e repetiu o feito em 2010, além disso, teve sua administração considerada como péssima por mais de 60% dos soteropolitanos³¹. Nesse período, trocou novamente de partido, deixando o PMDB para se filiar ao Partido Progressista (PP). Sua administração foi marcada por inúmeras polêmicas, embates como servidores municipais e demais categorias privadas. Disso, resultou um acentuado número de greves em diversos setores (de modo especial, educação e transporte) e protestos contrários a sua administração³².

É nesse contexto de contrariedade à figura do então prefeito João Henrique que os movimentos sociais urbanos *Desocupa* e *Ocupa Salvador* começam a aparecer na cidade de Salvador. Além das condições de produção globais das quais já tratamos, é importante chamar atenção para o fato de que este ambiente de contestação no âmbito municipal se relaciona com outros contextos de condição de produção que desembocam na produção, constituição e circulação dos discursos dos movimentos sociais em pauta. Em termos municipais, o desgaste da figura de João Henrique possibilitou o acontecimento de movimentos contrários a sua gestão de tal modo que o próprio nome *desocupa* de um dos movimentos relaciona-se com o desejo de ver o então prefeito longe da administração da cidade. Também o descrédito no PT (tanto em âmbito nacional, quanto estadual) reforça o sentimento de descontentamento na representação partidária política de tal modo que os movimentos parecem ser uma resposta – construída no âmbito de um apartidarismo visto como desejável – da “cidadania”, da “sociedade organizada”, enfim, do imaginário de “moralidade” que, ao contrário dos políticos, não se corrompe. Além disso, como poderemos ver mais a frente, essa memória de combatividade é mais um suporte discursivo

²⁹ Em 2010, o metrô de Salvador entrou no livro dos recordes (Guinness Book) como o mais caro, mais curto e o que mais demorou a ser entregue (fato que ainda não aconteceu).

³⁰ Foram muitas as greves dos funcionários das obras do metrô, bem como os períodos em que as obras eram suspensas.

³¹ Cf. < http://pt.wikipedia.org/wiki/Jo%C3%A3o_Henrique_Carneiro> Acesso em 24 jun. 2013

³² Chamamos atenção para a polêmica entre os donos de barracas de praia e a prefeitura que resultou em diversos protestos contrários a João Henrique, dentre os quais destacamos o “enterro simbólico do prefeito”: Cf. < <http://www.correio24horas.com.br/noticias/detalhes/detalhes-1/artigo/barraqueiros-pedem-tempo-para-se-adequar-e-evitar-demolicao/>> Acesso em 24 jun. 2013.

para os movimentos sociais, pois, por tal memória, é possível sustentar um discurso contrário a imagem que se faz do baiano em âmbito nacional que o relaciona culturalmente como preguiçoso por conta de uma ideia de baianidade e politicamente como apassivado pelo histórico de afirmação coronelista-carlista a que o baiano parecia se submeter espontaneamente.

Seguindo as pegadas que nos levam a descrever as condições de produção do discurso dos movimentos *Ocupa Salvador* e *Desocupa*, retomemos a construção desta ideia de baianidade para buscarmos entender quais representações ou imaginários de baiano/Bahia, soteropolitano/Salvador são retomados e atualizados frente à memória do que vem a ser um movimento social no contexto específico desta cidade.

1.3 A questão da baianidade.

A ideia de que o soteropolitano é socialmente engajado está, como veremos mais a frente, presente na produção discursiva dos movimentos *Ocupa Salvador* e *Desocupa*. Esta ideia produz efeitos na discursividade em pauta e, a primeira vista, parece, por um lado, estar sustentada numa memória histórica da combatividade baiana que retoma “acontecimentos históricos”, tal como descrevemos acima; e, por outro, parece configurar um tipo de “resposta” a um estereótipo de baianidade que circula em âmbito nacional. Além disso, há também uma ideia de cidade mítica, especial, única (e que não está sendo *cuidada* como merece) circulando no discurso dos movimentos sociais em pauta que, de igual forma, parece retomar este mesmo estereótipo ou ideia de baianidade.

É interessante, diante desse quadro, voltarmos a Pêcheux ([1969] 2010) para refletirmos sobre a noção de *formações imaginárias*. As formações imaginárias, tal com postuladas por este teórico, referem-se às imagens que os interlocutores de um processo discurso atribuem a si e ao outro imaginariamente de modo que permitam aos interlocutores uma antecipação nas representações que fazem de si mesmos e do outro. O exame das formações imaginárias pode ser feito, em consonância com Pêcheux, a partir de quatro questões: duas referentes à imagem de A e duas referentes à imagem de B. Desse modo buscar-se-ia entender: “IA(A): a imagem do lugar de A para o sujeito colocado em A – quem sou eu para lhe falar assim?” (Pêcheux, [1969] 2010, p. 82), “IA(B): a imagem do

lugar de B para o sujeito colocado em A – quem é ele para que eu lhe fale assim” (Pêcheux, [1969] 2010, p. 82), “IB(B): a imagem do lugar de B par o sujeito colocado em B – quem sou eu para que ele me fale assim?” (Pêcheux, [1969] 2010, p. 82), e, por fim, “IB(A): a imagem do lugar de A para o sujeito colocado em B – quem é ele para que me fale assim?” (Pêcheux, [1969] 2010, p. 82). Acrescente-se o fato de que esse jogo que se dá no âmbito das formações imaginárias é discursivamente a base para pensar o processo de argumentação. Orlandi (1998, p 76-77) vai considerar que “sobre o mecanismo da antecipação repousa o funcionamento discursivo da argumentação. Argumentar é prever, tomado pelo jogo de imagens”.

Esse resgate da teoria de Pêcheux e de seu desdobramento no pensamento de Orlandi nos permite entender a importância do discurso do outro para uma formulação discursiva associada à ideia que se faz de si para legitimação de um discurso. Trazer a ideia de baianidade, nesse contexto, é compreender, enquanto condições de produção, quais sustentações específicas legitimam a produção discursiva dos movimentos sociais em pauta no âmbito da cidade de Salvador. Além disso, tal reflexão pode nos fazer compreender como as imagens que circulam tanto localmente quanto nacionalmente fazem sentido e ressoam na constituição e formulação dos movimentos, sobretudo no que se refere ao conjunto do já-dito acerca da relação entre *a cidade e ser da cidade*.

O filósofo e estudioso da baianidade, Milton Moura, em um texto intitulado *Identidade*, aponta que variados processos de identificação responsáveis pela construção de uma *mistificação* ou idealização de *idades especiais* tais como Rio de Janeiro, Salvador, Paris, Roma, Nova York, dentre outras, começam pela produção do que ele chama de “textos identitários” (Moura, 2005, p. 83). A construção (discursiva) dessas cidades como especiais e emblemáticas que produzem o estabelecimento de uma ideia de nação ou de estado ou mesmo de gênero musical se fundamenta nestes textos identitários os quais são responsáveis pela produção e contínua reprodução dos “mitos” que desembocam numa *cariocalidade*, *mineiralidade* ou, em nosso caso, uma *baianidade*, por exemplo. Para o estudioso, “o que acontece de especial nessas cidades especiais, estratégicas, singulares, é que a reiteração, ou seja, a repetição frequente de seus textos identitários, termina ocasionando uma certa autonomização desses próprios textos, [...] tanto para os cidadãos como para os adventícios.” (Moura, 2005, p. 83).

Especificamente no caso do Brasil, o autor sugere que o viés da colonização e do pós-colonialismo dos Estudos Culturais não deve ser adotado com receita pronta de leitura para o que ele chama de problemática identitária brasileira, tendo em vista que, no Brasil, “o que vemos é a dramatização cotidiana da tensão entre unidade de uma nação e de uma região/estado, como uma dinâmica de estranhamento e reconhecimento, de distanciamento e aproximação”. (Moura, 2005, p. 84). Desse modo, a construção da nacionalidade brasileira poderia ser encarada, dentre outros aspectos, como um arranjo de diversos textos regionais dados no constante contraponto entre integração e distanciamento.

Após apresentar brevemente os indícios de textos identitários que compreenderiam uma *brasilidade*, os quais estariam relacionados a textos regionais atravessados por aspectos culturais como samba e futebol, mas também, divulgação midiática cultural, Moura apresenta o que poderia se compreender por baianidade. Assim, tal termo designaria “o texto identitário que se tornou hegemônico, nas últimas décadas, no sentido de organizar as referências culturais da região que corresponde a Salvador e a seu Recôncavo” (Moura, 2005, p. 86). Para o autor, não só ícones culturais (escritores, cantores etc.) são responsáveis pela construção deste texto hegemônico, mas também, e talvez principalmente, setores relacionados ao entretenimento e ao turismo, bem como as elites que vêm ocupando os governos estadual e municipal as quais “souberam captar e reelaborar o capital simbólico da baianidade na forma de uma propaganda que, ao mesmo tempo, apresenta a Bahia como sede da fruição tropical e moradia de um povo feliz” (Moura, 2005, p. 87).

Moura desenvolve sua linha de pensamento afirmando que três elementos são pilares na construção deste texto identitário, a saber: familiaridade, religiosidade e sensualidade. Elementos que, embora aparentemente díspares, baseiam-se justamente na proximidade do desigual. Por fim, o teórico relaciona brasilidade e baianidade considerando que “[...] no concerto da brasilidade, a Bahia comparece como referência emblemática do passado colonial e da herança africana” (Moura, 2005, p. 88), mas sem deixar de pontuar que tal relação não pode ser sintetizada neste aspecto.

De modo especial, chama atenção a seguinte consideração feita pelo autor:

Fizemo-nos profissionais e militantes de nosso anúncio para nós mesmos e o mundo. Costuma ser especialmente importante, para boa parte dos baianos,

elaborar o *ser baiano*. Especializamo-nos no próprio acontecimento de *ser baiano*, em no dizermos baianos; vestimos a nossa fantasia a ponto de toma-la, muitas vezes, como nosso traje cotidiano. É um narcisismo ativo e criativo. A reiteração desse texto certamente não decorre de que temos “mais” cultura que outras regiões. Trata-se de uma especialização que ao longo do tempo se confirmou, inclusive econômica e empresarialmente, como válida. Seja a partir da curtição narcísica do próprio perfil, seja em virtude da admiração percebida em visitantes singulares [...] que chegam continuamente e ficam, em não poucos casos, para sempre, configurou-se uma pintura da Bahia que vem agradando a ambos os parceiros da dinâmica. (Moura, 2005, pp. 86-87)

Ao ressaltarmos essa citação, queremos mobilizar um argumento teórico que nos permita compreender como este discurso do “ser baiano” ou do “estar na Bahia/em Salvador” aparece, enquanto condição de produção discursivizada, em nosso material de análise. Se este “texto identitário” é tão presente na relação do baiano-soteropolitano com a *sua* cidade, quais efeitos são produzidos no discurso dos movimentos sociais aqui em pauta e como isso se relaciona com o modo específico dos movimentos significarem a cidade sobre a qual estabelecem sua atuação? Em outras palavras, como a cidade, especificamente a cidade de Salvador com toda essa memória, sendo motivo e lugar de lutas dos movimentos faz sentido em sua produção discursiva?

Seguindo na esteira do entendimento da questão da baianidade, o antropólogo e professor, Roberto Albergaria³³ acredita que a ideia de baianidade está sustentada numa discussão que se situa entre duas grandes teorias. Por um lado, a baianidade seria um produto que “emergiria de baixo para cima” (cf. Albergaria, 2001) e, assim sendo, existiria um *ethos baiano*³⁴ sintetizado na ideia de que a cidade da Bahia (isto é, vale lembrar, Salvador e Recôncavo Baiano) teria uma espécie de “alma” que ia se firmando e ganhando expressão em virtude de mais de 400 anos de sincretismo religioso e de mistura afro-luso-tupi. Tal concepção seria, de acordo com o autor, a representação de uma teoria endógena e espontaneísta da baianidade. Em oposição a esta vertente, Albergaria apresenta (e se detém mais sobre) a perspectiva que considera que a ideia de baianidade se construiu de fora para dentro e de cima para baixo. Para essa vertente, a ideia da endogenia é um mito constitutivo da identidade e, por isso, não explicaria de fato a constituição de uma ideia de baianidade.

³³ Entrevista dada pelo referido antropólogo e professor à SBPC Cultural realizada na Universidade Federal da Bahia e 2001 a respeito na noção de identidade cultural. Disponível em: <<http://www.sbpccultural.ufba.br/identid/semana1/alberga.html>>. Acesso em: 07 jun 2013.

³⁴ Aqui, o uso do termo *ethos* retoma a escrita do antropólogo Roberto Albergaria que, a nosso ver, faz uso de tal expressão como sinônimo de *imagem* ou *representação*.

Nessa perspectiva teórica, a baianidade começa a ser construída, em primeiro plano, como uma imagem opositiva ao que o Rio de Janeiro representou nos séculos XVIII e XIX. Na medida em que a cidade do Rio de Janeiro se estabelecia como capital do Brasil e, nesse sentido, passava a representar o centro da modernidade do país, a Bahia, especificamente Salvador e seus entornos, por oposição, tornava-se a representação do passado, das tradições, da negritude e das raízes históricas da nação. O autor destaca a representação realizada no âmbito do Rio de Janeiro que considerava a Bahia como a “velha mulata”.

Dado que a capital do Brasil desloca-se do Rio de Janeiro e o centro de referência política, econômica e cultural passa a ser cidade de São Paulo, Albergaria ressalta que também São Paulo irá produzir uma forte imagem de baianidade. A mídia cultural teria papel de destaque nessa produção, uma vez que o imaginário de Bahia mítica que depois vai representar uma espécie de concentrado de Brasil ou “a brasilidade para americano ver” (Albergaria, 2001, n/p) está cada vez mais em pauta com a produção e divulgação das obras de Dorival Caymmi e Ari Barroso. Nessa construção de uma ideia de baianidade que se dá necessariamente em “oposição a”, o autor busca mostrar que a baianidade representaria o oposto de Rio de Janeiro e São Paulo, mas também o oposto aos Estados Unidos, já que em dado momento histórico a baianidade também seria confundida com brasilidade. Assim:

Num primeiro plano, você tem Bahia/Rio e Bahia/São Paulo, intranacional. No segundo plano, tem o Brasil como um todo: samba, feijoada, carnaval e futebol. E a Bahia no samba, daí a figura importante da Carmem Miranda, como constitutivo da ideia de baiana; vem a música de Caymmi, "O que é que a baiana tem?", reforçando o mito da Bahia no imaginário nacional. (Albergaria, 2001, n/p)

O autor segue afirmando que na medida em que São Paulo vai crescendo e se consolidando como eixo central de industrialização e, por isso, começa a representar a civilização e o futuro, a Bahia passa ainda mais pelo processo de mistificação, pela entrada do candomblé na cena cultural em virtude do aparecimento de figuras com a de Mãe Menininha do Gantois tomada como figura de respeito e autoridade da/na Bahia. Desse modo, para Albergaria, vão se construindo pares opositivos entre São Paulo e Bahia: São Paulo representaria a civilidade, a discricção, o trabalho; a Bahia representaria a exuberância, o exótico, a cordialidade e a preguiça. Essa diferença seria a responsável pelo

despertar de uma curiosidade em torno da Bahia e tal curiosidade faria de Salvador uma espécie de balneário alternativo em que a cidade produziria o sentido de lugar prazeroso, da contracultura e do alternativo.

Nesse aspecto, chama atenção o modo como Albergaria (2001, n/p) salienta que “várias camadas de imagens vão se sobrepondo” no que tange à formação de uma imagem de baianidade tal como hoje é possível “reconhecer” como um *modus vivendi* do baiano de Salvador e do recôncavo. Em termos discursivos, podemos dizer que o autor abre espaço para se pensar a baianidade como um discurso que se dá em movimentos de sobreterderminação. Isso significaria dizer que o cruzamento de indústria cultural, fonográfica e turística com diversos outros movimentos midiáticos, políticos e culturais que produzem discursos, os quais vão ora se colocando um no outro, ora se sobrepondo entre si, contribuiria com a formação de uma *memória de baianidade*, disponibilizando dizeres mais ou menos estabilizados do que representa ser um baiano de Salvador. Chamamos, nesse contexto, atenção para as palavras do autor:

[...] temos várias camadas superpostas de imagens, que vão se acrescentando e se intensificando. Por isso, o mito da Bahia hoje é tão forte. A tendência é isso se virtualizar cada vez mais, porque aquela baianidade tradicional, a cidade praieira, festeira, que Caymmi canta, que Jorge Amado descreve, que Vergé fotografa e etniciza, não existe mais. É uma imagem virtualizada, que aparece nos discos, nas televisões e nos sites. O que acontece hoje é um processo de mercantilização e de virtualização cada vez mais forte da Bahia. Se isso é bom ou ruim eu não sei, diria que é inevitável, que faz parte da lógica do pós-moderno. Se isso ameaça a criatividade, as novas coisas acontecendo, também não sei. Existe uma hiperpatrimonialização da Bahia, hoje tudo é patrimônio, o que existe na realidade não interessa, o que interessa é a lógica da representação. A cidade como um todo é representada pelo polinho das identidades, que vai do farol da Barra ao Bonfim, passando pelo simulacro de orixás do Dique do Tororó. Aquela zona simbolicamente densa se projeta sobre as zonas simbolicamente fracas. (Albergaria, 2001, n/p).

Enquanto dizer disponível no interdiscurso, essa representação de baianidade também circula e produz sentido na e para a cidade de Salvador. Ela faz sentido para os soteropolitanos, porque, inevitavelmente, os inscreve na evidência do que é ser soteropolitano. No que tange aos movimentos sociais que localmente produzem sentido para a cidade, lidar com essa representação é, também, inevitável. Cabe-nos perguntar em

que medida essa idealização, produzida por esse “texto identitário” produz efeito no discurso desses movimentos e que efeitos são produzidos de fato.

1.4 Condições de Produção discursivizadas: a delimitação do recorte.

Toda a descrição/apresentação feita até aqui nos serviu para investir na retomada das condições de produção dos materiais sobre os quais nos debruçamos em nosso gesto de análise. O que buscamos fazer até este momento foi chamar atenção para pontos em que a discursividade dos movimentos sociais em pauta podem estar sustentados. Seguimos o entendimento de Pêcheux que considera uma discursividade como “a inscrição de efeitos linguísticos materiais na história” (Pêcheux, 1982, p. 57 *apud* Zoppi-Fontana, 2006, p. 97), o que nos permite compreender como determinadas construções/formulações têm efeitos de sentido produzidos no batimento entre o equívoco da língua e a contradição da história. A constituição de uma discursividade, nesse sentido, significa o modo com as condições de produção estão discursivizadas na espessura material de um objeto em análise. Assim, a apresentação das condições de produção, isto é, a busca pela reconstrução do modo como *sujeito e história* se atravessam na constituição de um discurso, é base para que possamos efetuar um recorte que nos possibilite a montagem de um *corpus* discursivo.

Em Análise de Discurso, a montagem do *corpus* acompanha o andamento da análise, na medida em que tal montagem já constitui em si mesma a própria análise. Monica Zoppi-Fontana, no texto *Arquivo jurídico e exterioridade: a construção do corpus discursivo e sua descrição/interpretação*, chama atenção para o fato de que os procedimentos de análise na teoria discursiva se firmam numa concepção de *corpus* que considera não só as determinações da história dos processos discursivos como também os efeitos do gesto analítico do pesquisador no momento em que este seleciona, organiza e explora o material a que se dedica (cf. Zoppi-Fontana, 2006). A autora enfatiza que, se a montagem do *corpus* acompanha a análise, dois procedimentos (e dois efeitos) serão comuns: (i) a incorporação de novos elementos no *corpus*, fato que produzirá a necessidade de sempre reorganizar e recortar repetidamente o conjunto de materiais reunidos; e (ii) a busca por um material que responda às perguntas e objetivos da pesquisa acompanha o

andamento do estudo de modo que, na medida em que novas perguntas forem surgindo, outros materiais serão demandados, fato que mostra que o recorte dos materiais, bem como as formulações das perguntas não se dão previamente a qualquer manipulação analítica.

A autora se vale da distinção efetuada por Orlandi entre *memória discursiva* e *arquivo* para mostrar como a montagem do *corpus* de análise pode se relacionar com a discursividade do arquivo. Dado que o arquivo define-se pelo ajuntamento de materiais relativos a uma questão, isto é, funciona como organizador que produz um efeito de fechamento dos sentidos, a montagem do *corpus* pode ter no arquivo uma espécie de fonte da qual podem ser encontrados materiais analíticos que acompanhem o processamento da análise no batimento com o funcionamento da memória discursiva.

Tomamos como base essa discussão para formularmos o nosso procedimento de recorte que nos possibilitou a montagem do nosso *corpus* de análise. Os sites dos movimentos *Ocupa Salvador* e *Desocupa* foram tomados por nós como arquivo que organiza, agrupa e concentra a produção discursiva destas organizações e reúne os temas sobre os quais elas se debruçam. Desse arquivo, a partir de regularidades discursivas, construímos o *corpus* discursivo que nos permitiu ver discursivizadas as condições de produção que levantamos ao longo deste capítulo, bem como nos permitiu confrontar as perguntas que formulamos como norteadoras da análise.

Assim, organizamos nossa análise a partir das seguintes questões as quais formulamos no batimento entre a apresentação das condições de produção e um olhar preliminar em nosso material de análise:

- a) Dado o panorama global de mobilização popular mundial, a construção da evidência da *voz do povo, voz das ruas* como eficaz, a caracterização do fracasso da representação política partidária e a (re)afirmação dos movimentos sociais como espaços legítimos, necessários e capazes de propiciar mudança: **quais os efeitos sentidos de movimento social e de resistência são construídos nos discursos dos movimentos *Ocupa Salvador* e *Desocupa*? E ainda: como esses movimentos discursivamente colocam-se como intervindo no social da cidade?**
- b) Tomando a especificidade da cidade de Salvador – espaço citadino que se constitui entre a evidência de ser um grande centro urbano, metrópole, capital de

um dos maiores estados do Brasil, e a memória da fruição paradisíaca, do encantamento praiano das belezas naturais, bem como a memória histórica patrimonialista – **quais os sentidos de cidade (de Salvador) são formulados?**

- c) Levando em consideração que a memória discursiva disponibiliza dizeres paradoxais acerca do soteropolitano tanto como contestador, autêntico, participativo, culturalmente diverso e, em certa medida, sensível às raízes culturais, quanto como preguiçoso, acomodado e que se submete a sistemas políticos arbitrários – **quais os sentidos de sujeito-urbano/cidadão (soteropolitano) são formulados nessa discursividade?**

2. SOBRE MOVIMENTOS E RESISTÊNCIA

A história é um imenso sistema natural-humano em movimento, cujo motor é a luta de classes.

Michel Pêcheux

A problemática dos movimentos sociais constitui-se como tema de interesse para diferentes áreas do conhecimento. Os trabalhos teóricos que tomam como objeto esse tipo de articulação social historicizam saberes sobre ele e, com isso, constituem uma discursividade. Isso porque, produzindo um saber, acrescentam e configuram *os discursos sobre movimentos sociais*, mexendo e remexendo no já-dito acerca dos sentidos de uma organização a que se possa chamar de “movimento social”.

Nosso objetivo com este capítulo é justamente apresentar e problematizar a ideia de movimento social, tanto no que concerne à produção de saber dada no seio das ciências sociais quanto a que uma perspectiva discursiva nos permite observar. Acreditamos que resgatar o que se diz sobre movimento social no campo teórico é, em certa medida, compreender as condições de produção que sustentam um *dizer sobre*. Note-se que nosso objetivo não é apresentar uma história dos movimentos sociais no Brasil com exaustão, mas circunscrever, ainda que minimamente, algumas ideias que nos apontem para uma “concepção” (ou concepções) de movimento social que, por vezes, possam estar sustentando o funcionamento discursivo dos movimentos dos quais tratamos aqui.

Nesse sentido, apresentaremos aqui um panorama bibliográfico e teórico a partir do qual seja possível o entendimento da noção de movimento social e suas implicações para as condições de produção específicas brasileiras. De início, voltamo-nos para os campos articulados das ciências sociais (mais pontualmente, a Geografia, a Sociologia, o Urbanismo e o desdobramento dessas áreas) a fim de buscar suas propostas (ou algumas propostas, pelo menos) a respeito dos movimentos sociais. Em seguida, é a produção da Análise de Discurso que traremos à baila para constituirmos um lugar teórico que nos permita entender os movimentos de uma maneira discursiva. Neste aspecto em específico, a questão da *resistência* vem como um ponto do qual não se pode escapar, visto que o modo

como, em geral, a resistência é mobilizada em relação aos movimentos sociais parece constituir uma evidência que, de nossa perspectiva de analista, nos conduz a contrapor os sentidos de resistência que circulam amplamente com os formulados no âmbito da teoria materialista do discurso. Por fim, buscaremos apresentar um gesto analítico a partir do qual buscamos dar visibilidade ao modo como os movimentos *Ocupa Salvador e Desocupa* textualizam a si mesmos e, fazendo isso, discursivizam uma representação de articulação social. Tal gesto é conduzido pelas primeiras perguntas que enunciamos no capítulo anterior, especificamente quando tratamos da delimitação de nosso recorte: *quais os efeitos sentidos de movimento social e de resistência são construídos nos discursos dos movimentos Ocupa Salvador e Desocupa? E ainda: como esses movimentos discursivamente colocam-se como intervindo no social da cidade?*

2.1 Movimentos Sociais Urbanos: um percurso conciso pelas ciências sociais

Retomamos o trabalho *Notas para uma discussão sobre “movimentos sociais urbanos”*, de Luiz Antônio Machado da Silva e Alicia Ziccardi, os quais, do lugar teórico da sociologia urbana, problematizam a constituição do que pode ser denominar “movimentos sociais urbanos”. Assim, partem da seguinte definição:

No contexto latino-americano em geral, e brasileiro em particular, a produção intelectual inclui na rubrica “movimentos sociais urbanos” as mais diversas formas de expressão, mobilização, organização e luta dos setores populares urbanos – desde os movimentos de favelados até quebra-quebra de transportes públicos, passando por movimentos de populações afetadas por algum plano de renovação urbana. Mas não é menos certo que também são batizados de “movimentos sociais urbanos” formas de expressão das classes dominantes como, por exemplo, os movimentos ecológicos e os de defesa de certos direitos de propriedade e uso do solo. (Machado da Silva; Ziccardi, 1983, p. 13).

Embora a definição privilegie um corte em torno da base social que, em geral, protagoniza as ações dos movimentos, os autores assumem que outras variantes poderiam ser relevantes no escrutínio em torno da noção de movimentos sociais. Tal definição poderia também incidir na delimitação e observação do tipo e grau de organização, extensão e alcance do movimento, instituições da sociedade civil e do Estado que influenciam sua conformação etc.

Na verdade, as bases analíticas que sustentam o modo pelo qual uma ou outra variante seja tomada como parâmetro de observação dos movimentos sociais têm de levar em conta, para os autores, a noção de *contradição*, pontualmente a noção de *contradição urbana*. Desse modo, com base no sociólogo espanhol Manuel Castells, os autores propõem:

O que importa é indicar que, a partir deste momento, a sociologia contou com novas bases analíticas, desta vez assentadas na incorporação da noção de *contradição* como forma de apropriar-se do entendimento da realidade urbana. As chamadas *contradições urbanas* assentam-se sobre dois tipos particulares de problemas: a) os relacionados à organização social do espaço (divisão técnica e social do território); b) os que concernem à produção, distribuição e gestão dos meios de consumo coletivo (habitação, equipamentos coletivos, transporte, saúde, educação). (Machado da Silva; Ziccardi, 1983, p. 15).

O caráter da *contradição urbana* fundir-se-ia à própria emergência dos movimentos sociais urbanos, porque desembocaria nas formulações das reivindicações dos movimentos. Nesse sentido, a reivindicação aparece, no trabalho dos autores, como um indicador das necessidades sociais historicamente determinadas que se convertem em reivindicação justamente quando algum “agente/ator social” a transforma em problema social. Tal consideração serve de base para que Machado da Silva e Zicardi (1983) formulem a ideia de que isolar os bens e serviços que se consomem coletivamente ou que são providos pelo Estado pareceria mais uma ambição teórica que uma necessidade para compreender uma realidade na qual os trabalhadores, além de reivindicar melhorias na qualidade de suas condições de vida precisariam ainda reivindicar cotidianamente sua sobrevivência.

Um ponto que chama atenção é a maneira como os autores salientam a tendência predominante de se analisar os movimentos como extremamente autônomos, fato que, para Machado da Silva e Zicardi (1983) representaria um problema. Assim, para eles, seria importante considerar que “a mera existência formal de uma organização não garante a existência de um verdadeiro movimento social, por que muitas vezes ela pode sobreviver sem reivindicações efetivas, ou quanto o controle social é forte a ponto de impedir sua expressão” (Machado da Silva; Zicardi, 1983, p. 20). Associado a essa questão, pontuam o modo como tal espontaneísmo apagou outras formas de articulação não necessariamente organizadas tais como quebra-quebras de bens de consumo públicos que também representariam formas de lutas importantes a serem consideradas.

Ainda assim, os autores finalizam considerando que a possibilidade da existência de um movimento social se assenta, de um lado, em seu caráter reivindicatório e, de outro lado, em sua organização tida como “outro dos requisitos para seu aparecimento e desenvolvimento” (Machado da Silva; Zicardi, 1983, p. 21).

Maria Guzzo Decca em *Movimentos sociais: metodologia e fontes* empreende uma compreensão histórica da temática dos movimentos sociais. As transformações internas da passagem da produção agrária para a produção industrial no Brasil entre 1850-1960, pontualmente no que se refere ao lugar ocupado pelo Brasil na divisão internacional do trabalho imposta pelo sistema capitalista, é o ponto de entrada para a problematização apresentada por Decca (1980). A relação estabelecida pela autora busca dar conta da maneira como os movimentos sociais urbanos, em geral, e o movimento operário, em particular, englobam a formação do trabalhador assalariado brasileiro. Tem-se como questão a compreensão do papel do movimento operário no desenvolvimento da relação capital/trabalho que, associado a outros fatores³⁵, possibilitaria o entendimento sobre o trabalhador urbano assalariado.

Decca (1980) considera o movimento operário como um tipo de movimento social urbano o qual não deve ser pensado isoladamente, na medida em que este “tenta ser enfocado dentro dos marcos gerais de uma preocupação com o desenvolvimento capitalista no Brasil, com o desenvolvimento da relação capital/trabalho” (Decca, 1980, p. 28). Em outras palavras, a perspectiva teórica da autora propõe que não se deve esquecer a classe operária ou as classes trabalhadoras urbanas no estudo de seus movimentos de articulação, integração e preocupações de ordem estrutural e conjuntural. Trata-se, desse modo, conforme a autora em, por um lado, não incorrer em uma história do trabalho desvinculada da história da formação social e, por outro, evitar um veio econômico de caráter determinista e fechado que associa mecanicamente a situação estrutural da classe à sua prática e participação política, colocando as determinações estruturais como únicas e básicas para a percepção de classe e movimento operário.

Neste contexto de produção teórica, a concepção de movimento social desenhada por Decca (1980) coloca este tipo de organização numa importante posição frente aos

³⁵ Pontualmente, “a diversificação das atividades produtivas decorrentes da projeção urbana da economia cafeeira, as condições de compra e venda da força de trabalho, a localização do assalariado urbano” (Decca, 1980, p. 27)

embates (mas também aos “consensos”) que se estabelecem, ou podem vir a se estabelecerem, entre a classe operária e a dominação pela qual tal classe passa. Assim, nas palavras da autora:

Ainda que a autonomia da classe operária esteja comprometida pela dominação de que é “objeto” consegue ser “sujeito” no âmago da luta e do próprio movimento social quando se reconhece como tal classe e luta na defesa de seus valores e interesses classistas. Seu cotidiano, sua cultura, formas de vida estão permeadas pelos valores e interesses burgueses mas carregam ou mostram às vezes proposta divergentes, propostas de classes evidenciando luta e resistência, em determinadas conjuntura. (Decca, 1980, p. 31-32).

É também por um viés histórico que a cientista política Maria da Glória Gohn em um trabalho frequentemente indexado à problemática dos movimentos sociais, intitulado *História dos movimentos e lutas sociais: a construção da cidadania dos brasileiros*, pretende discorrer sobre a relação entre os movimentos e a construção da cidadania brasileira.

Gohn (1995) busca mapear os movimentos e lutas sociais ocorridos no Brasil nos séculos XIX e XX. Não anuncia uma concepção de movimento social, porém, pela ligação que estabelece entre esse tipo de articulação e a *sociedade civil*, dá a entender que os sentidos de movimento social repousam em ações empreendidas por diferentes classes e categorias sociais, mas especialmente as classes populares, em luta pela conquista de seus direitos ou bens e equipamentos considerados como necessários em determinados períodos históricos, ou ainda ações contra o que chama de injustiças sociais, discriminações ou atentados contra a dignidade humana.

Ao tratar o século XIX, Gohn (1995) reúne os movimentos e ações em torno de pelo menos seis categorias: i) lutas em torno da questão da escravidão; ii) lutas em torno das cobranças de fisco; iii) lutas de pequenos camponeses; iv) lutas contra Legislações e Atos do Poder Público; v) lutas pela mudança do regime político (pela República ou pela restauração da Monarquia); e, finalmente, vi) lutas entre categorias socioeconômicas. Assim, a autora pontua desde acontecimentos que vão da Inconfidência Mineira até a fundação de sociedades beneficentes tais como a dos Empregados do Jornal O Estado de São Paulo.

No que tange ao século XX, a autora expande consideravelmente as categorias que reuniriam as ações de luta e movimentos sociais. Considera que, no supracitado século,

houve um delineamento de um novo caráter das lutas sociais no Brasil. Propõe, desse modo, que o caráter urbano passa a ter uma tonalidade própria, criada a partir de uma problemática que advém das novas funções que passam a se concentrar nas cidades. Assim, pontua que “progressivamente a indústria, e as classes sociais que lhes são caudatárias, orientará as ações e os conflitos que ocorrem no meio urbano” (Gohn, 1995, p. 60). Os acontecimentos destacados são variados e de origens diferentes e vão desde as lutas mais gerais na Primeira República até os movimentos “Caras Pintadas” e contra inflação, passando pela fundação de Movimentos Estudantis e Partidos Políticos de esquerda.

Dado o mapeamento realizado, a autora busca mostrar o modo como a história brasileira pode ser pensada em relação aos movimentos sociais, entendendo as ações dos homens como “motores básicos dos acontecimentos [...] como frutos das ações e das práticas sociais e não como resultados de determinações macrogerais, que pairam sobre a cabeça dos homens na sociedade” (Gohn, 1995, p. 153). Desse modo, a proposta de Gohn (1995) quer salientar os diferentes modos de articulação de movimentos: se, inicialmente ocupavam um lugar de clandestinidade como que “seitas ilegais”, com o passar do tempo, passam a ganhar corpo, legitimidade e destacabilidade social de modo que vão se institucionalizando e desempenhando um importante papel na construção da ideia de cidadania.

Por seu turno, o cientista político e social Lúcio Kowarick, no trabalho *Movimentos urbanos no Brasil contemporâneo: uma análise de literatura*, analisa os modos pelos quais os movimentos sociais são apropriados pelas ciências sociais enquanto objeto de estudo. O objetivo do autor é apresentar as perspectivas teóricas que relacionam os movimentos sociais urbanos e o Estado, bem como a relação desse tipo de organização social com a construção de uma identidade cultural e os conflitos de classe. Nosso foco de leitura deu-se sobre a maneira como Kowarick (1987) problematiza tanto os trabalhos que colocam a oposição como modo de relação entre os movimentos sociais e o Estado quanto àqueles que veem essa relação como não antagônica *a priori*. Essa problematização nos fornece indícios de como pensar o efeito de resistência que se constrói em nosso *corpus*, já que a oposição é uma evidência construída no discurso que analisamos, embora seja a contradição, como real da história, que esteja sustentando o seu dizer.

Na medida em que a análise dos movimentos sociais, a partir de uma perspectiva sociológica, constitui-se entre convergências e divergências, Kowarick (1987) afirma:

Os movimentos urbanos constituem tema que só recentemente ganhou maior envergadura de pesquisa, sem que tenha deixado de ser extremamente polêmico do ponto de vista interpretativo. Nele estão embutidas questões teóricas extremamente complexas, entre as quais, o caráter das lutas (de classes) por eles desenvolvidos, suas (des)articulações com partidos políticos ou seus antagonismos em relação ao Estado. Outros estudos questionam seu significado cultural em termos de gerar novas formas de sociabilidade e valores que se contraponham ao elitismo tão marcadamente presente na sociedade brasileira. Ou ainda, questionam seu significado político no processo de transição, iniciado no percorrer da década de 70, para um regime mais aberto e democrático. Finalmente, além da questão de extensão da cidadania, devido às contradições inerentes a um sistema de dominação e de apropriação de riquezas altamente excludentes, tematizam acerca do potencial de radicalidade das lutas urbanas, cujo horizonte não se esgotaria nos parâmetros de uma sociedade capitalista (Kowarick, 1987, p. 38).

Os movimentos sociais urbanos são entendidos como as várias formas de ações levadas adiante pelas camadas populares e que tem por objetivo a questão da terra, habitação e bens de consumo coletivos. Trata-se, segundo o autor, de uma concepção ampla, visto que diferentes formas de articulação institucionalizadas ou não podem ser abarcadas. Nesse sentido, tanto as “explosões”, “rebeliões sociais” e “transgressões da ordem” sintetizadas, por exemplo, como quebra-quebra de transportes públicos, quanto as mobilizações urbanas decorrentes da influência da Igreja Católica e de partidos políticos, ou mesmo a institucionalização de associações de bairros podem ser contempladas na supracitada definição de movimento urbano.

Chama-nos atenção, como já pontuamos, o modo como Kowarick (1987) busca relacionar os diferentes trabalhos que tomam as diferentes relações dos movimentos sociais urbanos com o Estado. Para o autor há, no seio das ciências sociais, pontualmente no que se refere ao estudo dos movimentos urbanos, uma tendência interpretativa dominante subsumida no *fato* de que a pauperização dos variados segmentos da população, a exclusão das classes populares dos benefícios de uma sociedade que se industrializava rapidamente, bem como o crescente contingente de trabalhadores em bairros destituídos de infraestrutura e serviços básicos alçaria o Estado para a condição de antagonista dos movimentos sociais urbanos. Essa tendência teria como ponto chave o rompimento com uma visão de povo

amorfo e facilmente cooptado. Trata-se, desse modo, de encarar os movimentos sociais como “ponto central na luta pela ampliação da cidadania” (Kowarick, 1987, p. 41).

Por outro lado, o autor pontua a emergência dos estudos que buscam relativizar este antagonismo *evidente* no contraponto movimentos sociais/Estado. Kowarcik (1987) chama atenção para estudos marcados pela descrença nas abordagens macroestruturais em explicar o papel dos movimentos urbanos no processo de transformação sócio-político. Para essa linha de interpretação as premissas teóricas que consideram o Estado capitalista e os movimentos urbanos constituindo forças que intentam a mútua destruição acabam por ocultar a complexidade e variedade dos processos de mudança, ou, ao contrário, de dominação social e política. Porém, como já pontuado, são estudos que relativizam essa posição, mas não deixam de evidenciar os descompassos entre os movimentos urbanos e o Estado. Sendo assim, as classes populares em suas articulações sociais não deixariam seu caráter reivindicatório, mas o Estado já não representaria um inimigo ontológico. Desse modo, a relação que acontece em determinados contextos de mobilização social é uma relação plena de “marchas e contramarchas, muitas vezes de conflitos, mas também de colaboração, em vista da resolução de problemas que afetavam as populações” (Kowarick, 1987, p. 42).

A posição que o autor assume pode ser sintetizada na citação que segue:

Convém repetir: o conflito e antagonismo entre dominados e dominantes no contexto das reivindicações e lutas urbanas contra o Estado, ao retomar uma visão estreita de conflito de classes, a partir de uma premissa de análise – a oposição natural e radical – pode redundar numa postura de cunho genérico que deixa de apreender a riqueza de processos políticos que, certamente, variam muito de uma conjuntura para outra. (Kowarick, 1987, p. 42).

Nosso percurso nas ciências sociais finaliza-se pela apresentação de algumas questões de um trabalho que se quer um “manual” de análise dos movimentos sociais urbanos. Trata-se do livro *Movimentos sociais urbanos* da doutora em geografia humana, Regina Bega dos Santos. O estudo é iniciado buscando introduzir uma definição teórica para movimentos sociais. A autora assume a definição de Dalton e Kuechler, a qual é apresentada por Boaventura de Sousa Santos, que propõe o entendimento de movimentos sociais como “um setor significativo da população que desenvolve e define interesses incompatíveis com a ordem social e política existente e que os persegue por vias não

institucionalizadas”. Assume também a proposta de conceituação de Thompson para quem movimento social “trata-se de força social coletiva organizada” (cf. Santos, 2008, p. 09).

Uma vez apresentada a definição de movimento social, Santos afirma que esta seria capaz de dar conta tanto do entendimento do que vem a ser um movimento social *rural* quanto do de um movimentos social *urbano*. Seu foco, nesse contexto, está em refletir sobre os movimentos sociais urbanos os quais, segundo a autora, “se colocam contra uma determinada situação de vida e, com base em sua organização, procuram mudar esse estado de coisa (*status quo*), podendo usar a força física ou a *coerção*” (Santos, 2008, p. 10). A estudiosa segue afirmando que “na tradição brasileira, raramente os movimentos urbanos usam a força física. Já a coerção política relaciona-se com a capacidade de pressão de cada movimento específico [...] no sentido de *coagir* o poder público para o cumprimento das reivindicações deste ou daquele movimento”. (Santos, 2008, p. 10).

Outra especificidade é trazida por Santos (2008) para caracterizar o que chama de movimento social urbano. Para a autora, “é necessário lembrar que eles [os movimentos urbanos] são comumente designados como populares” (Santos, 2008, p.11, grifo nosso), uma vez que, embora não se possa categorizar, segundo a própria estudiosa, “a organização popular tem também um conteúdo político, qualitativamente distinto daquele dos movimentos reivindicatórios das camadas mais abastadas, as quais se mobilizam por melhorias relacionadas ao *status quo*” (Santos, 2008, p. 11). Além disso, entre os movimentos sociais urbanos *populares* há também que se distinguir, ainda conforme Santos, os revolucionários dos meramente reivindicatórios. Estes “em geral dissolvem-se depois que suas reivindicações foram atendidas” enquanto aqueles “lutam contra o Estado e as instituições constituídas, entendendo que a resolução de seus problemas só se efetivará em sua sociedade mais igualitária, inserindo, portando, os movimentos no bojo da luta revolucionária que aspira à transformação do sistema político” (Santos, 2008, p. 11).

Passo-a-passo, a autora busca circunscrever seu objeto a partir de um referencial teórico oriundo das ciências sociais. Assim, os movimentos sociais distinguir-se-iam entre urbanos e rurais, os urbanos entre populares e não-populares, e os populares entre revolucionários ou meramente reivindicatórios. A reflexão da autora objetiva a compreensão dos movimentos sociais urbanos e seus desdobramentos, e a designação *movimentos sociais urbanos* teria exatamente que remeter aos movimentos que “atuam

sobre uma problemática urbana relacionada com o uso do solo, com a apropriação e a distribuição da terra urbana e dos equipamentos coletivos” (Santos, 2008, p. 11). Seriam, portanto, aqueles “por moradia, pela implantação ou pela melhoria dos serviços públicos, [...] relacionados ao direito à cidade e ao exercício da cidadania” (Santos, 2008, p. 11).

Embora se esforce por buscar uma categorização dos movimentos sociais urbanos, Santos reconhece que “alguns movimentos que ocorrem nas cidades não são básica ou unicamente populares nem tão pouco só urbanos” (Santos, 2008, p. 11). Tais movimentos, que teriam como característica uma mescla de objetivos, seriam conhecidos como *novos movimentos sociais* os quais, por sua vez, fariam referência “desde às reivindicações mais gerais até as mais específicas: movimentos por direitos civis e universais, ambientalistas, por direitos de grupos etários [...] ou gênero, étnicos, religiosos, sexuais, pela paz etc. São reivindicações distintas daquelas resultantes das relações de produção capitalista” (Santos, 2008, p. 11).

Desse modo, a autora afirma que:

Estes movimentos populares podem ser caracterizados como urbanos, uma vez que, ao ocorrer nas cidades, colocam em xeque aspectos relacionados às formas de apropriação da cidade, lutam contra a concentração da terra urbana, ou pelo acesso à habitação ou aos equipamentos urbanos, também chamados de bens de consumo coletivo (rede elétrica, de água, e de esgoto, telefonia, serviços de saúde, educação, transportes coletivos etc.). Assim, por exemplo, um movimento de mulheres com bandeiras feministas, contra as relações patriarcais existentes no relacionamento conjugal, pode mobilizar-se por creches, para que as mulheres, que também são mães, consigam trabalhar em uma atividade remunerada, importante para a liberação do patriarcalismo imposto economicamente pelo marido (Santos, 2008, p. 12-13).

Santos (2008) também chama atenção para o fato de que um “caráter *policlassista*” (Santos, 2008, p. 13) dos movimentos pode produzir efeitos importantes em sua constituição, na medida em que esta característica poderia implicar em atuações “transformadoras” ou meramente reformistas. Para a autora, os projetos ditos reformistas desenvolvem-se, em geral, em acordo com os interesses das classes dominantes, por iniciativa do poder público e também coexistindo com certas parcelas do movimento popular. Os projetos considerados transformadores, por outro lado, estariam pontualmente relacionados à divisão social do trabalho e às injustiças sociais: “as questões estruturais são retomadas, pois afinal o que se objetiva é a transformação da sociedade” (Santos, 2008, p.

14). Interessante é observar que, para a autora, os movimentos transformadores tem um ponto de partida específico “mas os participantes vão adquirindo consciência de que as questões da desigualdade ou da injustiça social não serão eliminadas apenas com a resolução desses problemas específicos” (Santos, 2008, p. 14). O engajamento em um projeto transformador é que seria especialmente considerado como uma “prática de resistência” (cf. Santos, 2008, p. 15).

Sobre esse aspecto, vale chamar atenção para o fato de que a autora coloca a resistência e a possibilidade de mudança na *conscientização*, tida como efeito de um projeto considerado transformador de movimento social. Segundo Santos (2008, p. 16) “os movimentos populares elaboram seus projetos na prática cotidiana, no desenrolar das lutas [...] durante esse processo, os participantes dos movimentos descobrem seus direitos sociais, se conscientizam das causas da segregação socioespacial, identificam os espaços socialmente diferenciados.”. Desse modo, “durante a luta é que vão se explicitando as diferentes formas da apropriação da cidade pelos diferentes grupos sociais” (Santos, 2008, p. 16). O modo como a autora busca dar visibilidade para uma relação entre prática política, resistência e conscientização parece ser central em seu estudo. Nele, Santos (2008) busca em outros autores uma sustentação para o que considera. Assim, a autora pontua: “Gohn é de opinião que a atuação dos movimentos populares pode auxiliar na formação política das camadas populares, construindo uma contra-hegemonia popular ao gerar embriões de um poder que, mesmo não derrubando o capitalismo, pode alterar as decisões impostas pelo bloco hegemônico” (Santos, 2008, p. 17).

A consideração do papel dos movimentos sociais na luta de classes como antagonista do poder hegemônico subsidia inclusive a maneira como se encara suas origens, pois, conforme a autora: “explicar o surgimento dos movimentos sociais apenas pela carência da oferta de serviços públicos ou de infra-estrutura é insuficiente” (Santos, 2008, p. 17), uma vez que “a carência, por si só, explica muito pouco sobre a emergência dos movimentos sociais. Não se pode esquecer que a cidade é planejada e ordenada *pela e para* a classe dominante ou *pelos e para* os grupos hegemônicos e é por eles controlada” (Santos, 2008, p. 17). Diante desse quadro, a autora põe a constituição dos movimentos sociais urbanos como intrinsecamente ligada a uma posição de oposição em que a cidade

como ponto de disputa traz à baila a projeção de uma planejamento para/pelas classes dominantes em detrimento das necessidades das classes dominadas.

As considerações até aqui apresentadas acerca do trabalho de Santos (2008) são como que um preâmbulo para a autora apresentar sua reflexão sobre “como analisar os movimentos sociais urbanos” (Santos, 2008, p. 19). Baseada em um quadro referencial sociológico, a autora apresenta quatro tipos de abordagens teóricas que, no seu entendimento, representariam “uma referência útil para aqueles que estão iniciando o estudo sobre esse tema” (Santos, 2008, p. 19) e base para a análise dos movimentos sociais. As quatro abordagens seriam: i) a Abordagem Estrutural; ii) a Abordagem cultural-Weberiana; iii) as Abordagens Culturais; e iv) as Possibilidades Interpretativas.

A abordagem estrutural é representada por três vertentes: o enfoque econômico-estrutural, o enfoque histórico-estrutural, e o enfoque dos historiadores ingleses. O primeiro enfoque, o econômico-estrutural, enfatizaria e buscaria dar visibilidade à característica dos movimentos sociais em relação aos “aspectos estruturais da sociedade capitalista” (Santos, 2008, p. 19). A compreensão sobre determinado movimento social, desse modo, vai no sentido de perceber se ele atribuiria ao capitalismo a origem dos problemas e procuraria desenvolver estratégias e práticas de luta que modificassem a estrutura da sociedade. O segundo enfoque, o histórico-estrutural, buscaria, segundo a autora, enfatizar os processos políticos decorrente da luta de classes, considerando-a como não restrita às contradições entre o capital e o trabalho. Assim, tal enfoque, buscaria compreender os movimentos sociais dentro de um contexto que não se restringe à questão dada entre “empresários capitalistas e trabalhadores, mas abrange todo o modo de produção, sendo de grande importância as condições que ocorrem no interior dos aparelhos de Estado” (Santos, 2008, p. 21). Por sua vez, o terceiro enfoque, o dos historiadores ingleses, seria a abordagem estrutural capaz de se voltar para a questão dos movimentos sociais dando ênfase à história da classe operária. Sua especificidade dar-se-ia em não enfatizar “as estruturas econômicas, sociais e políticas, mas, sim, as experiências populares” (Santos, 2008, p. 22).

Dois vertentes representariam a Abordagem cultural-Weberiana. Seriam elas: o enfoque da ação social e o enfoque institucional. O primeiro busca dar visibilidade à noção de ação social, pontuando que “os movimentos sociais são o coração da sociedade” (Santos, 2008, p. 23). Pela noção de ação social, busca-se denominar “práticas democráticas de

pressão” capazes de fazer surgir “uma nova sociedade política, no próprio capitalismo, menos selvagem e mais igualitário” (Santos, 2008, p. 23). O segundo representaria a tendência de se enfatizar (e investigar) processos de institucionalização dos movimentos sociais. A investigação recairia sobre o como os movimentos sociais objetivariam a interferência em políticas públicas e em hábitos e valores da sociedade.

As abordagens culturais estariam sintetizadas em dois enfoques. O enfoque neoidealista. E o enfoque neopositivista. Segundo a autora, os principais representantes do primeiro enfoque seriam Foucault, Deleuze e Guatari. A tendência deste seria a observação da militância, sobremaneira, no que diz respeito aos chamados movimentos de minorias os quais “estariam situados fora da esfera estatal, na sociedade civil, em busca de autonomia, de liberdade e de independência de ação” (Santos, 2008, p. 24). O enfoque neopositivista, por seu turno, trataria os movimentos sociais como “manifestações comportamentais coletivas, oriundas do desejo de participação na sociedade, tratada em contraposição ao Estado” (Santos, 2008, p. 24).

Por fim, as possibilidades interpretativas estariam identificadas em três possibilidades de interpretação: a estrutural-autonomista, a cultural-autonomista, e a institucional. A primeira busca as explicações para as ações dos movimentos, partindo de dois postulados básicos: as “contradições urbanas” e a “sociedade civil”. Enquanto as contradições urbanas dariam conta do “conflito principal da sociedade capitalista entre o capital e o trabalho” (Santos, 2008, p. 25), a sociedade civil representaria “uma capacidade ativa no sentido de organizar-se ‘automaticamente’ contra a tradição política autoritária” (Santos, 2008, p. 25). A segunda possibilidade de interpretação “revaloriza a *cultura* e a *subjetividade* na elaboração dos conflitos sociais contra a racionalidade instrumental do Estado” (Santos, 2008, p. 26), tendo em vista que propõe refutar a ideia de sujeito único, traduzida em expressões como “O movimento”, “O partido” etc., e baseada na suposta homogeneidade de classe. A terceira modalidade interpretativa, por seu turno, busca compreender, segundo a autora, as práticas de movimentos que passaram a acontecer com o retorno da democracia no Brasil. A questão, então, passa a ser identificar “novas formas de relação entre os movimentos e o Estado, menos vinculadas às relações de classe, e sim, ao crescimento e à ampliação das funções do Estado sobre a sociedade” (Santos, 2008, p. 27).

Embora apresente todas estas possibilidades teóricas de circunscrição e análise dos movimentos sociais urbanos, Santos defende que a concretização dos movimentos tem por base um hidridismo constitutivo. Nesse contexto, a autora defende que os movimentos sociais são fruto do desenvolvimento de uma sociedade complexa e contraditória, visto que, sobretudo no Brasil, é possível perceber práticas de movimentos que receberam influências tanto do pensamento materialista histórico de perspectiva marxista quanto do pensamento moral religioso, pontualmente relacionado à Igreja Católica.

As reflexões de Santos (2008) desembocam na identificação de aspectos sociais que envolvem o capitalismo e a força de trabalho, o modo de urbanização capitalista e o Estado, bem como a luta por sobrevivência e as contradições urbanas. Sobre esse aspecto, a autora se volta para a questão das contradições urbanas pontuando que elas, embora possam acirrar as pressões das camadas populares contra o Estado, não são, por si mesmas, as origens dos movimentos sociais, pois: “a relação não é linear ou mecânica” (Santos, 2008, p. 61). De nosso ponto de vista, é interessante o modo como a autora textualiza tal questão, porque dá visibilidade a um *deslizamento* entre o social e o urbano que acaba por constituir uma evidência. Em seu estudo lemos: “em muitos países latino-americanos de desenvolvimento industrial igualmente tardio, o processo de crescimento econômico não foi acompanhado de desenvolvimento social e conseqüentemente, urbano” (Santos, 2008, p. 61). Como consequência, Santos (2008) relaciona espoliação urbana e experiências de exclusão social como relação fundadora dos movimentos. Assim:

O conceito de *espoliação urbana*, baseado na não acessibilidade aos serviços de consumo coletivo, em virtude da precariedade ou da inexistência destes, fornece subsídios importantes para a análise e para a própria organização dos movimentos sociais. As *experiências* de exclusão social vivenciadas no cotidiano e relacionadas à exploração do trabalhador podem propiciar as condições para a eclosão desses movimentos. (Santos, 2008, p. 62).

Numa perspectiva que busca dar conta das especificidades dos movimentos sociais contemporâneos, o filósofo Jacques Rancière situa a existência dos movimentos e articulações populares no conflito próprio estabelecido entre o povo e o poder a que este está submetido. Numa recente entrevista, na qual tratava das formas atuais de manifestação social enquanto prática política, o filósofo pôs em questão a relação entre a democracia e a articulação popular. Segundo Rancière, tal relação representa um conflito, uma vez que a

democracia, em sua perspectiva, coincidindo com uma forma de Estado, desenvolve-se num contexto político altamente dependente dos poderes financeiros, o que não garante à população igualdade, serviços públicos e proteção social. Sustentado nessa linha de pensamento, o filósofo pontuou:

[...] Em toda parte, então, revela-se a oposição brutal entre uma pequena oligarquia de financistas e políticos, e a massa do povo submetida a uma precariedade sistemática, despojada de seu poder de decisão [...]. Portanto, estão dadas, de fato, as condições de um momento político, isto é, um cenário de manifestação popular contra o aparato de dominação. (RANCIÈRE, 2012, n/p)

Por essa afirmação, Rancière postula uma situação global que fornece as condições propícias para um “momento político”, caracterizado por uma iminente e esperada explosão de modos de articulação do povo que tem (re)tomado/(re)encontrado a prática (politicamente pertinente, segundo Rancière) de organizar-se em movimentos sociais, cujo intuito concentra-se numa “efetiva realização da democracia” pela *luta contra* os poderes instituídos vigentes..

O percurso que fizemos até aqui nos serve para dar visibilidade à questão da legitimidade da organização popular social enquanto constituinte das transformações sociais. Embora uns menos incisivos (Machado Silva; Ziccardi, 18983; Kowarick, 1987) e outro mais (Decca, 1980; Gohn, 1995; Santos, 2008; Rancière, 2012), todos eles evidenciam (e, por vezes, “celebram”) a importância do papel dos movimentos sociais urbanos nas mudanças (geralmente encaradas como *conquistas*) da sociedade. Em outras palavras, ainda que alguns destes trabalhos relativizem a autonomia dos movimentos sociais, em geral, eles não negam tal autonomia na medida em que encaram o *antagonismo* estabelecido entre os movimentos sociais e o Estado como fundamental para a concretização da mudança.

De nossa perspectiva, não se pode negar a mobilização social coletiva enquanto possibilidade de provocar o “furo no social” (cf. Pêcheux, [1975] 2009). Contudo, há de se chamar atenção para a ideia construída em torno da noção de *ator social* que, para nós, subsumi a individuação, o *sujeito-de-direito*. Isso significa dizer que focar o estabelecimento de um antagonismo, de uma oposição, apaga a relação contraditória que se estabelece entre os movimentos sociais e os poderes que estes pretendem antagonizar. E,

para nós, é na contradição que a efetivação dos furos no social pode vir a acontecer. Trata-se de entender a resistência na contradição ainda que seja a evidência da oposição que esteja sendo visibilizada.

Assim, antes de adentrarmos propriamente a questão da resistência, procederemos à discussão acerca do sujeito-de-direito, noção pela qual é possível vislumbrarmos um sujeito prenhe de responsabilidade, vontade, direitos e deveres. Sujeito que, atribuído de todas essas características, seria propício a se voluntariar e constituir um movimento social, entendendo este como lugar mesmo de luta por mudança.

2.2 Vontade, Responsabilidade, Solidariedade: a questão do Sujeito-de-direito

Na introdução de seu *Fazer Dizer, Querer Dizer*, Claudine Haroche busca refletir sobre as formas de disciplinarização do sujeito. A autora retoma a história da gramática francesa, buscando mostrar os elementos ligados aos processos de individualização do sujeito na história. A questão central na reflexão de Haroche está propriamente sobre como “as práticas jurídicas funcionam assim silenciosamente na história da gramática” (Haroche, 1992, p. 23) de modo que, pela influência do jurídico, “o sujeito é *individualizado, isolado, responsabilizado* na gramática e no discurso” (Haroche, 1992, p. 23).

Colocando as práticas jurídicas como responsáveis pela individualização do sujeito, Haroche chama atenção, então, para a emergência do *sujeito-de-direito*. O trabalho de Haroche possibilita visualizar o surgimento de um sujeito responsável vinculado diretamente à emergência do Estado.

Trata-se, dessa forma, pontualmente do modo como a existência de um *sujeito religioso* submisso à ideologia cristã e totalmente determinado pelo texto e pelo dogma dá lugar, por conta das modificações econômicas entre os séculos X e XIII e, conseqüentemente, pelo enfraquecimento da Igreja dentro do sistema feudal, a uma ideia de sujeito livre e responsável, fundamentada no poder jurídico que se ia estabelecendo. A autora pontua, desse modo, que a economia rural de subsistência, prática vigente nos séculos já citados, transformou-se em uma economia artesanal e urbana fortemente marcada pela ideia de lucro. Nesse contexto, o avanço do aparelho jurídico criou condições para que

os trabalhadores (artesãos, mercadores, camponeses etc.) pudessem reivindicar direitos e liberdade.

Conforme Haroche, o sujeito-de-direito é aquele que responde por ele mesmo. E “para que o sujeito-de-direito possa responder por si, por seus atos, por seu comportamento, é preciso previamente, tornar o homem uniforme, regular, determinado, pre-dizível, mensurável” (Haroche, 1992, p. 30).

Em *O desafio de dizer não*, Suzy Lagazzi propõe-se a refletir sobre o “juridismo marcando as palavras”. E, diante disso, em sua reflexão, também a ideia de sujeito-de-direito é fundamental. Lagazzi, apoiando-se em Haroche, sintetiza a ideia de sujeito-de-direito pela seguinte formulação: “um sujeito responsável por suas ações, ao qual a história tensa de sua constituição foi atribuindo direitos e deveres” (Lagazzi, 1988, p. 19). Direitos e deveres, vontade e responsabilidade passam, então, a determinar o sujeito. Assim, o sujeito tem suas atividades centradas em si mesmo tendo como motivações as próprias vontades, mas sem esquecer que é responsável por elas. Lagazzi (1988) sintetiza:

Direitos e deveres sempre permearam as relações sociais, mas com a emergência do sujeito-de-direito, aconteceu a constituição de uma nova forma de assujeitamento, que Pêcheux [...] denominou como a *forma plenamente visível da autonomia*. Cada vez mais fortemente o sujeito-de-direito foi se configurando, e hoje a responsabilidade é uma noção constitutiva do caráter humano, da pessoa, do cidadão, sem o que não nos reconheceríamos socialmente. (Lagazzi, 1988, p. 20).

A passagem da *forma-sujeito religiosa* para a *forma-sujeito de direito* (cf. Pêcheux, [1975] 2009) fez com que a ideologia jurídica instalasse uma ambiguidade no sujeito. Desse modo, Lagazzi (1988) reitera que ao mesmo tempo em que o sujeito se vê como um sujeito único e responsável por si e por suas ações ele também é intercambiável perante o Estado, uma vez que ele (o Estado) se dirige a cada cidadão e a todos eles ao mesmo tempo, uniformizando-os, padronizando-os, isto é, tornando-os “uma massa uniforme de sujeitos assujeitados, que têm a ilusão da unicidade” (Lagazzi, 1988, p. 21).

O modo como a igualdade é trabalhada nesse processo de homogeneização dos sujeitos é explicado por Cláudia Pfeiffer pela relação de sobreposição que se estabelece contemporaneamente entre a ordem do político e a ordem do administrativo. Em seu texto *Cidade e sujeito escolarizado*, a autora pontua que a ideia de igualdade desliza para a ordem do administrativo no movimento de sobreposição deste sobre a ordem do político.

Assim, no gerenciamento da vida comum cotidiana, isto é, no modo como o Estado atual promove as políticas que lhe servem para lidar com o sujeito (ou, para contemplar nossa realidade, nas palavras de Pfeiffer (2001, p. 32) o “sujeito brasileiro urbano escolarizado”) “a igualdade é trabalhada, apagando a diversidade, desocupando espaços ocupados, planejando uma só cidade, um só sujeito para um só espaço, produzindo a opacidade dos espaços outros ocupados” (Pfeiffer, 2001, p. 32).

Outro aspecto que desemboca dessa construção de um sujeito responsável e que, de certo modo nos diz respeito, uma vez que pode ser tomada em alguns casos como impulso e também sustentação das motivações de sujeitos que, livremente, se reúnem em movimentos sociais é a questão da solidariedade. Na medida em que, no discurso da solidariedade, há “uma individuação que, ao mesmo tempo, torna cada um responsável por todos” (Mariani, 2001, p. 45), responsabilidade e solidariedade se remetem mutuamente enquanto traço distintivo do sujeito-de-direito.

Em *Questões sobre a solidariedade*, Bethania Mariani (2001) vai dizer que historicamente a solidariedade relaciona-se com a responsabilidade, já que estabelece relações com o discurso jurídico e o campo da moral. Assim:

[...] solidário [...] é um ‘vínculo jurídico’, ‘um compromisso pelo qual as pessoas se obrigam uma pelas outras e cada uma delas por todas’. A solidariedade, então, é um ‘estado de duas ou de muitas pessoas obrigadas uma pelas outras e cada uma por todas’. Tal estado ou vínculo supõe uma dependência e uma responsabilidade mútuas. Por outro lado, trata-se também de um laço moral que une as pessoas em sociedade. Fala-se, então, em uma ‘solidariedade moral’ quando os membros de um grupo assumem idênticas ‘responsabilidades’ (Mariani, 2001, p. 44)

Mariani (2001) considera que os sentidos instalados no discurso da solidariedade produzem ecos que contribuem na despolitização do sujeito, visto que torna o sujeito-cidadão co-responsável pela possibilidade de melhoria da sociedade ao passo em que, na mesma medida, acaba por silenciar as responsabilidades do Estado.

Se a transição do sujeito-religioso para o sujeito-de-direito, por um lado, individua o sujeito atribuindo-lhe responsabilidade, direitos e deveres; por outro, produz, a partir da ideia de solidariedade, a imputação da “culpabilidade social” (cf. Mariani, 2001) de modo a incentivar “uma forma de engajamento social à margem da falta da ação do Estado” (Mariani, 2001, p. 46), bem como “a descrença no político” (Mariani, 2001, p. 46).

Tendo essa questão por base, nos unimos a Eni Orlandi que, em seu *Por uma teoria discursiva da resistência do sujeito*, propõe a onipotência do sujeito tanto no domínio pessoal quanto no domínio social como formas características da ideologia no capitalismo. A primeira forma traduzida pela posição “se eu quiser, eu posso tudo” (Orlandi, 2012, p. 213) e a segunda sintetizada pela posição “juntos podemos tudo” (Orlandi, 2012, p. 213).

A perspectiva discursiva que adotamos leva em conta a noção de sujeito-de-direito na construção de nosso posicionamento teórico. A constituição de um sujeito responsável, solidário, com vontades e, se quiser, capaz de tudo é o efeito da ideologia jurídica que se instala na transição da *forma-sujeito religiosa* para a *forma-sujeito de direito*. Ideologia que não representa ocultação, mas evidência. Nesse caso: evidência da transparência do sujeito para si mesmo e ilusão da transparência da sociedade – negação da ideologia. Pontuar isso é “indicar o movimento e a transformação, sem aceitar o voluntarismo e o automatismo mistificador” (Orlandi, 2012, p. 213).

É por isso que a transformação, a resistência é, no ponto de vista discursivo materialista, um movimento que se dá na contradição. Ela não está no sujeito (nem em seu voluntarismo). Trata-se de um trabalho que coaduna a contradição (o real da história) e o equívoco (a falha da língua na história) funcionando *no* sujeito, mas não *a partir* do sujeito.

2.3 Contradição e equívoco: os movimentos da resistência

De maneira geral, quando se pensa os sentidos de *resistência*, seja no senso comum, seja no âmbito de saberes como os da Física, da Filosofia e mesmo da Psicanálise, o sentido de antagonismo e oposição relacionados a tal noção ficam evidentemente postos³⁶. A

³⁶ De maneira genérica, podemos dizer que esses três campos de saber trabalham com a idéia de resistência como oposição. Na Física, sombriamente àquela relacionada ao estudo da mecânica, o sentido de resistência está na oposição de forças contrárias, no atrito (cf. Felbeck, 1971). Na Filosofia, embora este seja um campo um tanto mais tentacular dada a diversidade de teorias, Mora (2000-2001) aponta que a resistência foi a melhor prova, senão a única nas variadas perspectivas filosóficas, da existência de um mundo exterior ao ser. Trata-se, assim, de uma tese segundo a qual a ideia de resistência se relaciona às ideias vindas do campo da física e da psicologia para desembocar numa noção que desse conta da “sensação de esforço” ou “sentimento de esforço” que motivaria o homem a construir sua individualidade em oposição às outras ao seu redor. Na Psicanálise, por seu turno, a resistência seria a expressão da consciência em se pôr contra uma indicação ou tratamento. Ela seria um sintoma da negação ou do recalque, estabelecendo, dessa forma, um tipo de antagonismo (cf. Kaufmann, 1996).

resistência, desse modo, pode ser parafraseada por “força contrária”, “defesa”, “enfrentamento”, “luta”, “persistência”, “resiliência” etc. Na Análise de Discurso, de modo especial a que se filia ao pensamento do filósofo francês Michel Pêcheux, é preciso operar um deslocamento ao se falar da resistência. Uma vez que, de uma perspectiva discursiva materialista, é necessário considerar a luta de classes como assimétrica, bem como o indivíduo como interpelado em sujeito pela ideologia e afetado pelo inconsciente, não se pode postular uma resistência centrada numa vontade do sujeito ou como oposição (ideológica) de um grupo contra o outro. Em outras palavras, a resistência não está localizada nem num projeto intencional do sujeito, nem no enfrentamento de dois mundos (ou classes) diferentes como se tivessem ideologias próprias.

Michel Pêcheux no seu texto *Delimitações, inversões, deslocamentos*, toma as formas dos discursos e movimentos revolucionários para empreender sua reflexão sobre a resistência. Para Pêcheux ([1982] 1990), as relações entre “o visível e o invisível, entre o existente e o alhures, o não-realizado ou o impossível, entre o presente e as diferentes modalidades de ausência” (Pêcheux, [1982] 1990, p. 08) que estão entre a revolução e a linguagem dizem do próprio funcionamento da materialidade da língua na medida em que ela é o lugar do deslocamento, da possibilidade, do sentido outro.

Entendendo que a resistência funciona na busca por deslocamentos, Pêcheux ([1982] 1990) pontua a busca dos movimentos revolucionários que almejam a mudança de um mundo para outro como uma busca que coloca inevitavelmente a relação entre o visível e o invisível. Nas palavras de Pêcheux: “se no espaço revolucionário tem-se a questão da passagem de um mundo a outro, a relação com o invisível é aí inevitavelmente colocada, do mesmo modo como nas formas históricas da contra-revolução: o conjunto constitui um só processo, contraditório, no qual se tramam as relações entre língua e história” (Pêcheux, [1982] 1990, p. 09).

Caracterizando uma formação social cujas fronteiras já não são visíveis e estáveis (como no Feudalismo), mas, pelo contrário, invisíveis, instáveis e sutis (como no Capitalismo), Pêcheux ([1982] 1990) problematiza a relação da ideologia dominante com as dominadas, chegando à conclusão de que “as ideologias dominadas se formam *sob* a dominação ideológica e *contra* elas, e não em um ‘outro mundo’, anterior, exterior ou independente” (Pêcheux, [1982] 1990, p. 16). Com essa consideração, Pêcheux busca

descartar, no trabalho com os discursos revolucionários, o que ele chama de “dois efeitos religiosos complementares” (Pêcheux, [1982] 1990, p. 16) que consistiriam em i) atribuir a um discurso teórico a fonte do processo revolucionário; e ii) pressupor a essência de um germe revolucionário no interior do mundo existente.

Dessa reflexão, o autor pontua o processo de interpelação ideológica como um *ritual* que, como tal, “supõe o reconhecimento de que não há ritual sem falha, desmaio ou rachadura” (Pêcheux, [1982] 1990, p. 17). E, num trabalho de grande refinamento teórico, o autor vai postular que a resistência não se dá num outro lugar, num realizado alhures, mas sob a própria dominação ideológica, pontuando que a resistência está na contradição própria das falhas do/no processo de interpelação ideológica e que imbrica dominante e dominado.

Pêcheux ([1982] 1990) não localiza a resistência nos sujeitos, nem em uma possibilidade de saída da ideologia, muito menos no embate entre ideologias diferentes. Isso porque, como nos lembra o próprio Pêcheux num de seus textos do livro *Semântica e discurso*:

É impossível atribuir a cada classe sua própria ideologia, como se cada uma existisse em seu próprio campo ‘antes da luta de classes’, com suas próprias condições de existência e instituições específicas, de tal sorte que a luta ideológica de classes fosse o ponto de encontro de dois mundos distintos e preexistentes (Pêcheux,[1975] 2009, p. 130).

O que fica forte para nós nessa reflexão é o que podemos chamar de *estatuto da contradição* no trabalho teórico discursivo sobre a resistência como condição *sine qua non* para podermos falar discursivamente sobre tal noção: é na contradição que relaciona dominante e *dominados*, na possibilidade do alhures inscrita já no processo de constituição ideológica, que há um espaço para resistência. Ou, em outras palavras, não estar cego para o fato de que “toda dominação ideológica é antes de tudo uma dominação interna, quer dizer, uma dominação que se exerce primeiramente na organização interna das próprias ideologias dominadas” (Pêcheux, [1982] 1990, p. 16).

Uma vez que a resistência, para Pêcheux, não está nas mãos do sujeito, o teórico propõe que ela seja pensada em relação ao simbólico (sempre exposto ao real da história), na divisão dos sentidos pelo político, no equívoco da língua. A resistência se dá, então, em:

Não entender ou entender errado; não “escutar” as ordens; não repetir as litanias ou repeti-las de modo errôneo, falar quando se exige silêncio; falar sua língua como uma língua estrangeira que se domina mal; mudar, desviar, alterar o sentido das palavras e das frases; tomar enunciados ao pé da letra; deslocar as regras na sintaxe e desestruturar o léxico jogando com as palavras (Pêcheux, [1982] 1990, p.17)

Nesse contexto, podemos pontuar mais um aspecto forte na discussão de Pêcheux: a resistência no simbólico. O que nos chama atenção em seu trabalho teórico é justamente o fato de que, para Pêcheux, resistir não significa uma tomada de posição consciente, livre de ideologia. Resistir, para Pêcheux, não significa o embate de duas ideologias diferentes, em que os dominados tornam-se “des-alienados” e confrontam os dominantes. A relação da resistência com a ideologia pode ser contemplada na relação que Pêcheux ([1982] 1990) estabelece entre o realizado alhures e o alhures realizado: não se resiste de fora da ideologia (resistindo alhures), resiste-se fazendo o alhures trabalhar de dentro da ideologia. É assim que entendemos uma citação que já apresentamos aqui: “as ideologias dominadas se formam *sob* a dominação ideológica e *contra* elas, e não em um ‘outro mundo’, anterior, exterior ou independente” (Pêcheux, [1982] 1990, p. 16). O simbólico, nesse contexto, entra como aquilo que não fica saturado: o real da língua é a incompletude e, assim sendo, a polissemia e o deslizamento constituem o sentido. Dito diferentemente, como bem pontua Pêcheux ([1982] 1990), na possibilidade da *rachadura* do processo de interpelação ideológica é que *uma palavra por outra* ou o *não entendimento ou entendimento errado* se instalam e, no mesmo, outros sentidos se tornam possíveis dando corpo à resistência. No deslocamento a resistência se instaura: e nisso consiste fazer o alhures trabalhar dentro da ideologia.

As construções teóricas que Pêcheux ([1982] 1990) apresenta sustentam dois importantes pontos para uma perspectiva discursiva da resistência. A questão da contradição na relação dominante dominados sugere que o acontecimento da resistência não vem do embate de mundos diferentes, mas da relação *um-no-outro*, propiciada por uma reflexão materialista que considera a contradição como real da história. Associado a isto, a resistência no simbólico da qual falamos traz à baila o real da língua, o equívoco, como o lugar da possibilidade e do alhures se realizarem.

Num outro momento de reflexão, ao falar de seu trabalho em parceria com Françoise Gadet, Pêcheux afirma que o objetivo de *A língua inatingível* era uma reflexão

acerca da “relação entre história, ideologia e discursividade, bem como a questão da *língua*, da maneira como ela é considerada pelos linguistas profissionais” (Pêcheux, [1992] 2011, p. 93). Nesta entrevista em que Pêcheux e Gadet falam sobre os pontos fortes do trabalho que fizeram em conjunto, chama atenção o modo como Pêcheux rememora a noção de ideologia dominante no desenvolvimento de sua teoria do discurso com o objetivo de frisar a impossibilidade de se pensar a ideologia como posicionamento, conteúdo ou mesmo ocultação, e ressaltar a contradição como espaço de/para resistência.

Em sua parte da entrevista, Pêcheux rememora a noção de *ideologia dominante*, tal como ela era pensada quando dos primeiros desenvolvimentos das análises de discurso na França. Pêcheux ([1992] 2011) não se debruça sobre os resultados historiográficos ou teóricos metodológicos que vieram do desenvolvimento das pesquisas que buscavam, por meio de análises combinatórias e sustentação nos trabalhos de Harris e Dubois, chegar a uma estrutura dos discursos ideológicos e seus efeitos. Seu objetivo é centrar-se no papel que eles atribuíram à noção de ideologia dominante, pensando-a na relação com os “mitos pertinentes às sociedades capitalistas”. Assim, Pêcheux questiona:

Será que não existiram, nessas mesmas sociedades, outros e diferentes mitos? Será que esses mitos não poderiam ser reativos, contraditórios, antagônicos e até mesmo capazes de revelar a existência de ideologias dominadas subordinadas à ideologia dominante, ainda que dela fossem distintas? (Pêcheux, [1992] 2011, p. 95).

O teórico procede à discussão considerando que tais questões foram escamoteadas pelo favorecimento de uma referência teoricista do discurso da ciência. Em outras palavras, o autor pontua que, pelo favorecimento do Materialismo Histórico, o trabalho teórico empreendido nas primeiras discussões da análise de discurso colocou a própria teoria discursiva em um ponto de antagonismo em relação à ideologia dominante, fato que se configurou, para Pêcheux e seus contemporâneos como “a maneira francesa de sonhar com uma impossível ‘fuga da ideologia’, de fingir finalmente controlar a própria realidade histórico-política por meio da separação da Ciência e da Ideologia” (Pêcheux, [1992] 2011, p. 96).

Creemos que essa volta que Pêcheux faz ao modo como a ideologia era tratada no trabalho de uma análise automática do discurso é muito pertinente para nossa discussão, pois, por ela, Pêcheux reafirma a impossibilidade de se pensar a saída do sujeito da

ideologia. Não se trata, dessa forma, como mais uma vez o teórico busca ratificar, que o trabalho de elucubração teórica é capaz de “des-alinear” os sujeitos, já que a separação ciência-ideologia é uma separação idealista. Pensar que tal separação seja possível faz remeter, mais uma vez, a um dos efeitos religiosos complementares de se atribuir a um discurso teórico a fonte do processo revolucionário. E, nesse contexto, Pêcheux ([1992] 2011) procura reforçar que a possibilidade da resistência já está inscrita na interpelação ideológica, uma vez que a *reprodução* faz parte das relações de produção capitalista e, por ela, a possibilidade da abertura acontece. Assim, longe de pensar a reprodução como a “repetição eterna de um estado idêntico de coisas” (Pêcheux, [1992] 2011, p. 96), o autor vai afirmar que:

[...] não há como não notar o fato de que considerar a ideologia do ponto de vista das “relações de reprodução” necessariamente implica, para um marxista, em também considerá-la do ponto de vista da *resistência* à reprodução, ou seja, da perspectiva de uma multiplicidade de resistências e revoltas heterogêneas que se entocam na ideologia dominante, ameaçando-a constantemente. Portanto, isso implica em considerar ideologias dominadas não como micro-organismos ideológicos pré-constituídos com a tendência para se desenvolver de tal forma que venham a substituir simetricamente a dominação da ideologia dominante. (Pêcheux, [1992] 2011, p. 96)

Mais uma vez vê-se aí a questão do sentido na sua relação com a ideologia para caracterizar as lacunas do ritual. Dito diferentemente, Pêcheux ([1992] 2011) pontua, com base em Althusser, que a reprodução não deve ser sintetizada na repetição perene do mesmo e aponta para o fato de que os sentidos não se esgotam: se a reprodução eterna existisse teríamos de dizer que os sentidos são saturados e esquecer que o real da língua é a incompletude. Assim, retomando a discussão do *Delimitações, inversões, deslocamentos*, é possível dizer novamente que a resistência é a possibilidade da deriva (dos deslocamentos, das inversões e deslizamentos que podem vir a ser) quando o ritual *racha*. E, dessa forma, retomando a noção de ideologia dominante, Pêcheux vai dizer que ela consiste em “uma série de efeitos ideológicos que emergem da dominação e que trabalham contra ela por meio das lacunas e das falhas no seio dessa própria dominação” (Pêcheux, [1992] 2011, p. 97).

Tal entendimento sobre a resistência produz a maneira discursiva de procedermos em relação a esta noção. O trabalho de Lagazzi-Rodrigues, *A discussão do sujeito no movimento do discurso*, se põe em consonância com as ideias de Pêcheux, contribuindo,

desse modo, com o desenvolvimento da reflexão acerca da resistência na Análise de Discurso. Inicialmente, a autora problematiza as formulações do também filósofo francês Michel Foucault acerca do poder e, em oposição a este teórico, propõe que o contraponto do poder não é a submissão, mas a resistência. Esta proposição vem ao encontro das formulações de Pêcheux já aqui apresentadas que possibilitam o entendimento das ideologias dominadas como sendo constituídas sob a dominação e contra ela.

Lagazzi-Rodrigues (1998) investe também numa reflexão que dá consequência à distinção entre o “realizado alhures” e o “alhures realizado”. Nesse contexto, a autora pontua a possibilidade de ver o alhures realizado na contradição do/no simbólico. Em outras palavras, segundo Lagazzi-Rodrigues (1998, p. 117), a resistência pode ser vislumbrada na possibilidade de se fazer sentido no interior do não sentido, na busca daquilo que “pode vir a ser”. É pela relação entre o realizado e o alhures, que a autora procede a uma pertinente caracterização da *resistência a*, a *resistência para* e a *resistência em*. Desse modo, entendendo que normalmente toma-se a resistência como luta por mudança, marcada na relação com a individualização, a autora vai descrever o modo de se conceber a resistência como *resistência a algo* e *resistência para chegar a algo*. Contudo, a autora esclarece que pensar discursivamente a resistência é pensar a resistência *em*, isto é, *no* movimento do sentido que é sempre marcado pela contradição, pela falha. Ou seja, pensar discursivamente a resistência é pensá-la *na/em* contradição.

Chamamos atenção também para o já citado aqui trabalho de Orlandi (2012) em favor de *uma teoria discursiva da resistência do sujeito*. Tratando do processo de individua(liza)ção que é resultado da interpelação ideológica em nossa formação social capitalista, a autora vai dizer, como já pontuamos, que tal processo produz a ilusão da onipotência do sujeito e da onipotência do domínio social, traduzidas nas formulações “se eu quiser, eu posso tudo” e “juntos podemos tudo” (ORLANDI, 2012, p. 213). Orlandi ressalta, em seu estudo, a falha do ritual, mostrando que tanto a interpelação ideológica quanto o Estado estão marcados por ela. Em outras palavras, se com Pêcheux (1990) aprendemos que “não há ritual sem falha”, com Orlandi (2012) percebemos que o Estado em sua função de articulador simbólico *funciona* pela falha a qual pode ser traduzida como *falta*, e, desse modo:

[...] a segregação como forma de relação e a falha do Estado em sua função de articulador simbólico-político têm possibilitado condições de produção específicas que produzem, nos furos da ideologia, também formas de resistência que têm sua materialidade, sua historicidade de tal modo que não podemos pensá-las apartadas dessas condições que as produzem. (ORLANDI, 2012, p. 233)

Assim, a autora ratifica a retirada da resistência de sujeitos livres e conscientes para alocá-la nos furos da ideologia, na falha do Estado, pontuando que a possibilidade da resistência já está dada no próprio processo pelo qual os indivíduos passam a sujeitos. Ou seja, a resistência está na possibilidade de se produzir sentidos a partir dos furos e falhas que podem vir a acontecer no ritual. É aí, então, que a resistência constitui-se no espaço da falha, em que, “há um resto, nas relações dissimétricas, que produz a resistência, não forma heroica a que estamos habituados a pensar, mas na divergência desarrazoada, de sujeitos que teimam em (r)existir” (ORLANDI, 2012, p. 234).

Podemos dizer então que, de certo modo, o lugar do movimento social já está dado na falha da estrutura. A *falha* do Estado que nesse caso é *falta* é o espaço de instituição dos movimentos, ONGs, levantes etc. Em outras palavras, não é o movimento que, de fora (ou no alhures como pontuam Pêcheux ([1982] 1990) e Lagazzi-Rodrigues (1998)), constrói um lugar de oposição para si: ao contrário, o lugar do movimento, lugar aberto pela *falta-falha* do Estado, é um lugar previsto – faz-se oposição de onde se espera que a oposição aconteça. Não significa, no entanto, que não haja resistência: significa apenas que, de um ponto de vista discursivo, ela não acontece de fora do processo.

2.4 Sobre Movimentos e Resistência: escutando o *Ocupa e Desocupa*

O percurso que traçamos até aqui nos conduz à análise dos discursos dos movimentos sociais urbanos de Salvador, o *Ocupa Salvador* e o *Desocupa*, pontualmente no que se refere ao modo como eles atribuem sentidos para si. Não se trata de analisar as “concepções” de movimento social subjacentes ao discurso destes movimentos, pois nosso olhar não se configura um olhar sociológico. Trata-se, em verdade, de adentrar nos meandros do sentido, buscando, retomando o que já dissemos, em entender *quais os efeitos de sentidos de movimento social e de resistência são construídos nos discursos dos movimentos Ocupa Salvador e Desocupa?* Chamamos para análise, então, sequências

discursivas (SD)³⁷ que nos permitem a escuta de um modo de atuação, uma ideia de movimento, uma atribuição de si.

O *corpus* analisado nesse momento do trabalho tem dois pontos de organização. De um lado, buscamos texto de apresentação dos movimentos. Textos em que os movimentos falassem de si, atribuindo, desse modo, sentidos para si mesmos e para seus modos de organização, atuação etc. Por outro lado, o *corpus* também se organiza tendo como regularidade discursiva o batimento entre *dispersão* e *concentração*. Isto é, o modo como os movimentos deslizam, como poderemos explicitar no caminhar da análise, entre uma posição de centralização e organização e uma posição de fuga e individualização em que a reivindicação se constrói pelo imaginário de *cidadania* (organizados em movimento) e *sujeitos-críticos* (que não precisam de uma estrutura para conduzir sua atuação social).

Nosso primeiro material de análise consiste nos “Objetivos pontuais do Movimento Desocupa”³⁸ (SD1). O material está disponível no site do movimento e circula na internet como uma forma de apresentação e propaganda do Desocupa.

SD1:

OBJETIVOS PONTUAIS DO MOVIMENTO DESOCUPA:

- (1) Mobilizar os diversos setores da sociedade para o enfrentamento dos problemas da cidade e proposição de soluções;*
- (2) Defesa dos espaços públicos da cidade, enfrentando todas as tentativas de privatização, crimes contra o meio ambiente, etc;*
- (3) Qualificar o debate sobre a cidade, promovendo Fóruns de discussão sobre temas importantes: mobilidade, habitação, educação, saúde, cultura, meio ambiente, etc;*
- (4) Pautar, apoiar e cobrar a atuação de órgãos de fiscalização e controle, como o Ministério Público e a Defensoria Pública;*
- (5) Defender os direitos assegurados no Estatuto das Cidades;*
- (6) Lutar contra o subjugo que o poder econômico impõe ao poder político;*

³⁷ Optamos por organizar nosso material de análise através de Sequências Discursivas (SD). Mesmo sendo a noção de sequência discursiva “uma noção vaga” (Courtine, 2009, p. 55), entendemos “um *corpus* discursivo como um conjunto de sequências discursivas” (Courtine, 2009, p. 54). Aqui, a noção de SD pode ser entendida pela noção de recorte, logo não se trata de segmentar um material linguístico para análise, mas de *recortar* tal material respeitando sua constituição, regularidade e suas condições de produção.

³⁸ Disponível em: < <http://movimentodesocupa.wordpress.com/como-ajudar/>>. Acesso em 29 jul. 2013

De início, é interessante chamar atenção para a forma técnica do texto: trata-se da delimitação de *objetivos*, fato que remete a uma discursividade administrativa, organizadora, tendo em vista que a formulação de objetivos, em geral, compõe a construção de um projeto ou plano de trabalho. Tais objetivos organizam e, de certo modo, hierarquizam as pautas e reivindicações dos movimentos. Este gesto coloca o movimento em relação a uma ordem: a ordem da organização. Diante da posição do movimento em se afirmar como não possuidor de uma estrutura fixa hierárquica, tal como o descrevemos no primeiro capítulo, cabe-nos perguntar: como foi possível a estruturação de tais objetivos *pontuais*? Ou ainda, como se estabeleceu um fechamento de causas – *qualificar* debate; *apoiar*, *pautar* e *cobrar* órgãos públicos etc. – para as quais é imprescindível um conhecimento técnico-profissional que pode não abarcar a diferença que se imagina num olhar horizontal das classes ou organizações?

Essas questões que podem, num primeiro olhar, parecer por em xeque o discurso de que o movimento prefere uma estrutura horizontalizada em detrimento de uma organização verticalizada, apenas dão os primeiros indícios da contradição que se estabelece entre o enaltecimento de uma imagem idealizada de liberdade (na qual fazer parte de um movimento representa um gesto revolucionário de “rebeldia”, ou que o movimento é um ajuntamento de pessoas críticas que não precisam de uma estrutura que regule sua atuação) e a evidência da *sociedade civil organizada* que se sustenta no pré-construído dos direitos e deveres, da injunção à organização, da valorização das leis, da necessidade da ordem.

Nesse aspecto, é interessante chamar atenção para o processo de de-significação do sentido de *liberdade*, tal como proposto por Orlandi (2010b). A autora aponta o modo como os sentidos concretos e explosivos de liberdade ligados à revolução social e cultural na década de 60 foram violentamente interditados pelas instituições e pelo poder vigente que domesticaram tais sentidos até que liberdade tornasse-se algo genérico e sem determinações mais concretas. Este movimento do sentido indica-nos a possibilidade do imaginário de liberdade remeter concomitantemente tanto a uma ideia de revolução quanto a uma ideia de consenso ou síntese.

Em outras palavras, se, por um lado, o movimento afirma organizar-se pela demanda ou causa que lhe é apresentada e não por uma hierarquia, por outro, a evidência da

organização como necessidade produz a injunção à administração que se revela em formas textuais específicas tais como a formulação de objetivos pontuais, pautas prévias, entre outras. É assim, então, que a contradição entre uma memória de revolução relacionada aos movimentos sociais e o pré-construído da organização – que, neste caso, toma forma num texto que documenta e institui objetivos pontuais – se faz presente sustentando a possibilidade do dizer deste movimento.

Há de se considerar também a existência de uma discursividade se impondo como *discursividade dominante*. O saber técnico-profissional-acadêmico é marcado como modo primeiro de atuação, já que é ele que sustenta ações como *pautar, qualificar, debater*. Produz-se, assim, como efeito uma legitimação da voz *qualificada* a qual se sustenta, basicamente, no saber técnico-urbanístico e no saber jurídico-administrativo. O movimento espera promover fóruns de discussão a fim de *qualificar* o *debate* em torno de temas como mobilidade, habitação, educação, saúde, cultura, meio ambiente. Esse gesto remete mais uma vez à contenção, ao ordenamento e organização que caracteriza a evidência da sociedade civil organizada, ao mesmo tempo em que configura também um próprio gesto de contenção do espaço urbano, já que este seria, nessa discursividade, um espaço passível de melhorar pela intervenção técnica.

Ainda nessa esteira, note-se que o quinto ponto dos objetivos estabelece como meta *defender os direitos assegurados* no Estatuto das Cidades. Uma peça jurídica, um estatuto. Uma peça administrativa que busca ordenar e dar forma. Embora o movimento social diga querer instituir o diálogo e a escuta de diferentes vozes, parece-nos que há a sobreposição de uma discursividade dominante, já que a *solução da cidade* e de seus *problemas* já estaria dada num saber técnico (o do urbanista, por exemplo, que *sabe o que é melhor* para a mobilidade, habitação, etc. ou o advogado que sabe os procedimentos necessários para *pautar e cobrar* Ministério e Defensoria públicos) e num saber jurídico (porque *assegurar* o cumprimento do que está escrito na lei seria assegurar um bom funcionamento da cidade e, conseqüentemente, um bom funcionamento do social). Se tomarmos a discussão empreendida por Barbosa Filho (2012), podemos dizer que o movimento social é pego pelo *imaginário urbanístico*, entendido como a ideia de que a cidade pode ser ordenada por práticas de controle dadas no campo da teoria. Tal imaginário, porém, não leva em conta o fato de que o real da cidade representa um *incontível* (Barbosa Filho, 2012, p. 21). O que

significa dizer que “a cidade é *incontível, equívoca e incompleta* como a língua. E o efeito do desamparo diante do que não se pode controlar gera, igualmente, tentativas incessantes de dar unidade, razão e lógica a esse espaço” (Barbosa Filho, 2012, p. 23).

A questão jurídica faz tanto sentido para o movimento que não se trata apenas de *assegurar* mas de *defender* um *direito* que vem pelo Estatuto das Cidades. Neste aspecto, destes “objetivos pontuais”, vale olharmos para os pontos um, dois, cinco e seis. Pela análise destes objetivos, podemos focalizar tanto os sentidos de *defesa/defender* quanto os de *enfretamento e luta* os quais, para nós, reescrevem os sentidos de defesa. Todos esses termos, por sua vez, dão indícios do modo pelo qual os movimentos significam a resistência.

Nesse sentido, embora *defesa/defender, enfretamento e luta* possam remeter ao imaginário de militância revolucionária e oposição que circula no já-dito sobre os movimentos sociais, tais termos têm seus sentidos determinados também pelo imaginário da organização, da administração política. A injunção ao jurídico está novamente presente, tendo em vista que se busca no item cinco, como já mencionamos, defender um peça jurídica: o Estatuto das Cidades. Mais uma vez, remetemo-nos à contradição que se estabelece aí: se *defender e lutar* são termos que podem remeter a uma memória específica de enfrentamento, mudança, rebeldia e deslocamento referente aos movimentos sociais, tais termos também remetem à manutenção, preservação, organização jurídico-administrativa, estabilização do já posto da forma-sujeito de direito a qual, por sua vez, também sustenta a posição ou estrutura de poder que o movimento pretende antagonizar.

Não se trata de invalidar o discurso do movimento ou dizer que tal discurso não se sustenta porque é “contraditório”. Não estamos tratando a contradição como no senso-comum. A contradição em nossa perspectiva discursiva é uma marca das discursividades em qualquer formação social (cf. Pêcheux, [1982] 1990). Assim, o que queremos mostrar é que do mesmo modo que o discurso do *Desocupa* se sustenta na memória da liberdade-rebeldia dos movimentos sociais, em que há uma espécie de repúdio às formas controladoras e estruturas políticas de poder, bem como o uso de termos relacionados a um tipo de embate (*defender, luta, enfrentamento*) ele também está sustentado nos modos de produção do político e do jurídico de nosso tempo. Em outras palavras, uma prática de resistência não acontece de fora da estrutura (de fora do ritual), ao contrário, pois, como

sugere Pêcheux ([1982] 1990): “as ideologias dominadas se formam *sob* a dominação ideológica e *contra* elas, e não em um ‘outro mundo’, anterior, exterior ou independente” (Pêcheux, [1982] 1990, p. 16).

Podemos dizer, desse modo, que *enfrentamento* e *conciliação* caminham lado a lado na constituição desta discursividade. Sendo assim, é importante ressaltar que mesmo que a contradição esteja funcionando no discurso do movimento em questão, a evidência que se estabelece é a da *oposição*. E, assim, é importante construir um “contra quem”, neste discurso de defesa, se deve lutar. O *Movimento Desocupa*, desse modo, não deixa brechas/elipses (que poderiam ser possíveis, já que, normativamente, o verbo defender é um transitivo direto). Assim, tal como podemos retomar nos enunciados do *Desocupa*, pretende-se defender *os espaços públicos da cidade* pelo *enfrentamento de todas as tentativas de privatização, crimes contra o meio ambiente, problemas da cidade* etc. Vemos nessas formulações, as condições de produção do movimento *Desocupa* sendo discursivizadas: a autonomia do sujeito cidadão, a evidência da realidade dos problemas urbanos que sustenta o discurso dos movimentos, o primado do discurso ambiental de tal modo que o que é “não-ambiental” é sintetizado em crime, etc. Marca-se uma posição. Elege-se um “contra quem”. Instaura-se a oposição e o antagonismo.

Dito diferentemente, se é necessário, *defender, lutar, enfrentar* os problemas é, certamente, porque há um perigo iminente, um inimigo contra o qual se deve lutar, fazer oposição. Nos pontos um, dois e seis enuncia-se um enfrentamento dos *problemas da cidade* e de *todas as tentativas de privatização e crimes contra o meio ambiente*, bem como uma luta contra o *subjuogo que o poder econômico impõe ao poder político*. Tais pontos da SD1 sinalizam não só para a legitimidade do movimento (e de suas questões), mas também para um silenciamento do Estado. Num primeiro plano, não se busca uma legitimidade para o movimento: já se parte dessa legitimidade como um pré-construído. O movimento, dessa forma, é pertinente e legítimo porque representa a sociedade civil organizada. Trata-se, então, do discurso da cidadania, do cidadão consciente, do *sujeito de direito* que sustenta a formação social capitalista, de tal modo que os sentidos se apresentam como saturados: não se questiona o porquê de um movimento se colocar como “defensor” da cidade que luta (tem o poder de lutar) contra o capital privado (representado no texto por *privatizações e poder econômico*). Funcionando em paralelo a isto, há um apagamento da função

articuladora do Estado o qual, em nossa formação social, teria, de direito, o papel de “defensor” da “coisa pública”. O apagamento do Estado funciona respaldado nos imaginários da corrupção e do descaso governamental que são sintomas da falha pontuada por Orlandi (2012).

A SD2 que apresentamos abaixo, também relacionada ao *Desocupa*³⁹, apresenta outro aspecto de sua formulação discursiva e conseqüentemente de sua constituição como movimento que se quer intervindo no social. É a relação do movimento com o político (ou melhor, com a forma como a política se apresenta em nossa formação social) que buscamos escutar agora na tentativa de entender os sentidos de movimento social urbano construídos nessa discursividade.

SD2:

COMO SURTIU?

O Movimento Desocupa nasceu a partir da crescente insatisfação da população de Salvador com os desmandos e desvarios da administração municipal, sobretudo no que diz respeito à venda da cidade aos interesses privados. O DESOCUPA não possui vinculação partidária nem apoios financeiros de nenhuma espécie. A força deste movimento emerge diretamente dos cidadãos soteropolitanos que se cansaram de sentir vergonha da cidade que amam.

O trecho que compõe a SD2 está na mesma postagem em que podemos encontrar os “Objetivos Pontuais” trazidos acima e, desse modo, faz parte do conjunto de postagens que buscam identificar o *Desocupa* e apresentar para a sociedade os modos pelos quais se pode ajudar o movimento. De forma sucinta, o movimento reescreve o texto apresentado na seção “histórico”, texto já aqui apresentado no capítulo anterior, chamando atenção de modo pontual para as características consideradas mais importantes.

Interessante é notar que embora a proposta do texto seja responder à pergunta “Como surgiu?” apenas o primeiro período é propriamente uma resposta, sendo os dois outros períodos uma espécie de reafirmação de posicionamento político-ideológico.

³⁹ Disponível em: < <http://movimentodesocupa.wordpress.com/como-ajudar/>>. Acesso em 29 jul. 2013

Nenhum fato específico é apresentado como motivador da constituição do movimento. A questão da espontaneidade de manifestação irrompe como justificativa, já que se constrói a *insatisfação da população* como algo generalizado e que se tornou mola propulsora para a constituição do movimento. Este movimento “espontâneo” de pessoas insatisfeitas com a questão política é textualizado de modo a ratificar a ideia de movimento que não possui um líder, um fundador ou idealizador. Ideia que se alinha às características dos movimentos sociais contemporâneos tal como descrevemos no capítulo anterior quando retomamos a literatura sobre o *Occupy* e a Primavera Árabe. Esse modo de discursivizar a insatisfação da população irrompe sustentado no pré-construído da criticidade, na memória discursiva que relaciona o sujeito consciente e politizado à defesa de posições, de direitos etc.

Como já dito, nenhum evento em específico, ao contrário do que está apresentado na seção “histórico” do *blog* do movimento, é relacionado como motivador do nascimento do *Desocupa*. Contudo, é possível resgatar a problemática da Praça de Ondina na formulação *venda da cidade aos interesses privados*. Para os que estão inseridos nas condições de produção das reivindicações atuais na cidade de Salvador, a memória discursiva disponibiliza os saberes necessários para que tanto a formulação citada quanto a que diz respeito aos *desmandos e desvarios da administração municipal* não fiquem opacos.

O modo como a administração municipal é caracterizada constrói uma impossibilidade de aceitação dessa gestão, porque ela é marcada por *desmandos e desvarios*. A expressão *desmandos* remete a uma prática política autoritária, transgressora das leis e arbitrária. Remete também a uma excessiva utilização do poder, bem como à ausência de regras morais. Já *desvarios* traz a ideia de loucura, desatino, alienação, delírio. Uma administração com tais características jamais poderia ser aceita, tendo ela que ser interdita. No ideal de Estado democrático de direito, espaço de plena identificação do sujeito-de-direito e do exercício de sua cidadania, tais posturas na gestão política devem não apenas ser questionadas: devem ser repudiadas. O *exercício da cidadania*, ideia base para a constituição da sociedade civil organizada e do engajamento social, não “combina” com tal tipo de postura política, de modo que uma administração baseada em *desmandos e desvarios* torna-se, em si mesma, uma postura política a ser expressamente combatida.

Seria, desse modo, uma obrigação do sujeito contemporâneo, voluntário e solidário, articular-se para derrubar este tipo de administração. E, sendo uma obrigação, a própria constituição de um movimento social já estaria justificada. Essa obrigação pode ser lida como uma necessidade do sujeito crítico, criada como demanda própria, em reivindicar.

Este mesmo sujeito que exercita sua cidadania jamais pode aceitar a alienação dos bens comuns. Assim, também a *venda da cidade aos interesses privados* marca tanto a impossibilidade de aceitação de uma gestão municipal que venda a cidade, quanto a injunção ao sujeito em se articular, reivindicar.

A questão da não vinculação partidária vem em **negrito** na postagem, produzindo como efeito de sentido o fato de que, embora não responda diretamente à pergunta “Como surgiu?”, esta é uma questão que representa uma característica que o movimento quer endossar e para qual quer chamar atenção. O imaginário de política que circula como discursividade dominante no interdiscurso recobre os sentidos de partido, de modo que o vínculo partidário é representado como nocivo porque já marcado pela corrupção. Se voltarmos nosso olhar para a história do Brasil recente, dois eventos podem confirmar tal recobrimento. O primeiro pode ser a repercussão midiática do mensalão petista que possibilitou a representação do PT como uma ilusão, um “sonho frustrado”, já que este seria um partido de grande confiabilidade nacional até o momento em que chegou ao poder e se “maculou” com a corrupção (cf. Britto, 2009). O outro, mais recente, diz respeito às palavras de ordem veementemente gritadas durante as manifestações ocorridas em junho de 2013 em todo Brasil: *sem partido!* e *sem bandeira!* Nesse contexto, negritar que o movimento não possui vínculo partidário ou mesmo apoio financeiro seria garantir a *idoneidade* do movimento, na medida em que tanto a vinculação partidária, quanto o recebimento de apoio financeiro iriam de encontro à construção da *voz do povo* e de sua legitimidade. Essa “voz do povo”, diferentemente da representação que se faz dos partidos políticos, torna-se ela mesma sinónimo da moralidade e da ética, porque representa a “pureza” do povo e compromisso deste *apenas* com o bem comum.

Por fim, cabe chamar atenção para o modo como o movimento discursiviza a *força do movimento*. Ela, tal como o *Desocupa* busca construir, *emerge diretamente dos cidadãos soteropolitanos que se cansaram de sentir vergonha da cidade que amam*. Sobre este aspecto, retomamos a formulação de Orlandi (2012) em torno da forma de onipotência no

domínio social como evidência dominante para os sujeitos interpelados de acordo com a ideologia capitalista. A formulação “juntos podemos tudo” ressaltada por Orlandi (2012) parece se encaixar com a construção de uma força que emerge *diretamente* dos sujeito cidadão. Novamente, retomamos a questão da voz do povo como ponto para a legitimidade das pautas e do próprio movimento. Em outras palavras, o movimento torna-se legítimo porque *emerge diretamente dos cidadãos*, representa a voz do povo e, conseqüentemente, a defesa do bem comum.

Também achamos ser possível retomar Mariani (2001) sobre a discursividade da solidariedade, pois a noção de “culpabilidade social” nos fornece indícios do modo como a emoção, enquanto discurso, traduzida, nesse caso, pelas expressões do “cansaço”, da “vergonha” e do “amor” (em *cidadãos soteropolitanos que se cansaram de sentir vergonha da cidade que amam*), representam também a injunção à organização social na forma de movimento. Recorre-se a um tipo de discurso que individualiza o sujeito e o provoca a buscar uma mudança: como ficar inerte à *vergonha*, já *cansada* de se sentir, em relação à cidade que se *ama*?

As questões discursivas que trouxemos até aqui com a análise das SD relacionadas ao movimento *Desocupa* aparecem também nas formulações que se relacionam ao *Ocupa Salvador*. Contudo, um elemento diferente vem à tona, tendo em vista a relação que este movimento procura manter com aspectos políticos mais gerais, além da própria tradução que faz em torno das questões relacionadas à democracia.

*SD3*⁴⁰:

Quem somos? Indignad@s!

Quem somos e o que queremos?

O movimento livre Ocupa Salvador iniciou a ocupação da nova praça de Ondina no dia 15 de outubro, o chamado 15-o, participando de uma articulação de nível mundial que acontece em mais de 80 países. É um movimento de pessoas que se articulam livremente buscando real transformação dos modelos de organização social, política e econômica.

Trata-se de um movimento político, cultural e social, apartidário e sem ligações com entidades de qualquer natureza – o movimento Ocupa Salvador é livre e sempre aberto ao

⁴⁰ Disponível em <<http://www.ocupasalvador.org/quemsomos/>> Acesso em 02 ago. 2013.

diálogo com qualquer interessado em discutir, planejar e propor iniciativas e ações que contestem as injustiças e extravios dos modelos hegemônicos de organização social, política e econômica, buscando realizar o que se chama globalmente de Democracia Real, de lógica participativa e que valoriza o amplo sentido Comum.

O movimento ocupa Salvador é uma articulação de pessoas que busca contruir alternativas para transformação social efetiva de forma pacífica e permanente.

Nesta SD, ao contrário das SD relacionadas ao movimento *Desocupa* que trouxemos acima, vemos que o *Ocupa Salvador* apresenta um marco inicial explicitado. Chamar atenção para este marco inicial é trazer visibilidade para a relação que este movimento busca manter com um movimento globalizado de luta social por mudança. Trata-se de marcar que também em Salvador há sujeitos preocupados não só com a estrutura política local, mas também com a manifestação global que *acontece em mais de 80 países*.

Também aqui vemos a construção do sujeito como centro da resistência. São os *indignad@s!* os quais *se articulam livremente buscando real transformação dos modelos de organização social, política e econômica*. Sujeitos com um objetivo específico que é a busca pela transformação dos modelos de organização contemporâneos. De igual modo, os caminhos pelos quais é possível chegar a este objetivo já estão dados: *discutir, planejar e propor iniciativas e ações que contestem as injustiças e extravios dos modelos hegemônicos de organização social, política e econômica*. Embora não seja contundente o papel de um saber técnico, tal como foi possível observar no discurso do *Desocupa*, a questão do planejamento e do debate está posta nessa discursividade.

A discussão empreendida por Pêcheux ([1982] 1990) vem à tona de forma a dar sentido ao entendimento da resistência para ambos os movimentos. A questão da passagem de um mundo a outro irrompe mostrando-nos que tanto o *Desocupa* quanto o *Ocupa Salvador* buscam fazer acontecer o *realizado alhures*. Com isso queremos dizer que, para os movimentos, a solução já está dada, já está realizada (alhures) e ela precisa acontecer no contexto em que se vive. Assim, assegurar a *real* democracia e o cumprimento da lei seria a solução para os problemas contemporâneos. Lei e democracia são os ideais a serem alcançados e, por eles, há de se chegar à transformação. Assegurar a lei (que é perfeita alhures, no papel, bastando apenas entrar em vigor realmente) e a democracia (entendida

como valor maior a que se ainda precisa chegar, sem a corromper) é chegar à transformação.

Assim, embora o *Ocupa Salvador* proponha a discussão e a proposição de iniciativas, bem como ações livres e diálogos aparentemente não necessariamente conduzidos por um saber (técnico) dominante, estes gestos devem ser pensados sempre em relação ao ideal da democracia, já que sua efetivação garantiria a transformação. A democracia (designada como *Democracia Real*) é significada como aquela que seria a “verdadeira” democracia por privilegiar uma participação mais ampla não associada ao modelo político contemporâneo (representação política via partidos). Desse modo, a memória de política e de partido retornam, tal como já pontuamos em relação ao *Desocupa*, para possibilitar um afastamento deste modelo tido com já-marcado pela corrupção e desigualdade.

Nesse contexto, embora a ideia de democracia adotada pelo movimento seja *diferenciada*, pela negativa dos sentidos de democracia atravessados pelo modelo partidário de política, ela ainda constitui uma evidência. Interessante é notar que a ideia de transformação vem pela questão da democracia, embora seja a democracia um valor central no Estado de direito e da ideologia capitalista dominante. Naves (1997) tratando do modo como a esquerda perde seu caráter revolucionário por conta da adoção (e defesa) das práticas políticas democráticas, vai dizer que:

Se é verdade que desde o final dos anos setenta, a esquerda vem fazendo da defesa e ilustração da democracia a razão de sua existência e o critério de sua “legitimidade”, não é menos verdade que a sua crise a tem levado a uma adesão ainda mais vigorosa e definitiva à ideologia e às práticas políticas democráticas. [...]. Não seria, assim, exagero afirmar que grande parte da esquerda, a rigor, substituiu, em sua concepção teórica e em seu objetivo político, o socialismo pela democracia, transformando-a em objeto de um insólito culto, com seus sacerdotes, as suas igrejas, os seus rituais e as suas práticas de excomunhão para quem duvide da verdade revelada. As consequências desse deslocamento são extremamente graves. Por um lado, ele implica o abandono do marxismo como teoria revolucionária; por outro lado, ele implica o abandono de uma estratégia de ruptura e ultrapassagem do capitalismo. (Naves, 1997, p. 58-59).

A proposta de Naves (1997), que se coaduna com a nossa perspectiva materialista discursiva, nos leva a desenhar um ponto em que a ideia de democracia passa a fazer sentido para os movimentos que se querem *esquerda*, contrários às estruturas de poder

vigente. Seria, então, a democracia um ponto que é tido como divisor entre movimentos e o poder que estes pretendem antagonizar, mas que acaba por funcionar sustentando ambas as posições.

Diante deste nosso gesto analítico em torno dos sentidos de movimentos sociais e resistência para o *Desocupa* e o *Ocupa Salvador*, podemos circunscrever uma *formação discursiva da resistência contemporânea*, delimitando “o que pode e deve ser dito” (Pêcheux, [1975] 2009, p. 147) nessa formação discursiva. Nela, o sujeito é o lugar da resistência. Promotor consciente da transformação que vem pelo engajamento social. A *concretização* da lei e da democracia são as metas a serem alcançadas. O sistema político representativo, pontualmente a questão da vinculação partidária, é uma prática política a ser negada.

2.4.1 Porta-voz e Nós-político

Outro ponto de compreensão dos sentidos de movimento social e resistência está no modo como os movimentos estruturam um lugar de entremeio entre população/cidade e estruturas de poder. Ponto que nos colocou frente a construção de um *porta-voz* e de um *nós* imaginado. É por isso que, em nossa discussão sobre a resistência na significação dos sujeitos cidadãos pelos movimentos, foi-nos importante passarmos pela reflexão sobre as noções de porta-voz e nós político. Para pensarmos sobre tais noções dentro do quadro teórico da Análise de Discurso a que nos filiamos, encontramos nossa sustentação teórica nos trabalhos de Pêcheux ([1982] 1990), Indursky (1997) e Zoppi-Fontana (1997). Porque lidamos com o discurso de movimentos sociais urbanos que se pretendem representante de uma população, foi-nos importante, no trato com algumas construções de nosso *corpus*, pensar em uma “não-pessoa discursiva” (Indursky, 1997, p. 66) que não se encontra necessariamente em um “movimento pendular” (Zoppi-Fontana, 1998, p. 22) em que um porta-voz se inclui e se exclui do grupo do qual é representante, mas em um movimento em espiral, como propomos aqui.

Nossa análise toma como material uma entrevista⁴¹ concedida por um participante do *Desocupa* a uma rádio local no ápice das manifestações contra o então prefeito de Salvador, João Henrique. Na entrevista, o participante do movimento citado coloca-se no lugar de porta-voz de todo movimento (e, simultaneamente, põe o movimento como porta-voz da *sociedade soteropolitana*). Além disso, ele procura não só apresentar o *Desocupa* como também pontuar os “problemas da cidade” e a necessidade de organização da população. Esse material se mostrou relevante durante nosso processo de construção do *corpus* porque fomos confrontados com a relação de (in)distinção entre *dispersão* e *concentração* no modo como o movimento relaciona-se com o sujeito soteropolitano que busca representar. Nesse jogo entre dispersão e concentração é que vimos as bases para propor um movimento em espiral, tal como buscamos pontuar nas páginas que se seguem.

Aqui, voltamo-nos para questões que relacionam propriamente a construção do sujeito da cidade em sua vinculação (ou não) com o movimento. Perguntado pelo o que o movimento *Desocupa* tem feito em/por Salvador, o representante do movimento que foi entrevistado não só se coloca como porta-voz do movimento, mas como porta-voz da população, uma vez que o próprio movimento se quer nessa posição de representante dos interesses coletivos, dos interesses do povo.

SD4(1):

Entrevistado: Hum rum. Então... é... O Movimento Desocupa já promoveu quatro debates, né, no teatro Vila Velha, com esse título, né, “A cidade que queremos”. É... o primeiro deles foi uma... uma conversa geral, assim, sobre gestão municipal, sobre a, a nova LOUOS, né, que foi sancionada pelo prefeito. – Inclusive a prefeitura foi convidada pra, pra participar dessa mesa, mas não compareceu... né – e nas outras edições a gente... se voltou pra problemas mais específicos, né... falamos da questão do quilombo Rio dos Macacos... né, que tá... em litígio com, com a Marinha do Brasil, né: uma comunidade... é

⁴¹ A entrevista foi concedida por um participante do Movimento Desocupa à rádio Educadora FM, rádio da capital baiana, e foi disponibilizada no *blog* do movimento, no dia 30 de março de 2012, em formato de áudio. O texto apresentado abaixo foi transcrito por nós e procuramos manter as hesitações, pausas e demais aspectos da fala do entrevistado. A entrevista em áudio está disponibilizada em <<http://movimentodesocupa.wordpress.com/2012/03/30/desocupa-na-radio-educadora-fm/>> Acesso em 26 abr. 2012.

centenária que tá sendo expulsa, né, de uma forma muito... enfim... é... que coloca os direitos humanos... é... é... em xeque, assim, (INT)... **a gente fica muito chocado. É..... também discutimos a questão da nova LOUS, né, a..... com profundidade, né, com especialistas, com o presidente do IAB, é... com urbanistas, enfim e também, é... discutimos a questão da praça de Ondina, né... é... e que acabou sendo como um gancho pra gente problematizar o modelo excludente do carnaval de Salvador, é... questionar um pouco é... a... o... a... privatização dos espaços públicos da cidade, né... que a gente teve como exemplo mais marcante a, a própria praça de Ondina, né, foi, digamos assim, alugada pela prefeitura, né, sem qualquer tipo de participação, sem qualquer tipo de consulta popular, né, num contrato que tá sendo questionado na justiça federal, porque a SUCOM, ela licitou, é, dos nove mil metros quadrados da área do camarote, ela licitou quase seis mil metros quadrados de área da União, né, que ela jamais poderia, é... licitar **‘que a prefeitura não pode licitar uma, uma área que não lhe pertence**, enfim, uma série de irregularidades que, de uma forma geral, tem caracterizado **essa gestão, né, que a gente tá vivendo agora**, né, na verdade, **a gente vive um momento de fragilidade**, né, na gestão municipal e **a gente vê que... de alguma forma, essa fragilidade**, ela acaba configurando o ambiente perfeito pra uma atuação predatória, né... da... dos interesses privados que não... que muitas vezes não... na maioria das vezes, infelizmente, eles têm ido de encontro ao interesse coletivo, né, é... não têm... (Entrevistadora: certo)... e **a gente não vê por parte do Estado, né, no caso.. é.. do.. é... do.. é... da prefeitura especificamente, na questão de Salvador, um posicionamento de... de enfrentamento, de mediação, né, desses interesses. Então, é como se a gestão municipal se colocasse francamente ao lado, né, dos interesses privados e isso é muito danoso pra sociedade e pra população como um todo.****

Investir no entendimento de como se institui nesse discurso a figura de um porta-voz parece-nos pertinente na medida em que podemos perceber os processos de identificação em sua relação como a resistência. Pêcheux fala-nos da dupla visibilidade do porta-voz em que ele, ao mesmo tempo, “fala diante dos seus e parlamenta com o adversário” (Pêcheux, [1982] 1990, p. 17), fato que lhe coloca numa posição contraditória, justamente porque ele passa a ser o ator e a testemunha que reflete sobre o acontecimento.

Tomando esta característica por base, Zoppi-Fontana (1997, p. 22) vai postular um “movimento pendular de inclusão e exclusão do porta-voz” em relação ao grupo do qual é representante, processo que marca a contradição constitutiva da figura do porta-voz. Nesse sentido, o funcionamento discursivo que nesse contexto estabelece-se dar-se-ia: “por um lado, processos discursivos de identificação, que reúnem porta-voz e representados sob a ilusão do mesmo; por outro lado, processos discursivos de diferenciação, que distinguem e destacam o porta-voz do grupo que ele representa, definindo-o no espaço semântico do diferente” (Zoppi-Fontana, 1997, p. 22).

Na fala que evocamos para análise, percebemos o funcionamento discursivo de um porta-voz, digamos, dividido: é o sujeito-entrevistado, que da posição de militante, faz-se porta-voz do movimento *Desocupa*, ao mesmo tempo em que o movimento, designado por um “nós”, faz-se porta-voz que quer representar a população de Salvador. E, nessa segunda relação de representação, vemos funcionar não só o movimento pendular do qual nos fala Zoppi-Fontana, mas o que aqui pretendemos chamar de movimento em espiral.

Para exemplificar o que acabamos de pontuar, voltemos à SD4(1). Primeiro, é interessante perceber o funcionamento do “porta-voz 1”, isto é, o militante que fala pelo movimento, que podemos encontrar logo no início da SD:

O Movimento Desocupa já promoveu quatro debates, né, no teatro Vila Velha, com esse título, né, “A cidade que queremos”. É... o primeiro deles foi uma... uma conversa geral, assim, sobre gestão municipal, sobre a, a nova LOUS, né, que foi sancionada pelo prefeito.[...]

Nesse recorte, vemos o sujeito falar do movimento, marcando uma separação, pela nomeação “O Movimento Desocupa”, entre ele mesmo e o grupo do qual é porta-voz. Porém, tal separação não prossegue na enumeração das atividades promovidas pelo movimento, uma vez que, pelo uso do “a gente”, uma forma de não-pessoa discursiva, vemos a outra parte do movimento pendular do porta-voz, uma fusão deste com seu grupo:

O Movimento Desocupa já promoveu quatro debates, né, no teatro Vila Velha, com esse título, né, “A cidade que queremos”. É... o primeiro deles foi uma... uma conversa geral,

assim, sobre gestão municipal, sobre a, a nova LOUS, né, que foi sancionada pelo prefeito. – Inclusive a prefeitura foi convidada pra, pra participar dessa mesa, mas não compareceu... né – e nas outras edições a gente... se voltou pra problemas mais específicos, né... falamos da questão do quilombo Rio dos Macacos... né, que tá... em litígio com, com a Marinha do Brasil. [...]

Conforme nos indica Indursky (19997), retomando o trabalho de Guespin, a relação de interlocução que se estabelece entre “eu” e “tu” são pouco produtivas para interlocuções sociais, de modo que, o emprego do “nós” surge aí como uma possibilidade que o locutor tem de associar-se a variados referentes sem necessariamente especificá-los linguisticamente, fato do qual decorre a ambiguidade do dizer. A autora prossegue afirmando, então, que: “Dado que o “nós” designa conjuntos lexicalmente não-nomeados, nós os entendemos como uma não-pessoa discursiva. Ou seja, na interlocução discursiva, a não-pessoa discursiva corresponde ao referente lexicalmente não-especificado ao qual eu se associa para constituir nós” (Indursky, 1997, p. 67-67). Vale lembrar que, apesar de denominado “nós-político”, a noção alcança não só a forma pronominal “nós”, mas suas desinências, as formas “nossos”, “nos”, bem como o “a gente” que se refere, de igual modo, a um determinado grupo.

Do nosso ponto de vista, enquanto porta-voz do *Desocupa*, o uso da forma “a gente” e da primeira pessoa do plural encontrada na desinência de alguns verbos, permite ao sujeito do dizer uma sua inclusão no grupo lexicalmente não nomeado que se refere ao movimento, ao mesmo tempo em que permite uma ambiguidade na qual parece não haver uma distinção entre o próprio *Desocupa* e o grupo que o movimento quer/pretende representar: a população. Nesse caso, teríamos pelo menos dois referentes discursivos aos quais a não-pessoa discursiva faria menção: o movimento *Desocupa* e a população de Salvador.

Dito de outra forma, a ambiguidade da não-pessoa discursiva, ressaltada por Indursky, que bem nos mostra a incompletude da língua, produz um equívoco, na ordem discursiva. Assim a não-pessoa discursiva por um lado, num movimento pendular, ora representa o movimento *Desocupa* ora a população que ele quer representar; e, por outro

lado, num movimento em espiral, separa movimento da população e, paradoxalmente, constitui o movimento como (parte d)a população.

SD4(2):

[...] a gente vai implantar os fóruns de mobilidade, habitação, é... é... cultura, enfim, seguir com esses debates, qualificando o... o... debate sobre a cidade já que a gente está num, num momento pré-eleitoral, então a gente quer justamente que a... a campanha, ela, ela, se baseie nos problemas da cidade que não seja meramente, é, uma disputa política, é.. e muitas vezes baixa entre os partidos, né, a gente quer que os temas, é, é, que são realmente importantes pra cidade sejam o objeto da campanha, né, então nesse sentido, a gente tem tentado, é... é... é...ser o mais plural, né, que a gente pode dentro das nossas possibilidade pra também assim pautar, apoiar, e, e cobrar a atuação dos órgãos de fiscalização, né, e controle como o Ministério Público, a Defensoria, enfim: exercer um pouco esse papel, que, que é da sociedade civil, que é do controle social, né, a gente entende que a cidadania, ela tem que ser exercida o ano inteiro, né, não dá pra gente simplesmente votar a cada dois anos e achar que a gente tá com a nossa cidadania em dia, a gente tem é que de fato acompanhar e fiscalizar as ações. [...]

O que acabamos de dizer pode fazer mais sentido se observarmos com mais atenção tanto a SD4(1) quanto a SD4(2) que agora apresentamos. Para nós, como já pontuamos, a não-pessoa discursiva, cujas formas estão negritadas nas sequências, tem dois referentes, diferenciados quanto uma espécie de “agentividade das ações”. Em outras palavras, quando a não-pessoa, na forma do “a gente” ou das desinências de primeira pessoa do plural, vem acompanhada de verbos de ação, a referência é o movimento *Desocupa* (movimento pendular). Quando, por seu turno, a não-pessoa vem acompanhada de verbos de percepção ou demais verbos, a referência é a população de Salvador, mas, paradoxalmente, nessa referência também podemos dizer que o movimento está colocado ai (movimento em espiral). Desse modo, temos:

✓ **“A gente” = Movimento Desocupa**

Relação com o fazer:

- “a gente se voltou para o problema...”;
- “a gente debateu...”;
- “a gente discutiu...”;
- “a gente quer...”

✓ **“A gente” = população (sociedade como um todo)**

Relação com o APENAS ver sem mobilização além da obrigatoriedade:

- “a gente fica muito chocado...”;
- “a gente teve como exemplo mais marcante...”;
- “a gente vive um momento de fragilidade...”
- “a gente SIMPLEMENTE vota”

Lembremos aqui a proposta de Orlandi (2012) em torno da onipotência do domínio social subsumida em seu “axioma” *juntos podemos tudo*. Consideramos que é nessa relação que a discursividade dos movimentos sociais se organiza de modo que, sustentado no pré-construído da organização social frente aos problemas da cidade, a pró-atividade, a mobilização, a injunção à organização (social, técnica e jurídica) faz sentido na constituição específica de um movimento social e o diferencia daqueles que podem ser considerados apassivados, acomodados, até mesmo não-cidadãos, isto é, o resto da população (aqueles que simplesmente votam). É por isso que, mesmo que lexicalmente indeterminado, podemos dizer que o movimento *Desocupa* está sendo referido quando, conforme explicitamos, a não-pessoa discursiva é agente de promoção de debates, discussões, problematizações etc. que são formas de mobilização e de evidência do “juntos podemos tudo”. E aí vemos o funcionamento do movimento pendular que separa o movimento (como aquele que atua) e a população (como aquela que assiste ou simplesmente participa pela obrigatoriedade do voto).

Por outro lado, ainda que se possa distinguir, em termos de atos, o movimento social da população, uma ruptura não é pertinente, já que é importante legitimar o movimento pela sua constituição, sua origem, na população que, de alguma forma, por alguns meios,

reivindica. Por isso, pensamos num movimento em espiral, em que o movimento, não quer deixar de ser a população ainda que se queira em outro nível do espiral. Na formulação:

SD4(3):

A gente vivendo os problemas que a gente enfrenta, a gente é uma população muito acomodada, muito apassivada, né, que não vai às ruas, que não reivindica seus direitos, que não questiona as decisões autoritárias, né, sem participação, enfim... então nesse momento, é nesse sentido já foi extremamente positivo essa mobilização, esse ir às ruas, né. A gente teve uma passeata com mais de duas mil pessoas, assim, né, o que pra o contexto de Salvador, nos últimos anos não teve é... é uma movimentação que tivesse... é, é tido tanta gente pra defender interesses da cidade

Podemos perceber uma indistinção entre o movimento e a população já que ambos enfrentam *os problemas que a gente enfrenta*, logo, ambos podem ser o *a gente* de que se fala. Mas, não se deixa de marcar que é a população que é apassivada, nem indicar que é o movimento que pode mobilizar uma passeata com mais de duas mil pessoas.

Embora já tenhamos tocado nesse ponto, não podemos deixar de chamar atenção para o fato de que, também nas SD trazidas acima, há novamente a ratificação de saberes dominantes configurados em pelo menos três discursividades constituintes do dizer que trazemos para análise. O que nos chama atenção é a forte relação do discurso jurídico com uma espécie de discurso técnico e a própria discursividades da reivindicação dos movimentos sociais. Sustentado no pré-construído da eficácia da mobilização social e da criticidade dos sujeitos, tal como vimos mais acima, vemos aí a construção da evidência da pertinência dos movimentos urbanos, uma vez que eles são construídos como sendo aqueles que não apenas reivindicam/denunciam, mas debatem e oferecem propostas com base no conhecimento da lei (o que a prefeitura e demais órgãos do governo podem ou não fazer) e no conhecimento técnico (discutem-se as questões urbanas *com profundidade, com especialistas*). Interessante é perceber nesse entrelaçamento de diferentes discursividades o modo como a resistência é significada e como essa significação toca os sujeitos da cidade: resistir é buscar (lutar pela) a adequação propiciada pela organização técnico-urbanista e

pela organização jurídico-administrativa para a vida na cidade e, nesse âmbito, os sujeitos precisam ficar cientes de sua cidadania, participando, preferencialmente, dos movimentos sociais.

A significação dos sujeitos pelo movimento, nesse sentido, leva em consideração dois pontos fundamentais. Primeiro: os sujeitos são significados em relação à importância do movimento social. Isto é, é preciso que haja, entre o sujeito urbano e sua cidadania, um movimento que é porta-voz e que sabe onde, como e sobre o que debater e sabe também a partir de qual saber específico deve-se debater e propor soluções. Segundo: os sujeitos urbanos são significados em relação à construção de um *nós*. Mas é importante que se diga que este *nós* é ambíguo e consegue incluir o sujeito da cidade de modo que tal sujeito esteja sempre em relação ao movimento.

A intervenção dos movimentos na vida da cidade e do sujeito-cidadino tem por base esse dizeres produzindo sentido para a articulação social. Tendo em vista a especificidade da cidade de Salvador, adentramos agora na produção discursiva dos movimentos em pauta para compreender os sentidos do espaço urbano.

3. SOBRE CIDADE E SUJEITOS

Situaremos em bases falsas todo o problema da natureza da cidade, se procurarmos apenas estruturas permanentes, amontoadas por trás de uma muralha.

Lewis Mumford

Em seu *Cidade dos sentidos*, Eni Orlandi nos diz: “a cidade é uma realidade que se impõe com toda sua força. Nada pode ser pensado sem a cidade como pano de fundo. Todas as determinações que definem um espaço, um sujeito, uma vida cruzam-se no espaço da cidade” (Orlandi, 2004, p. 11). Está é uma formulação importante que nos possibilita compreender que se, por um lado, sujeito e sentido se constituem mutuamente e, por outro lado, o sujeito está atado ao corpo da cidade (cf. Orlandi, 2004), então a constituição e circulação dos sentidos se imbricam ao espaço da cidade pelo elo que se configura no próprio sujeito. Cria-se assim um liame, estabelecido entre sujeito-cidade-sentido, interessante para a Análise de Discurso, visto que, por ele, inaugura-se um esforço de compreensão da relação que se estabelece entre um *saber urbano* e a *linguagem*⁴².

Neste capítulo, retomamos esta relação considerando-a como ponto de encontro entre a Análise de Discurso e a cidade. Partiremos, então, em busca de uma maneira discursiva de compreensão do espaço urbano, na medida em que ela consiste, para nós, um ponto de ancoragem a partir do qual sustentamos nosso olhar para o modo como os movimentos sociais *Ocupa Salvador* e *Desocupa* significam a cidade (de Salvador).

Em nossa análise, tomamos a questão do *direito à cidade* como regularidade temática que sustenta o dizer dos movimentos em torno dos sentidos de/para cidade. Tal questão atravessa a discursividade dos movimentos, já que todos os problemas urbanos/problemas sociais (e a sobredeterminação de um sobre o outro) tem que ver diretamente com a prática ou a interdição deste direito.

Assim, tomando o direito a cidade como estruturador, buscamos entender os *sentidos de cidade* e os *sentidos de cidade de Salvador* nos movimentos, investindo nas

⁴² Aqui, fazemos referência à linha de pesquisa “Saber Urbano e Linguagem” inaugurada na Unicamp, mas precisamente no Laboratório de Estudos Urbanos – Labeurb.

relações entre *conflito* e *consenso* e entre *presença* e *perda*, pares que, para nós, se apresentam como regularidades discursivas. Para nos fazer entender de melhor maneira, explicamo-nos: num primeiro momento, investigamos os sentidos de cidade nos movimentos e tal investigação toma como ponto de organização a relação teórica entre o conflito e o consenso. Em seguida, partimos para a investigação dos sentidos de cidade considerando a especificidade da cidade de Salvador e, nesse gesto, estabelecemos a relação entre presença e perda como estruturante dessa significação.

Antes, contudo, voltamo-nos para o modo como discursivamente podemos considerar a cidade e os sentidos que a atravessam.

3.1: A cidade: uma *via* para a Análise de Discurso

Nosso dispositivo teórico e metodológico se constitui a partir da Análise de Discurso não somente porque ela nos dá sustentação para buscarmos o funcionamento discursivo da resistência na forma como explicitamos no capítulo anterior, mas, sobretudo, porque ela nos permite focalizar a cidade como “objeto de linguagem” (cf. Orlandi, Rodríguez-Alcalá, 2004). Considerar a cidade como um objeto de linguagem é compreender que:

[...] a cidade (e seus espaços) não refere a um domínio de objetos definidos empiricamente, mas a um domínio de interpretação, que permite ao sujeito se situar no mundo [...]. Assim, a cidade (e seus espaços), ela mesma é já interpretação, que se impõe ao sujeito como evidência, produzida pelo efeito do trabalho da ideologia no discurso. (Zoppi-Fontana, 1999, p. 202).

Uma consequência que vem por essa noção discursiva de cidade é que o espaço urbano passa a ser um “espaço simbólico diferenciado que tem sua materialidade e que produz sua significância” (Orlandi, 1999, p. 08). O que permite afirmar que, enquanto espaço simbólico, a cidade faz sentido(s). No que tange ao estudo discursivo da cidade, esse entendimento põe em jogo dois movimentos de significação: “o da espacialização da linguagem na cidade e o da simbolização do espaço urbano” (Orlandi, 2001b, p. 7). É a partir desses dois movimentos que a cidade e os discursos que nela circulam podem ser analisados sob a lupa da Análise de Discurso.

Dito diferentemente, o modo como a cidade faz sentido produz o discurso *da* cidade (como ela se diz) e o discurso *sobre* a cidade (o que se diz dela). O primeiro diria respeito à maneira como a cidade se impõe ao sujeito (por trajetos, vias, situações etc.), fazendo-o esbarrar no real do espaço da cidade e produzir sentidos que intervêm nesse real. O segundo, por seu turno, localiza as falas sobre a cidade: as interpretações lançadas sobre ela, os efeitos de sentido produzidos pelas diferentes posições-sujeitos que transitam no espaço citadino, visto que tal espaço vem significado por um imaginário (urbano) que sobredetermina a própria cidade e os modos como nela o social se realiza.

Separação metodológica (mas muito importante), no entanto, uma vez que o discurso da cidade e o discurso sobre a cidade se constituem num gesto de remissão contínua. Assim, o modo como a cidade se diz produz efeitos sobre o que se diz dela da mesma maneira que o que se diz da cidade produz efeitos sobre o modo como ela se diz.

Esta é a forma de compreendermos a cidade pelo discurso. Como discurso. Posicionamento importante em nossa reflexão, pois este é o ponto que especifica nosso trabalho em relação às outras disciplinas que tomam a cidade como objeto (a sociologia, a antropologia, a geografia, o urbanismo...). Sobre esse aspecto, nos aliamos ao pensamento de Orlandi (2004) refutando tomar a cidade pelo imaginário (da violência e/ou da fragmentação) para propor a materialidade significativa da cidade produzindo sentidos por *flagrantes*.

Assim, não se trata de compreender a cidade como um todo estruturado homogeneamente (ponto a partir do qual o discurso da violência se sustenta), nem tampouco compreender a cidade como uma totalidade fragmentada (posicionamento que seria “efeito da vontade de totalidade dada pela impressão [...] de arredondamento da ‘paisagem’” (Orlandi, 2004, p, 29)). Trata-se, em verdade, de compreender o espaço da cidade funcionando por movimentos dispersos que narrativizam a cidade de dentro da cidade, fazendo parte dela, relacionando-se com seu real e produzindo sentidos sobre ele.

Diante disso, ao tomarmos o discurso dos movimentos sociais *Ocupa Salvador* e *Desocupa*, tomamo-los não apenas como discursos *sobre* a cidade que, como tais, são atravessados pelo *imaginário*, mas, como discursos *da* cidade, pois assim podemos considerar a possibilidade deles representarem também os gestos que constituem “os efeitos de sentidos do *real* da cidade” (Orlandi, 2001b, p. 07, grifo nosso). Tendo em vista que “há

uma sobredeterminação do urbano sobre a cidade de tal modo que o [...] discurso do urbano silencia o real da cidade (e o social que o acompanha)” (Orlandi, 2004, p 34), ir além do discurso sobre a cidade significa atravessar o imaginário (urbanístico, vale dizer) que, transformando-se em senso comum, abafa os diferentes modos de significação da cidade.

Atravessar o *imaginário* para chegar aos sentidos formulados sobre o *real*. Superar a *organização* para compreender a *ordem*. Essa é a tarefa que é colocada quando se toma a cidade como objeto efetivamente discursivo. Dito diferentemente, tomando as palavras de Orlandi, diremos que a ordem “é do domínio do simbólico na relação com o real da história (a sistematicidade sujeita a equívoco) articulação necessária e contraditória entre estrutura e acontecimento” (Orlandi, 2004, p. 35), ao passo que a organização “refere ao empírico e ao imaginário (o arranjo das unidades)” (Orlandi, 2004, p. 35). Fato que nos demanda, no trabalho de nossa análise:

Ultrapassar a *organização* do discurso urbano para atingir a compreensão da *ordem* do discurso urbano, isto é, procurar entender como o simbólico confrontando-se com o político configura sentidos para/na cidade e não ficar apenas na organização do discurso urbano que nos relega ao imaginário, às ilusões (eficazes) da urbanidade (Orlandi, 2004, p. 35).

Ao pontuarmos que é necessário superar a organização para chegarmos à ordem, estamos querendo dizer que é preciso expor à opacidade todos os modos como a cidade vem significada por um saber urbano (técnico) amplamente difundido a ponto de se confundir com o senso comum (o ordinário, o cotidiano) criando a evidência *do* urbano. Desse modo, trata-se de, por exemplo, não estarmos cegos para formulações tais como “comunidade”, “periferia”, “centro”, “caos” e mesmo “problema urbano” que são constituídas (seja no saber técnico, seja no saber ordinário) de modo a “racionalizar” (cf. Barbosa Filho, 2012) a cidade.

Paralelamente, atravessar a organização significa construir um posicionamento teórico que não subsuma o social ao urbano. Reconhecemos que “há um uso que indistingue relações sociais, relações urbanas e relações na cidade” (Orlandi, 1999, p. 09) e tal reconhecimento nos permite perceber que, nesse jogo de indistinção, o social perde sua especificidade. Em nossa análise, assim, faz-se interessante escutar o modo como o social é textualizado, pego muitas vezes pelas falas que trazem o urbano como evidência.

A discursividade da reivindicação urbana/social, da qual cremos que os movimentos aqui analisados fazem parte, textualiza o *conflito*. Toma-o como ponto de sustentação, se assim podemos dizer. De nossa perspectiva, “os conflitos urbanos são antes de tudo conflitos de sentido” (Orlandi, 1999, p. 09). Este entendimento, por seu turno, nos leva a desautomatizar os sentidos de cidade (pegos pelo imaginário urbano), porque, se os conflitos são conflitos *de sentido*, tem-se aí o equívoco e a contradição funcionando na constituição e formulação destes sentidos.

Na discursividade da reivindicação tudo passa pelo conflito. Há um descompasso entre *o que é* e *o que é desejável*⁴³. Daí o conflito. Um conflito, vale dizer, sustentado na saturação do imaginário urbanístico, porque é por este imaginário que os sujeitos criam o desejável para a cidade. Assim, na discursividade da reivindicação social urbana, o real esbarra com o imaginário escapando dele e, como efeito, produzindo a sensação de que *as coisas vão mal*, fato que instaura o conflito. A organização urbana não contém a ordem da cidade: ela é *incontível* (cf. Barbosa Filho, 2012). E tal incontença se mostra na *evidência* dos *problemas* urbanos e sociais ocasionando o conflito.

Tomamos o conflito como ponto de sustentação da discursividade da reivindicação. Ponto estruturador da fala dos movimentos sociais urbanos. Laço (ou talvez nó) que liga as diferentes produções discursivas desses movimentos. Se os movimentos produzem discurso é porque há um conflito a ser “gerido” e sua voz *se faz* necessária nesse gesto de administração do conflito. Em síntese, é o conflito que organiza a produção discursiva dos movimentos sociais. Conflitos sobre o público e o privado, sobre a mobilidade urbana, sobre a administração política, sobre os encaminhamentos jurídicos da cidade... Se é assim, nesse modo de produção de discursos sobre a cidade, o espaço citadino passa a ser “espaço em que se realizam movimentos de confrontos e alianças entre o poder público e movimentos sociais, organizados ou não. De um lado, depreende-se a administração pública buscando um controle da vida coletiva e, de outro, encontram-se os movimentos sociais refratários ou solidários a esse controle” (Mariani, 1998, p. 17).

Diríamos mais: refratários *e* solidários a esse controle, visto que, como buscamos mostrar no capítulo anterior, embora seja a oposição que se mostre *evidentemente* no

⁴³ Neste ponto, podemos retomar Pêcheux ([1982], 1990) que relaciona o realizado alhures com os movimentos revolucionários e sua busca pelo o que pode vir a ser.

antagonismo entre os movimentos sociais e o poder político que estes pretendem antagonizar, é a contradição que *efetivamente* estrutura o funcionamento dos discursos desses movimentos.

Buscaremos percorrer a produção discursiva dos movimentos sociais aqui em pauta tomando o conflito como regularidade. Isto é: mostrando como, a partir do conflito, todas as questões sobre as quais os movimentos se dedicam se realizam. De modo pontual, focaremos o conflito como ponto nodal na formulação das questões que se impõem aos movimentos tais como: legislação e administração da cidade, relação público-privado, mobilidade urbana e habitação. Uma questão que também nos interessa consiste no modo como a especificidade da cidade de Salvador entra em cena, também pelo conflito, na relação que, nos movimentos em pauta, se estabelece entre Salvador-centro urbano-patrimônio histórico e cultural. Subjacente a essa questão, entra o imaginário de baianidade tal como já o descrevemos no capítulo em que nos dedicamos às condições de produção. Desse modo, não podemos desprezar o modo como uma memória discursiva sobre a cidade de Salvador produz efeitos sobre a discursividade dos movimentos.

3.2 Sentidos para a cidade: entre o conflito e o consenso

Considerar o conflito como ponto nodal da produção discursiva dos movimentos sociais urbanos já se faz a partir de um gesto de análise. Como poderemos ver nas páginas que seguem, podemos dizer que tais movimentos se relacionam com a cidade, a partir do conflito, de uma forma dual. Por um lado, os movimentos produzem o conflito questionando e rasurando a organização administrativa da cidade. De outro lado, os movimentos se querem como ponto de síntese dos conflitos: são mediadores, porque tomam a participação popular e a proposição de *soluções* como saída. Retomando as palavras de Mariani (1998) a partir do deslocamento que fizemos: os movimentos são refratários e solidários.

Aliás, o que acabamos de dizer pôde ser visto nos dois capítulos anteriores: tanto no momento em que descrevíamos os movimentos *Ocupa Salvador* e *Desocupa* quanto no momento das primeiras análises que fizemos. Ambos os movimentos deslizavam entre a

manifestação do conflito (ocupar, manifestar, visibilizar a insatisfação) e a resolução deste (pautar os órgãos competentes, debater, propor soluções).

Para pensarmos com mais propriedade esta questão do conflito falemos daquilo que pode ser um de seus “opostos”: o *consenso*. É a *produção do consenso* que Eni Orlandi e Carolina Rodríguez-Alcalá tematizam em *A produção do consenso nas políticas públicas urbanas: entre o administrativo e o jurídico*. A questão é introduzida pelo entendimento de que o consenso constitui-se como um ideal para solucionar satisfatoriamente os conflitos sociais, visto que ele se apoia na opinião pública, em um nós coletivo. Com base nesse “nós coletivo” que sintetiza o “bom senso” é que as políticas públicas (urbanas) são formuladas. Desse modo,

As políticas urbanas atuais consideradas democráticas estão fundamentadas nessa lógica consensual: elas visam à constituição de uma “maioria” através do maior índice possível de “participação” dos “excluídos” e das “minorias sociais” nas diferentes instâncias da vida urbana, como as instituições jurídicas, culturais, tecnológicas, educativas, de lazer etc. (Orlandi, Rodríguez-Alcalá, 2004, p. 11).

Desse posicionamento decorre o entendimento das autoras em considerar a produção do consenso como sustentada em uma concepção de vínculo social dado a partir da segregação, fato que acarretaria um complexo processo de re-significação das noções de cidade, cidadão, cidadania, civilidade etc. Assim, as autoras sugerem que, ao neutralizar a ideia de alteridade, a produção do consenso esvazia a vida pública e o sentido de civilidade (entendido enquanto boas maneiras) o qual se relaciona com as ideias de cidadania e cidade. Ao negar a alteridade, a sociabilidade (isto é, a vida social e o contato que se produz nela) passa a ser significada pela violência já que “o sujeito social acaba por se significar como aquele que se protege, que se distancia, que (se)nega (a) o outro: o *socius* (o aliado) é situado numa região que o indistingue do *hostis* (o estrangeiro), merecendo o mesmo cuidado” (Orlandi, Rodríguez-Alcalá, 2004, p. 13). As políticas públicas, tomando o consenso como suporte, teriam sempre que gerir esse modo de sociabilidade que se pautaria pela violência e pela exclusão.

Suzy Lagazzi em *O confronto político urbano administrado na instância jurídica* pontua a produção do consenso como *necessidade* para que as políticas públicas busquem conter os litígios que atravessam o espaço urbano. Tais políticas têm por objetivo serenar os

variados pontos de divergência que ocorrem na vida em sociedade. “A coerção fica formulada entre o administrativo e o jurídico”, diz Lagazzi (2010, p. 75) apontando para o fato de que a formulação do consenso tem como ponto de sustentação as instâncias administrativa e jurídica.

Interessa-nos o modo como a autora formula o lugar do conflito tomando a conciliação como espaço controverso. A partir de suas análises, Lagazzi propõe que, neste espaço controverso que é a conciliação, “o litígio é um efeito da incontinência do político que se manifesta no social sob a tutela administrativa do jurídico” (Lagazzi, 2010, p. 75). Dito de outro modo, a autora nos diz que o conflito é produzido pelo modo como o político, custodiado pela administração jurídica, não consegue dar conta do social. Daí porque a conciliação (como prática administrativa do jurídico)⁴⁴ se torna um espaço controverso: ela acaba se tornando uma prática circular, porque tenta dar conta dos conflitos causados pelas próprias políticas de que faz parte.

Em nosso trabalho, essa discussão faz sentido de forma a nos fazer relacionar (e contrapor) o funcionamento das políticas públicas e o funcionamento dos movimentos sociais, considerando ambos como interventores na vida da cidade. Por um lado, as políticas públicas urbanas buscam, pela produção do consenso, conter os litígios que se dão nos modos de sociabilidade da/na cidade. Tais políticas se legitimam em sua própria constituição porque fazem parte das práticas do Estado e de seus modos de interpelação dos sujeitos por sua maneira jurídica de ser e de administrar.

Em contraponto, os movimentos sociais urbanos contemporâneos buscam o consenso também pela conciliação, mas não dispensam o conflito como prática. Isso porque os movimentos querem chamar atenção para si, até se legitimarem. Eles dão visibilidade ao conflito (pelo próprio conflito), legitimando-se como voz do povo (consensual?), mas também se colocam como ponto de proposição de soluções, uma conciliação. As políticas públicas urbanas não precisam chamar atenção para si porque já estão legitimadas, estão no lugar da continência: funcionam *para* manter a organização e conter os litígios.

⁴⁴ Por exemplo, se tomarmos, como é o caso de Lagazzi, as práticas de conciliação que se efetivam pelo intermédio jurídico dos tribunais de “Pequenas Causas”.

3.2.1 A discursivização do conflito e do consenso no *Ocupa Salvador e Desocupa*

As SD que seguem e suas análises subsequentes buscam mostrar como, na significação da cidade pelos movimentos sociais, há um deslizamento entre conflito e consenso/conciliação. Essa é a regularidade que pretendemos explorar aqui e é também a que organiza o *corpus* apresentado nas SD abaixo. Pela primeira SD (SD5) apresentamos o infográfico⁴⁵ “A verdade sobre a nova LOUOS”, formulado pelo movimento *Desocupa* com o objetivo de contradizer a nova lei e angariar assinaturas para uma petição. Acreditamos ser possível dizer que na formulação da cidade pelo *Desocupa* a partir do infográfico aqui analisado, o espaço citadino irrompe como um lugar tomado pelo conflito (social, urbano, jurídico, moral, ambiental, etc.), mas que pode vir a ser transformado pela atuação cidadã, subsumida no apoio que o sujeito da cidade pode fornecer às instâncias jurídicas que se apresentam como espaço de luta (possível no modo de produção capitalista), a saber, o Ministério Público, a Defensoria Pública e as Petições Públicas (que são propriamente um modo do sujeito cidadão buscar instituir a *sua voz*). Na página seguinte, será possível visualizar o infográfico (SD5) por inteiro, mas para a análise, vamos retomá-lo por sequências.

⁴⁵ O infográfico está disponível e pode ser mais bem visualizado no endereço eletrônico: <<http://movimentodesocupa.wordpress.com/2012/06/16/nao-se-omita-desocupa-orgpeticao/>> Acesso em 18 set. 2013.

A
verdade
sobre a nova
louos

O que é a LOUOS? A Lei de Ordenamento e Uso do Solo é uma lei que fornece parâmetros urbanísticos para tudo que é construído na cidade, gerando interferências diretas na vida de todos os soteropolitanos.
E porque ando ouvindo falar tanto dela? Recentemente, a Câmara de Vereadores aprovou – e o desprefeito sancionou – modificações graves nesta lei, tornando-a um verdadeiro crime contra a cidade de Salvador.

Por que crime? Vamos explicar!

Salvador possui aproximadamente dois milhões e oitocentos mil habitantes

Terceira capital mais populosa do país  A maior densidade populacional 8.000 habitantes por km²

781.584 veículos em trânsito de 2011



As modificações que foram feitas à lei atendem apenas aos interesses dos gananciosos grupos imobiliários que atuam na cidade, facilitando a construção de enormes empreendimentos, o que tem gerado uma verdadeira crise na mobilidade urbana, sem que os empresários ofereçam contrapartidas satisfatórias (muitas vezes não oferecem nenhuma). Isso é crime.

vale encantado



Desde que a nova LOUOS entrou em vigor, foi extinta uma das últimas grandes reservas de Mata Atlântica de Salvador, o Parque do Vale Encantado, localizado entre a Av. Paralela e a Orla. Isso é crime.

27 andares 81 metros



Entre as emendas aprovadas, está a que reduz os poderes e representatividade do Conselho da Cidade e do Conselho Municipal do Meio Ambiente. Está sancionada também a ampliação do gabarito da orla marítima, permitindo a construção de prédios de até 27 pavimentos (84 metros) e permitindo que os edifícios exerçam sombreamento nas praias antes das 10 horas e a partir das 14 horas. Crime!

Em síntese,

a nova LOUOS promove a produção de espaços urbanos precários e homogêneos, priorizando empreendimentos do porte de grandes shoppings e condomínios de luxo, que exploram áreas de proteção ambiental e de moradia, segregando as pessoas em função das classes sociais, minando a diversidade das ruas e a vida na cidade.

O Ministério Público da Bahia entrou com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIN), afirmando o caráter inconstitucional e criminoso da nova LOUOS. O julgamento da ADIN estava marcado para o dia 13 de junho no Tribunal de Justiça da Bahia (TJBA). 16 dos 40 desembargadores que deveriam estar no Tribunal faltaram e impossibilitaram a votação.

A Ademi-Bahia solicitou a sua inclusão no processo como amiga da causa. A decisão foi protelada e os dirigentes da prefeitura articulados com o capital imobiliário, como o chefe da Sucom Claudio Silva, continuam liberando alvarás de construção de acordo com os parâmetros da nova Louos.

**Agora que
você já sabe
o que é a LOUOS...
não se omita, pois
omissão também
é crime.**

Assine a petição pública
desocupa.org/peticao
e compartilhe!

SD5(1):

The infographic features a white background with a black box in the top right corner containing the text 'MOVIMENTO DESO CUPA'. The main title 'A verdade sobre a nova LOUOS' is displayed in large, bold letters, with 'A' in blue, 'verdade' in orange, 'sobre a nova' in green, and 'LOUOS' in large red letters. Below the title, there are two paragraphs of text in red and black. The first paragraph explains that LOUOS is a law providing urbanistic parameters for city construction. The second paragraph states that the City Council recently approved changes to the law, which the mayor vetoed, labeling it as a crime against the city of Salvador. At the bottom, a large orange headline reads 'Por que crime? Vamos explicar!'.

A verdade sobre a nova **LOUOS**

MOVIMENTO DESO CUPA

O que é a LOUOS? A Lei de Ordenamento e Uso do Solo é uma lei que fornece parâmetros urbanísticos para tudo que é construído na cidade, gerando interferências diretas na vida de todos os soteropolitanos.

E porque ando ouvindo falar tanto dela? Recentemente, a Câmara de Vereadores aprovou – e o desprefeito sancionou – modificações graves nesta lei, tornando-a um verdadeiro **crime** contra a cidade de Salvador.

Por que crime? Vamos explicar!

Como ponto de entrada, tomamos a reflexão de Sílvia Nunes que, em seu *geometrização do dizer no discurso do infográfico*, nos fornece subsídios teórico-analíticos para descrevermos as propriedades discursivas do infográfico aqui analisado. Nunes (2012) enfatiza as condições de produção da informática que sustentam a constituição do infográfico pela formulação de uma concepção informatizada da informação. A autora ressalta o deslizamento que ocorre de *conhecimento* para *informação* e pontua o modo como a informação tem sido cristalizada socialmente como um produto. Desse modo, Nunes (2012) ressalta os efeitos de *esquematisação* e de *transparência* construídos pelo infográfico os quais podem ser contemplados em outros efeitos produzidos pela discursividade infográfica: o efeito de relevância (o que é importante a ser dito está dito), o efeito de saturação (não falta nada, está tudo ali) e o efeito de síntese (o dizer está geometrificado, esquematizado de modo a ser transparente e sintético).

Tomado, então, pelo imaginário da eficiência da informação e da completude da língua, de sua transparência, o discurso infográfico se constitui na ilusão de poder dizer sem que nada falte, justamente porque se apresenta na forma em que o dizer é/está

esquemático (cf. Nunes, 2012). Dando consequência a esse entendimento, podemos dizer que o *Desocupa*, atravessado por este imaginário, busca poder mostrar a *realidade* da LOUOS, isto é, a *verdade* sobre ela. Assim, acredita que pela esquematização do dizer conseguirá mostrar a verdade sobre a lei, provando, pela enumeração de alguns pontos, que ela é criminosa. Constrói-se, então, uma argumentação a fim de provar uma *não legalidade* da lei. E esse é o gesto que instaura o conflito.

A LOUOS, lei que dispõe sobre o Ordenamento do Uso e da Ocupação do Solo do Município de Salvador (Lei 8.167/2012) busca a regulamentação da vida da cidade, especificamente no que diz respeito aos pontos: operações de carga e descarga; empreendimentos e atividades públicos e privados; categorias e subcategorias de uso; zoneamento de uso e ocupação do solo; licenças para realização de atividades; competência e exercício do poder de polícia administrativa para o ordenamento do uso e ocupação do solo; gabarito da altura das edificações; sistema viário e sistema de transporte. Trata-se da atualização da lei municipal de ordenamento de 1984 (Lei 3.377/1984). Essa nova LOUOS sofreu severas críticas dos partidos políticos de oposição, associações de arquitetos e urbanista e de movimentos sociais, tendo sido suspensa em caráter liminar depois que o Ministério Público entrou com uma ação direta de inconstitucionalidade contra ela.

Na formulação do infográfico, o movimento *Desocupa* se coloca na posição de conhecedor da verdade sobre esta lei e, ao dar visibilidade a essa verdade, quer instruir o cidadão que não sabe que a LOUOS pode trazer malefícios à sua vida, porque esse cidadão está desatendo sobre seus direitos. O papel dos movimentos sociais na “formação crítica dos cidadãos”, tal como exploramos no capítulo anterior, pode ser plenamente visto nesse processo discursivo. No jogo das formações imaginárias (pontualmente tomando as perguntas “quem sou eu para lhe falar assim?”, “quem é ele para que eu lhe fale assim?”), tem-se a construção discursiva do movimento que *sabe* e a do sujeito-urbano/cidadão que *precisa saber*.

Nessas condições, *saber* desliza para politizado, consciente, entendido. A própria formulação pedagógica do infográfico reforça isso: quem o produziu sabe o que dizer, pois quer transmitir uma informação – no nosso caso, uma verdade. Enquanto que *precisar saber* remete propriamente a não conscientizado, não politizado, não cidadão (ou mais

precisamente não consciente de sua condição de cidadão), mas que, por um gesto de mobilização social, pode vir a ser.

Dito isto, retomamos a construção discursiva do conflito situado entre o entendimento da referida lei e suas consequências para a cidade. Dando vazão ao caráter informativo-pedagógico do infográfico, o movimento introduz seu texto por uma pergunta *O que é a LOUOS?*, fornecendo, em seguida, uma resposta. A formulação da resposta é mais do que uma resposta estrita, pois ela apresenta também uma relação causal. Assim, em *A Lei de Ordenamento e Uso do Solo é uma lei que fornece parâmetros urbanísticos para tudo que é construído na cidade, gerando interferências diretas na vida de todos os soteropolitanos*, podemos, na produção parafrástica, ter:

1) *A lei fornece parâmetros urbanísticos para tudo que é construído na cidade;*

2) *A lei gera interferências diretas na vida de todos os soteropolitanos;*

*

3) *A lei gera interferências diretas na vida de todos os soteropolitanos **porque** ela fornece parâmetros urbanísticos para tudo que é construído na cidade;*

4) ***Como** a lei fornece parâmetros urbanísticos, ela gera interferências na vida de todos os soteropolitanos;*

5) ***Se** a lei **não fornecesse** parâmetros urbanísticos, ela **não geraria** interferências;*

O jogo parafrástico a partir do qual separamos (para relacionar de outro modo) a oração principal de sua reduzida de gerúndio nos permite visibilizar imbricações discursivas interessantes. Em primeiro lugar, chamamos atenção para a relação do imaginário urbanístico (técnico) e o social, mas, principalmente a administração (política) pelo jurídico. A relação direta que se estabelece entre o jurídico e o técnico parece diluir um no outro, confundindo-os. Nessa direção, em *a lei fornece parâmetros urbanísticos para tudo o que é construído na cidade* tem-se:

A lei – sujeito;

Fornece – verbo;

Parâmetros urbanísticos – objeto direto (normalização/normatização);

Para tudo o que é construído na cidade – complemento (em virtude de).

Isto nos indica que *Para tudo o que é construído na cidade* faz-se necessário *Parâmetros urbanísticos* os quais, por sua vez, são *fornecidos* pela A lei, isto é, parâmetros que demandam o respaldo legal. A cidade é, nesse contexto, a confluência da administração jurídica e técnica-urbanística em que tudo passa pela ordem do discurso urbanístico, sem dispensar a sustentação no jurídico. Se pudermos, nesse ponto, retomar a formulação de Louis Althusser em seu *O marxismo como teoria finita*, encontraremos uma maneira de visualizarmos este ponto de encontro. Diz Althusser (1978, p. 67): “para a hegemonia burguesa, é a ideologia jurídica que desempenha esta função de agregação e síntese. Processo que não deve ser entendido como completo, mas como contraditório, já que a ideologia dominante não existe sem a ideologia dominada, que é, por sua vez, afetada por esse domínio”.

Dito diferentemente, em termos propriamente discursivos, cremos ser possível afirmar que o modo como a ideologia jurídica se impõe no modo de produção capitalista produz, na significação da cidade pelos movimentos sociais, um efeito de sobreposição entre o político, o jurídico e o técnico de modo que dizer *a lei fornece parâmetros urbanísticos* signifique *é preciso que haja normas técnicas para toda a vida da cidade – é preciso que haja normas jurídicas para toda a vida da cidade*. Assim, mesmo que a organização da cidade demande parâmetros urbanísticos e seu saber técnico (do urbanista, do arquiteto, do geógrafo...) é impossível dispensar a lei, isto é, um *direito urbano* que sustente o imaginário urbanístico e sua sobreposição no social já que *tudo passa pela lei* sendo nela sintetizado e agregado.

Em contraponto, na formulação de que *a lei gera interferência na vida dos soteropolitanos porque fornece parâmetros urbanísticos* temos sintetizado uma relação em que *tudo que é urbanístico gera interferência* na vida da sociedade. Em outras palavras, embora a ideologia jurídica produza o efeito de *tudo passa pela lei*, na construção da LOUOS pelo movimento, a lei só gera interferência na vida do sujeito, porque ela vem sustentada pelo parâmetro urbanístico (e por seu imaginário). Assim, podemos pensar em uma paráfrase tal como “***Se a lei não fornecesse parâmetros urbanísticos, ela não geraria interferências***”. Isto é, a lei só é importante por seu teor urbanístico: algumas leis

interferem na vida dos sujeitos e algumas outras não interferem, sendo o teor delas (o que elas se propõem a regulamentar) o que faz a distinção entre gerar e não gerar interferência na vida do sujeito.

Desse modo, paradoxalmente, o sentido de lei é esvaziado (porque a lei só produz qualquer efeito na sociedade pela sua relação com o urbanístico) ao mesmo tempo em que é reafirmado (os parâmetros urbanísticos geram interferência porque estão na lei).

Nesse jogo de remissão contínua e indistinta (isto é: interfere porque é uma lei/interfere porque fornece parâmetros urbanísticos), cria-se um *status* extremamente elevado para a LOUOS. *Status* que faz com que o movimento possa produzir discursivamente a evidência de que é necessário olhar para esta lei com mais acuro. No fim das contas, “não importa” se a LOUOS é importante porque é uma *lei* ou porque fornece parâmetros urbanísticos (ou ainda porque é uma lei *que* fornece parâmetros urbanísticos). Mais importante é textualizar que ela *gera interferências diretas na vida de todos os soteropolitanos*. Visualizamos aí a corporificação da voz do movimento social, pois nele a lei gera *interferências diretas* e não *melhorias, proteção* etc, termos típicos e mais recorrentes no campo da administração política. Em outras palavras, ao invés de se dizer “essa lei protege/gera melhoria” (formulação própria do campo político), tem-se aí o conflito marcado na voz do movimento que diz *a lei gera interferências*.

Esse é o modo pelo qual o conflito começa a aparecer: trata-se de *algo* que mexe com *todos* os soteropolitanos de forma *direta*. Algo, vale pontuar, legitimado pelo imaginário jurídico e pelo imaginário urbanístico.

O recurso retórico de enunciar um tópico por perguntas, extremamente condizente com a discursividade infográfica, é retomado novamente. A pergunta *E porque ando ouvindo falar tanto dela?*, feita imaginariamente da posição do sujeito-urbano *comum*, desatento à vida da cidade e que precisa ser instruído pelo movimento, introduz uma representação sobre a administração municipal e sobre a própria lei, instaurando de vez o conflito. Como resposta o movimento enuncia que *Recentemente, a Câmara de Vereadores aprovou – e o desprefeito sancionou – modificações graves nesta lei, tornando-a um verdadeiro crime contra a cidade de Salvador*.

Constrói-se, assim, o *fato*, ponto de tensão para o movimento: uma lei extremamente relevante, porque gera interferência direta na vida de todos os

soteropolitanos, foi modificada *gravemente* e sancionada, tornando-se um crime contra a cidade. Nessa entrada discursiva, outro movimento de contradição interessante pode ser percebido na *lei* que, sendo modificada gravemente, torna-se um *crime*. Legal (lei) e ilegal (crime) habitando o mesmo espaço, visibilizando o equívoco.

No campo do jurídico-político, uma lei não pode ser propriamente criminosa, mas pode ser *ilegítima*. Entra em jogo, desse modo, a relação legalidade – legitimidade. Norberto Bobbio esclarece, em seu *Dicionário de Política*, que legalidade e legitimidade se diferenciam por sua relação com o poder. Seria, assim, a legalidade o exercício do poder ao passo que a legitimidade seria expressa enquanto *qualidade* do poder (cf. Bobbio, 1998). Conforme o estudioso:

Embora nem sempre se faça distinção, no uso comum e muitas vezes até no uso técnico, entre legalidade e legitimidade, costuma-se falar em legalidade quando se trata do exercício do poder e em legitimidade quando se trata de sua qualidade legal: o poder legítimo é um poder cuja titulação se encontra alicerçada juridicamente; o poder legal é um poder que está sendo exercido de conformidade com as leis. O contrário de um poder legítimo é um poder de fato; o contrário de um poder legal é um poder arbitrário (Bobbio, 1998, p. 674).

Enquanto a legalidade se efetiva pelo vínculo jurídico, a legitimidade toma como sustentação o campo dos valores legitimados. Se tomarmos o parâmetro jurídico dos dias de hoje para olharmos as práticas legais de tempos passados, poderemos encontrar um bom exemplo para compreendermos tal questão no modo como funcionava a sociedade brasileira escravocrata. Assim, aos moldes das práticas jurídicas atuais, diríamos que legalmente não havia problema em subjugar a outrem e escraviza-lo. Os senhores de engenho estavam cobertos pela lei ao terem em suas fazendas trabalho escravo. Contudo, moralmente tal situação é inaceitável porque tal modo de produção social era considerado no mínimo injusto.

Enunciar a LOUOS como *crime* implica também em representar como *criminoso* quem a concebeu (ou melhor, quem a modificou). A lei em si não é criminosa, mas *torna-se* criminosa com as alterações propostas pela Câmara de Vereadores e com a sanção do *desprefeito*. Se olharmos melhor para a designação *desprefeito*, veremos funcionar aí uma negação: aquele que *não* é o chefe do poder executivo de um município, aquele que *não* é um administrador.

Como aceitar uma lei sancionada por alguém que não tem as *qualidades* para exercer a função administrativa? A qualidade do poder (a legitimidade) da lei e de quem a aprovou está em cheque na discursividade do movimento. Observemos as SD que seguem nas quais o movimento se propõe a explicar o porquê da LOUOS representar um crime.

SD5(2):



Na SD5(2) alguns dados numérico-qualitativos são enumerados para sustentar a argumentação do movimento. Tem-se, dessa maneira, a construção de uma argumentação “incontestável”, já que ela se baseia em *fatos*, elementos numéricos. Apresentam-se, assim, os seguintes dados: *Salvador possui aproximadamente dois milhões e oitocentos mil habitantes, Terceira capital mais populosa do país, A maior densidade populacional 9.000 habitantes por km², 781.584 veículos em maio de 2011.* Todos esses dados têm o objetivo de acentuar as proporções da cidade de Salvador como grande centro urbano que, como tal, precisaria ser gerido com atenção e cuidado. Como efeito, ressaltar todos esses números alimenta ainda mais a configuração do conflito, pois se constrói um *estado de tensão* frente à grandiosidade dos dados e à “criminalidade” da lei.

Entretanto, essa apreciação por uma argumentação “lógica”, pautada pela apresentação de dados numéricos e qualitativos, não prossegue no momento em que o

Desocupa busca mostrar que a lei representa um crime. Numa direção oposta à apresentação que produz efeito de objetividade, o primeiro trecho explicativo segue uma perspectiva com efeito mais subjetiva. Tem-se a textualização de que *As modificações que foram feitas à lei atendem apenas aos interesses dos gananciosos grupos imobiliários que atuam na cidade, facilitando a construção de enormes empreendimentos, o que tem gerado uma verdadeira **crise na mobilidade urbana**, sem que os empresários ofereçam contrapartidas satisfatórias (muitas vezes não oferecem nenhuma). Isso é crime.*

É o discurso da moral que sustenta essa argumentação no batimento com o discurso da organização urbana. Em outras palavras, o apelo está na construção de uma injustiça (social), dada no fato de a lei atender *apenas aos interesses dos gananciosos grupos imobiliários que atuam na cidade*, e agravada por tal injustiça ser visibilizada na *crise na mobilidade urbana* sem que ao menos haja *contrapartidas satisfatórias*. A constituição do crime se dá então na relação entre a produção de uma injustiça social e seu efeito (crise) na mobilidade urbana a qual, no texto, vem negritada de modo a ser compatível com os dados apresentados (*781.584 veículos em maio de 2011*) e reverberar, produzir sentidos, de tensão para a cidade. Se tomarmos a formulação *verdadeiro crime contra a cidade de Salvador* da SD anterior, relacionando-a com a formulação *crise na mobilidade urbana*, entenderemos o *gesto de personificação* que há na primeira formulação: embora haja uma metonímia funcionando, não se trata primeiramente de um crime contra os soteropolitanos, mas sim contra a cidade em si, pois os efeitos da crise na mobilidade urbana são produzidos sobre a própria cidade.

O gesto de apresentar algo que contradiga a lei e, posteriormente, sintetizar o que foi dito com a afirmação *Isso é crime* ou apenas *Crime* é retomado mais duas vezes.

SD5(3):



Nessa SD, três outros argumentos aparecem para textualizar os malefícios da lei e dar corpo ao crime. O primeiro refere-se à extinção de *uma das últimas grandes reservas de Mata Atlântica de Salvador, o Parque do Vale Encantado, localizado entre a Av. Paralela e a Orla*. O segundo diz respeito ao fato de que *Entre as emendas aprovadas, está a que reduz os poderes e representatividade do Conselho da Cidade e do Conselho Municipal do Meio Ambiente*. E o terceiro, por seu turno, pontua a *ampliação do gabarito da orla marítima, permitindo a construção de prédios de até 27 pavimentos (54 metros) e permitindo que os edifícios exerçam sombreamento nas praias antes das 10 horas e a partir das 14h*.

Sustentando estes argumentos está a memória discursiva da valorização ambiental ecológica e sustentável. No batimento entre a organização urbana e a preservação ambiental, a cidade passa a ser significada pelo discurso ecológico-sustentável. Assim, qualquer que seja a *mexida* na disposição da cidade, esta deve estar de acordo como parâmetros ambientais aceitáveis. Talvez seja possível dizer que, se o imaginário urbano sobredetermina o social, é o imaginário ecológico que se sobrepõe ao imaginário urbano. Nas cidades contemporâneas, o imaginário urbano da organização ganha sentido por sua sustentação no (sobreposição pelo) discurso da mobilidade urbana (como vimos na SD5(2)) e da sustentabilidade (como esta SD permite visualizar).

O entendimento que aqui apresentamos encontra um ponto de identificação nas formulações de Monica Zoppi-Fontana especificamente em seu texto *A cidade se mexe: da bicicleta ao Cycle Chic*. Zoppi-Fontana (2011) em determinado momento de seu texto volta-se para o modo como a mobilidade urbana está designada em diferentes documentos oficiais do Estado. Em sua análise, a autora percebe que a questão da mobilidade urbana aparece associada à questão ecológica da sustentabilidade, uma vez que as designações *mobilidade urbana ecologicamente sustentável*, *Mobilidade Urbana Sustentável* são recorrentes. A partir disso, a autora propõe:

Por efeito de pré-construído (Pêcheux, 1975), a formulação dessas designações apresenta como evidente, como sempre-já-lá, naturalizando-a, a relação entre *mobilidade urbana* e *sustentabilidade*. Ou dito de outro modo, os sentidos de *urbanidade* e de *sustentabilidade* se sobrepõem neste discurso, levando a interpretar o espaço urbano pelo viés do meio ambiente. Do ponto de vista discursivo, esta sobreposição contraditória de sentidos formulados como sinônimos coloca em relação de continuidade: um discurso pela *inclusão social/não segregação espacial* e um *discurso pela sustentabilidade/preservação do meio ambiente*. (Zoppi-Fontana, 2011, p. 183).

Na relação entre organização, mobilidade urbana e sustentabilidade, a cidade, no discurso do movimento *Desocupa*, passa a significar pelo viés ambiental. Como o movimento, contrapondo o ambiental (preservação) ao “desenvolvimento” (mudança), significa os poderes públicos (e seu possível flerte com o capital privado) no lugar do *desenvolvimento ganancioso*, ele cria um conflito (uma oposição) entre o poder político e a sociedade. Reiteramos o que dissemos mais acima: a cidade é significada pelo conflito: organização/desorganização (crise na mobilidade urbana, por exemplo), ambiental/não-ambiental, interesse dos gananciosos grupos imobiliários/interferência direta na vida de todos os soteropolitanos, nós/eles...

Ao tomarmos a imbricação material entre o verbal e o visual, vemos a imagem do Vale Encantado criando um efeito de harmonia campestre, reduto de tranquilidade na vida corrida da/na cidade, atravessado pelo *crime* que destruiria essa harmonia. Essa formulação do visual em contraponto com o verbal, isto é, o crime, reforça a relação entre o discurso da valorização ambiental e o urbano (sendo essa relação sintetizada no jurídico), uma vez que a *falta de respeito* à natureza vem interpretada como crime. Vale ressaltar, ainda no trabalho da imbricação das materialidades, as expressões *isso é crime* e *crime* que, pintadas

em cor mais forte e estando sempre no final de uma explicação, funcionam como uma espécie de anáfora que encapsula, pelo atravessamento do jurídico, tudo que representa uma não adequação à lei, e conseqüentemente, tudo que mobiliza o crime.

Mas também o consenso tem o seu papel. Se a cidade é significada pelo conflito, ela também pode ser significada pelo consenso, desde que os *cidadãos* desempenhem seu *papel*, seja pautando e apoiando os órgãos jurídicos que gerenciam os litígios da sociedade, seja pela sua própria iniciativa como *membro de voz ativa na sociedade*. As SD que seguem buscam dar conta desse entendimento.

SD5(4):

Em síntese,

a nova LOUOS promove a produção de espaços urbanos precários e homogêneos, priorizando empreendimentos do porte de grandes shoppings e condomínios de luxo, que exploram áreas de proteção ambiental e de moradia, segregando as pessoas em função das classes sociais, minando a diversidade das ruas e a vida na cidade.

O Ministério Público da Bahia entrou com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIN), afirmando o caráter inconstitucional e criminoso da nova LOUOS. O julgamento da ADIN estava marcado para o dia 13 de junho no Tribunal de Justiça da Bahia (CAB). 16 dos 40 desembargadores que deveriam estar no Tribunal faltaram e impossibilitaram a votação.

A Ademi-Bahia solicitou a sua inclusão no processo como amiga da causa. A decisão foi protelada e os dirigentes da prefeitura articulados com o capital imobiliário, como o chefe da Sucom Claudio Silva, continuam liberando alvarás de construção de acordo com os parâmetros da nova Louos.

Novamente, o tom informativo e pedagógico do infográfico retorna nessa SD pelo *Em síntese* que indica que tudo o que era necessário saber sobre a lei foi dito, sendo apenas importante para o momento *sintetizar* o que foi dito nos pontos mais relevantes a saber. Chama-se, assim, atenção para os pontos de tensão que a lei instaura: *promove a produção de espaços urbanos precários e homogêneos*, prioriza *empreendimentos do porte de grandes shoppings e condomínios de luxo que exploram áreas de proteção ambiental e moradia*, além de *segregar as pessoas em função das classes sociais* e *minar a diversidade das ruas e a vida na cidade*. Note-se que todos os pontos para os quais se chama atenção não são, num primeiro olhar, pontos que se sustentam numa não possibilidade jurídica da lei, mas sim pontos que constroem uma inaceitabilidade moral dela.

É essa inaceitabilidade moral que faz o sujeito plenamente identificado na forma sujeito capitalista (consciente, cidadão, que preza pela lei...) propor e apoiar a inconstitucionalidade da LOUOS. Nessa direção, a interpelação moral que sustenta o sujeito de direito produz seu *sensu de cidadania* que não se descola do *sensu comum*. Em outras palavras, diríamos que o gesto de visibilizar em tom indignado que *a diversidade das ruas e a vida na cidade* está sendo minada ou ainda que a lei provoca a segregação das pessoas *em função das classes sociais* só é possível porque tais práticas são *comumente* inaceitáveis do ponto de vista moral. Essa inaceitabilidade que é inaceitabilidade *de todos* se produz no *sensu comum* e é também no *sensu comum* que a solução, o consenso, é buscado: se comumente *sabe-se* o que deve ser moralmente refutado, *sabe-se* também quais posturas são necessárias e possíveis de serem tomadas.

Apoiar e valorizar o Ministério Público, como órgão propício para denunciar o conflito e propor soluções consensuais, aparece como alternativa para o movimento *Desocupa*. O jurídico em seu poder agregador e de síntese, como nos lembra Louis Althusser aqui já citado, retorna para nós neste ponto, visibilizando-se na discursividade do movimento. Assim, o possível só é possível porque está na lei e em seu aparelho de funcionamento. Nesse momento, podemos dizer que, pela consensualidade produzida pelo aparelho jurídico, o movimento não se apresenta como ponto de resistência revolucionária, ponto de escape, furo no social. Ele, ao contrário, é pego pela “ilusão jurídica do político” (cf. Althusser, 1978), constituindo-se, em sua maneira de formular a cidade, seus conflitos e suas formas de solução, mais um ponto de reprodução do modo de produção capitalista (cf. Althusser, [1995] 2008).

SD5(5):



Após visibilizar o conflito, sobretudo pelo o que foi apresentado no quadro anterior (SD5(4)), no qual vemos a construção de uma oposição entre ricos e pobres, governo e população (e, num efeito de metonímia, governo e movimento social), parte-se para o consenso/conciliação, momento de injunção direta para o sujeito-cidadão. É pela oposição que uma mobilização pode vir a ser construída: imaginando seu interlocutor como aquele que vai se colocar na posição de prejudicado com a aprovação da lei, o movimento constrói uma argumentação pautada na não aceitação da LOUOS tendo em vista seus modos de segregação. Além disso, aceitar a LOUOS, depois da apresentação de todos esses pontos levantados pelo movimento, é também ser criminoso, pois *omissão também é crime*. É, então, necessário “fazer algo” para que o sujeito não esteja no mesmo lado dos que são os criminosos.

Tomado por um efeito de completude, de fechamento, trabalhando na ilusão de que tudo foi dito e entendido, o movimento põe os sujeitos na injunção à mobilização. Mostrando que os sujeitos *agora já sabem* sobre a nova lei, o movimento volta-se a um *você*, tomado pela onipotência do sujeito cidadão, que não está mais na escuridão, mas agora se encontra na verdade. Desse modo, coloca para o sujeito um modo de mobilização – *assine a petição* – pertinente ao que conhece a verdade. Cria-se aí, mais uma vez, uma

divisão em que os que se omitem são criminosos e os que não se omitem estão exercendo a sua cidadania. Vale também observarmos o funcionamento do *compartilhe*, pedido logo depois da injunção à assinatura da petição. Na cidade virtual, cidade *metálica* (pegando de empréstimo este adjetivo que Orlandi usa numa determinada forma de observar a memória), compartilhar significa mobilizar. Significar metaforicamente levantar cartazes e ir às “ruas” de uma cidade que se desenha virtualmente. Na discursividade do movimento social que toma o espaço da internet como espaço enunciativo de ampla atuação, o “compartilhe” funciona como o “mobilize-se”, o que, para nós, constitui um deslizamento interessante de ser investigado nesse contexto de construção de uma (imagem de) cidadania que tem na internet um ponto de ancoragem fundamental.

Nesse ponto, as considerações de Orlandi sobre a cidadania são extremamente relevantes para nós. Para Orlandi (2008, p. 159), “a cidadania [...] é um vir a ser constante nunca realizado”. Com essas palavras, a autora considera a cidadania muito mais como uma forma a mais para a administração do sujeito do que como uma qualidade histórica. Em outras palavras, “contraditoriamente à nossa história republicana, não se ‘nasce’ de fato cidadão. Coloca-se sempre a cidadania como um objeto, um fim desejado, ainda sempre não alcançado” (Orlandi, 2008, p. 159). E, inserido nessa discursividade, o *Desocupa* coloca para o sujeito a cidadania como “qualidade do cidadão” ou “qualidade do cidadão que mora na cidade” tal como, conforme Oliveira (2006), esteve estabilizado nos dicionários de língua portuguesa, mas como um atributo a ser conquistado no exercício da oposição, da mobilização, da conscientização, da tomada voluntária de posição, na resistência sempre heroica.

A próxima SD (SD6) é formulada tomando como referência a formulação “A cidade que queremos” que intitula uma das atividades do movimento *Desocupa*. Por essa atividade, o movimento propõe, juntamente com o Teatro Vila Velha (importante espaço de discussão sociocultural da cena política de Salvador), a criação de fóruns de discussão que tematizem *a cidade que queremos* a partir de variadas temáticas. No conjunto do material, julgamos pertinente analisarmos os textos que compõem a SD6 porque a construção do direito à cidade irrompe com mais força na significação do espaço urbano.

Novamente, vemos a configuração do conflito e do consenso. O conflito se mostra não só nos temas que são discutidos, mas no modo como outros setores da sociedade estão

engajadas nesse debate. O consenso, por seu turno, se manifesta no próprio fórum (cujo objetivo é a *proposição de soluções*). Contudo, vale chamar atenção para a forma material na formulação *a cidade que queremos* a qual lança mão de uma forma verbal em primeira pessoa do plural que, como poderemos ver, se torna equívoca em sua polissemia e na sua relação com uma unidade dos contrários.

*SD6(1)*⁴⁶

Teatro Vila Velha lança o projeto “A Cidade Que Queremos” para debater o futuro de Salvador. O Teatro Vila Velha, ciente da sua histórica responsabilidade social com a saúde da cidade, inclui na sua programação o projeto “A Cidade Que Queremos”, uma série de mesas-redondas que trarão ao palco do teatro, representantes de diversas organizações para debater sobre o futuro de Salvador. O evento acontecerá na próxima segunda-feira (30/01), às 19h, na Sala Principal, e é aberto a todos que queiram participar dessa discussão. Na sua primeira edição o tema será “Os benefícios da LOUOS para a cidade de Salvador”. A escolha por este tema se deu, principalmente, por conta da aprovação da LOUOS (Lei de Ordenamento do Uso do Solo) pelo prefeito João Henrique, o que gerou grande repercussão nas redes sociais e nas ruas de Salvador. De acordo com Marcio Meirelles, é preciso se organizar para que as mudanças ocorram. “A cidade está passando por um momento de desequilíbrio e ao mesmo tempo de retomada e o soteropolitano está buscando o seu lugar através dessas mobilizações nas redes sociais e passeatas”, conclui. Foram convidados para esta mesa o Prefeito, João Henrique Carneiro ou um representante; o Presidente da Câmara Municipal; Glória Cecília Figueiredo, da Sociedade Brasileira de Urbanismo; um representante da Comissão de Planejamento Urbano e Meio Ambiente da Câmara dos Vereadores, o Sindicato da Indústria da Construção do Estado da Bahia (Sinduscon-BA), o Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA-BA) e a Escola de Arquitetura da UFBA.

*

*SD6(2)*⁴⁷

⁴⁶ Disponível em <<http://movimentodesocupa.wordpress.com/2012/01/26/teatro-vila-velha-lanca-projeto-a-cidade-que-queremos/>> Acesso em 20 set. 2013.

4a Edição do projeto a cidade que queremos debate o modelo excludente do Carnaval de Salvador. O Carnaval de Salvador foi o tema dominante do debate realizado nesta quarta-feira (07.03) à noite no Teatro Vila Velha pelo projeto **A CIDADE QUE QUEREMOS**, promovido pelo Teatro e pelo Movimento DESOCUPA. A 4a edição do projeto começou sem a presença do administrador da Premium Entretenimento, o **Sr. Luiz Mendes Júnior**, que entrou em contato com um dos integrantes do Movimento DESOCUPA com a intenção de “iniciar um diálogo e explicar a situação” da empresa e de tentar “construir uma solução para todos os envolvidos”. O DESOCUPA, em contrapartida, propôs que o debate fosse público, com a presença de todas as autoridades e cidadãos interessados no assunto. De última hora, o administrador do Camarote Salvador encaminhou mensagem ao Teatro Vila Velha alegando que, estando a questão judicializada “a sede do debate deveria ser a própria Justiça” e resolveu não comparecer à conversa que ele mesmo solicitou. (...) Além da Premium, foram convidados representantes da **Superintendência de Controle e Ordenamento do Uso do Solo (Sucom)**, **Secretaria de Patrimônio da União (SPU)**, **Defensoria Pública da União (DPU)**, **Ministério Público do Estado da Bahia** e **Ministério Público Federal**. A DPU foi a única a declinar oficialmente do convite, tendo apresentado suas justificativas em carta ao Movimento DESOCUPA que foi lida pelo coordenador do evento, o professor **Ordep Serra**. Nenhuma das outras autoridades compareceu nem tampouco encaminharam justificativas para suas ausências. (...) Na qualidade de colaboradora do **GT de Análises Técnicas do Movimento DESOCUPA**, a urbanista **Glória Cecília Figueredo** aproveitou a oportunidade para questionar a cessão da praça para a exploração comercial do camarote. “Uma coisa é privatizar o serviço de limpeza ou algum outro serviço público. Mas como privatizar uma praça, um bem de uso comum? Que serviço a empresa presta ali para os cidadãos?”, protestou. (...) Diante da ausência de representante do Camarote Salvador e das instituições públicas envolvidas no assunto, o movimento fez um debate sobre a própria cidadania. Várias pessoas trouxeram questões diversas ligadas ao carnaval. Uma delas, por exemplo, denunciou a falta de estrutura na região da festa para tratar com dignidade as pessoas que trabalham no

⁴⁷ Disponível em <<http://movimentodesocupa.wordpress.com/2012/03/08/4a-edicao-do-projeto-a-cidade-que-queremos-debate-o-modelo-excludente-do-carnaval-de-salvador/>> Acesso em 20 set. 2013.

carnaval: “Eles pagam para trabalhar. A prefeitura deveria oferecer um abrigo, um acampamento digno e não deixar as pessoas dormirem nas ruas com crianças e dejetos como pude ver este ano”. O antropólogo **Antenor Campos** referindo-se à complexidade de questões que envolvem o Carnaval de Salvador disse que todos deveriam ter em mente que o valor de uso de um bem é mais importante que o valor de troca e isso não é levado em conta em Salvador. “Não podemos privilegiar o valor de troca em detrimento do valor de uso. A ocupação desse camarote numa praça pública é privilegiar o valor de troca. Temos que bater firme nisso e não aceitar. Camarote só em área privada. Espaço público é pra pipoca, pra namorar, pra quem quer ficar em pé”, afirmou. Outro participante do movimento, o urbanista **Ícaro Vilaça**, convocou os presentes a se integrarem nas ações do DESOCUPA, compartilhando ideias nas redes sociais, interagindo com as diversas mídias e propagando ideias em defesa da cidade e do interesse público. O urbanista cobrou um amplo debate público acerca do carnaval soteropolitano, inclusive sobre a proposta recém-lançada por donos de trios elétricos e camarotes de fazer um carnaval privativo no Aeroclub. “Circuito privado não pode ser financiado com recursos públicos”, protestou.

*

SD6(3)⁴⁸

“A cidade que queremos: Mobilidade Urbana”

A proposta deste evento é debater, de forma coletiva e horizontal, pontos específicos para a melhoria da mobilidade urbana e do transporte público em Salvador, tais como política tarifária, reestrutura do sistema de modais e transportes alternativos. Não há direito à cidade se não houver mobilidade urbana para todos de forma digna e acessível. Participação de diversos coletivos, incluindo o grupo original do MPL Salvador!

O modo como a cidade é textualizada nessas SD põe em jogo de forma mais pontual o chamado *direito à cidade*. As questões que permeiam uma cidade *a se ter*, isto é, que permeiam o desejo por uma ideia de cidade que ainda não se concretizou, tocam diretamente tal direito. Nas palavras de David Harvey:

⁴⁸ Disponível em <<http://movimentodesocupa.wordpress.com/2013/07/11/a-cidade-que-queremos-mobilidade-urbana/>> Acesso em 20 set. 2013

Saber que tipo de cidade queremos é uma questão que não pode ser dissociada de saber que tipo de vínculos sociais, relacionamentos com a natureza, estilos de vida, tecnologias e valores estéticos nós desejamos. O direito à cidade é muito mais que a liberdade individual de ter acesso aos recursos urbanos: é um direito de mudar a nós mesmos, mudando a cidade. Além disso, é um direito coletivo, e não individual, já que essa transformação depende do exercício de um poder coletivo para remodelar os processos de urbanização. A liberdade de fazer e refazer as nossas cidades, e a nós mesmos, é, a meu ver, um dos nossos direitos humanos mais preciosos e ao mesmo tempo mais negligenciados (Harvey, 2013, n/p).

Ao observarmos as palavras do geógrafo britânico, é possível visualizar a construção de uma coletividade (um bem comum) nunca contemplada pela realidade da cidade contemporânea. Isso põe o direito à cidade como uma demanda de luta. Uma pauta de reivindicação. Tendo em vista que a cidade, nessa concepção, é tomada (ou furtada) pelo capital financeiro que negligencia as necessidades coletivas, lutar pelo direito à cidade torna-se um dever. Daí o porquê de se problematizar o desejo a um tipo de cidade, isto é, *a cidade que queremos*.

Em outras palavras, tomando como base a noção de cidade apresentada pela professora e urbanista Ermínia Maricato no texto *É a questão urbana, estúpido!* que foi publicado no livro *Cidades Rebeldes*, organizado por uma ação coletiva entre movimentos sociais e intelectuais brasileiros e estrangeiros, é possível dizer que na discursividade da reivindicação urbana, a cidade:

[...] é um produto ou, em outras palavras, também um grande negócio, especialmente para os capitais que embolsam, com sua produção e exploração, lucros, juros e rendas. Há uma disputa básica, como um pano de fundo, entre aqueles que querem dela melhores condições de vida e aqueles que visam apenas extrair ganhos. A cidade constitui um grande patrimônio construído historicamente e socialmente, mas sua apropriação é desigual e o nome do negócio é renda imobiliária ou localização, pois ela tem um preço devido aos seus atributos. Isso tem a ver também com a disputa pelos fundos públicos e sua distribuição (localização) no espaço. (Maricato, 2013, p. 20).

E essa realidade precisa ser combatida com base numa proposta de cidade.

No ano de 2012, o movimento *Desocupa* propôs, em parceria com o Teatro Vila Velha, a promoção do fórum de discussão intitulado *A cidade que queremos*. Quando de sua primeira edição (SD6(1)), estabeleceu-se como função do fórum constituir *uma série de*

mesas-redondas que trarão ao palco do teatro, representantes de diversas organizações para debater e tal debate teria o objetivo de *debater o futuro de Salvador*.

Tomamos esta função do fórum e seu objetivo como ponto inicial para compreender a formulação *A cidade que queremos* na relação com o direito à cidade. O verbo querer em sua forma flexionada da primeira pessoa do plural demanda as seguintes perguntas: que nós é esse? Que nós é esse que pode querer? O que esse nós quer? A futuridade que é projetada pela forma verbal no futuro do modo indicativo também produz sentido por colocar em jogo um vir a ser. Assim, é possível identificar um “nós coletivo”, consensual e representativo da mobilização social que busca abarcar a “sociedade soteropolitana”, a qual deseja uma cidade que *ainda-não-é*, mas que *pode-vir-a-ser* pelo debate e empenho coletivo.

Chamamos atenção para o modo como o conflito e o consenso dividem paradoxalmente a mesma formulação pelo jogo que se estabelece entre o que é e o que pode (deve) vir a ser. Ou, em outras palavras, pelo mundo que se tem e não se quer contrapondo-se ao mundo que se quer e não se tem.

Ao enunciar *A cidade que queremos* o movimento silencia o presente. Apaga o presente porque esse não tem qualidade. É como se dissesse: *a cidade que queremos não é essa que temos, é uma outra (ou essa mesma melhorada)*. Debater uma cidade que se quer só faz sentido quando a que se tem não vale mais. Esse é o ponto em que se configura o conflito e ratifica o consenso em seu modo articulatório.

Nas diversas edições do fórum *A cidade que queremos*, foram debatidos temas como a importância da LOUOS para a cidade de Salvador (SD6(1)), o modelo (excludente, tal como formula o *Desocupa*) do carnaval soteropolitano (SD6(2)), a mobilidade urbana da cidade etc (SD6(3)). Temas delicados e que são tratados desde já, pelo imaginário urbanístico da organização da cidade, como problemas e, como tais, inaceitáveis do jeito que estão. Como ponto de sustentação e acréscimo do que afirmamos, tomemos a fala de um dos participantes do movimento, recortada da SD6(1), na edição do fórum que debateu o carnaval e a problemática da Praça de Ondina licitada pelo Camarote Salvador. Fala que interessa porque põe à vista o lugar da reivindicação no espaço do debate:

*Não podemos privilegiar o valor de troca em detrimento do valor de uso. A ocupação desse camarote numa praça pública é privilegiar o valor de troca. Temos que bater firme nisso e não aceitar. Camarote só em área privada. Espaço público é pra pipoca, pra namorar, pra quem quer ficar em pé*⁴⁹.

Compreendemos esta fala como ponto de contradição entre o conflito e o consenso. Ponto de rasura entre: a) o imaginário da organização social e urbana em que as políticas públicas (e, na contraparte, os movimentos sociais como “espaço de debate”) são representativas da contenção dos litígios (ou da tentativa de contenção), e b) o imaginário da reivindicação social marcadamente no lugar da oposição e do enfrentamento. De um lado, a oposição e o conflito se marcam na posição que textualiza *temos que bater firme nisso e não aceitar*. De outro, a injunção ao consenso se marca na própria proposição do debate, em que se busca variados *representantes de diversas organizações para debater*. A pergunta que se coloca é: como debater tendo em vista uma posição de *não aceitar*?

Essa é uma questão que interessa, pois permite dizer que debater não significa necessariamente abandonar as posições político-militantes, embora represente, no contexto da reivindicação, em maior ou menor grau, a busca por conciliação. Esse entendimento permite propor duas paráfrases para *A cidade que queremos* as quais seriam formuladas de posições-sujeito diferentes:

P1 A cidade que exigimos;

P2 A cidade de que gostaríamos.

A primeira coincidiria como uma posição-sujeito de militância radical (talvez subsumida na formulação: *temos que bater firme nisso e não aceitar*) que busca a efetivação do realizado alhures na realidade em que se vive e espera um vir a ser que *tem de vir*. A segunda, por sua vez, representaria uma posição de militância menos radical, tomada

⁴⁹ Outro ponto para o qual gostaríamos de chamar atenção é o modo como está fala acaba por silenciar a diferença de classes e sociabilidade nas relações específicas que se estabelecem durante o Carnaval. Note-se que a opção de “ficar em pé” no espaço público se sustenta na individualização do indivíduo, isto é, ele fica em pé *porque quer, se quiser*. Assim, estar num camarote ou ficar em pé na rua são construídas como opções relativas às escolhas do sujeito, como se nenhuma outra determinação (econômica, de classe, racial...) se impusesse nesse jogo.

pelo imaginário jurídico da conciliação, do debate e do próprio consenso, que negocia e se organiza. Posição para a qual *é preciso organizar para que as mudanças ocorram*, formulação está que pode ser observada na SD6(1). Em ambas, está em jogo *a cidade*, um objeto específico, determinado, homogêneo. Em síntese, uma cidade a que se pode chegar, seja pela exigência seja pela organização/solicitação.

Nesse jogo, oposição e conciliação funcionam dando visibilidade ao modo como os modos de produção se relacionam na sustentação de uma formação social. Isto é, como o modo de produção dominante (o capitalista), enquanto dominante, se impõe sobre os modos de produção ditos dominados de modo a concretizar o fato de que “as ideologias dominadas se formam *sob* a dominação ideológica e *contra* ela” (Pêcheux, [1982] 1990, p.16). A oposição se marca no conflito. Marca-se nos contornos de uma posição de reivindicação que é firme e não aceita, que *exige* uma outra cidade. A conciliação, por outro lado, se reflete e refrata nas formas do consenso, no modo como uma posição que se quer oposição toma como arma aquilo que é prática na posição a que se enfrenta.

O movimento social se quer em uma posição de dissidência, reclama uma voz que não aceita a cidade que se tem para propor uma outra cidade, *a cidade que queremos*. Contudo, o campo do debate não foge à administração do que está aí, é espaço de contenção e não de mudança. Em outras palavras, não se quer a cidade que se tem, mas a proposta da cidade que *queremos*, de uma outra cidade, mantém o saber que administra a organização da cidade no modo de produção capitalista: o saber técnico urbanístico, a administração política pelo jurídico.

Na proposição do fórum *A cidade que queremos*, em suas variadas edições, o movimento *Desocupa* procurou debater com *o Presidente da Câmara Municipal; Sociedade Brasileira de Urbanismo; um representante da Comissão de Planejamento Urbano e Meio Ambiente da Câmara dos Vereadores, o Sindicato da Indústria da Construção do Estado da Bahia (Sinduscon-BA), o Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA-BA) e a Escola de Arquitetura da UFBA (SD6(1))*. Além desses, também já foram convidados *Superintendência de Controle e Ordenamento do Uso do Solo (Sucom), Secretaria de Patrimônio da União (SPU), Defensoria Pública da União (DPU), Ministério Público do Estado da Bahia e Ministério Público Federal (SD6(2))*. Observar tais convidados exemplifica melhor o que trouxemos acima, quando nos

referimos à sobredeterminação: prevalece a preferência por um saber que é o dominante quando se trata de pensar a cidade na conjuntura social e política da formação social capitalista.

Não se trata de censurar o debate dos movimentos sociais com os órgãos que representam a administração político-jurídica da sociedade. Trata-se de visibilizar que, no que tange ao debate sobre a cidade, há um saber dominante que é ratificado e legitimado mesmo num espaço que se quer amplo o bastante para abarcar a diferença que representa a “sociedade sotropolitana”. É interessante notar que nenhum outro órgão representativo de outros setores da sociedade (líderes comunitários, associações de bairros, moradores de rua, associação de trabalhadores autônomos etc) e que também tem o que dizer sobre a cidade e seu funcionamento foi mencionado ou convidado a compor mesa.

Na SD6(3), a proposição do debate é com outros coletivos e movimentos sociais. A partir dela, poderíamos visualizar uma ruptura com este saber dominante. Porém, a direção parece não ser esta. Nesta SD, outra construção negativa chama atenção: *Não há direito à cidade se não houver mobilidade urbana para todos de forma digna e acessível*. A partir desta construção, podemos verificar que o direito à cidade é considerado como intrinsecamente ligado à mobilidade urbana de tal modo que se não há mobilidade urbana, então o direito à cidade estará interdito. A eleição da mobilidade urbana como condição para o direito à cidade retorna ao discurso da organização que busca conter a cidade. É a questão técnica da mobilidade urbana que sustenta o direito à cidade e não qualquer outro aspecto da sociabilidade urbana. A colagem direta que se estabelece entre direito à cidade e mobilidade urbana apaga qualquer outra possibilidade de se chegar a esse direito. Assim, nesse contexto, ainda que o diálogo se dê com outros coletivos e movimentos sociais (os quais representariam não um poder instituído, mas uma parcela ou grupo da sociedade), tem-se aí a preferência por uma discussão que circula em torno do saber urbanístico, do técnico.

Com tudo isto posto, cremos ser possível dizer que a cidade é textualizada no discurso do *Desocupa* dando vazão à imbricação que se estabelece numa formação social sustentada por uma pluralidade de modos de produção que não se relacionam simetricamente. Nesse sentido, a cidade, como objeto paradoxal no discurso do *Desocupa*, representa um signo tomando pelo desejo do vir a ser, do deslocamento e da mudança,

contudo o discurso dominante, representado pelo modo como a sociedade capitalista é tomada por modelos de organização social, se faz presente nessa discursividade se impondo pela predominância do saber técnico, administrativo e jurídico. Esse é, para nós, o modo como oposição, reivindicação, conflito e consenso se articulam na reivindicação urbana em torno de uma *cidade que queremos*.

No que tange ao movimento *Ocupa Salvador*, tomamos a SD7 como material de investigação, pois cremos que a partir dela é possível visualizarmos o modo com a cidade é discursivizada neste movimento. De igual modo, parece-nos que a cidade funciona no contraponto conflito-consenso, tendo a questão do direito à cidade como regularidade estruturante. Assim, tal contraponto se mantém como regularidade que articula nosso *corpus*.

SD7⁵⁰

Porque ocupamos a praça nova de Ondina

*O movimento Ocupa Salvador iniciou, desde o dia 15 de outubro, o acampamento na praça em Ondina de forma experimental e **por razões simbólicas que envolvem ampla discussão sobre a legitimidade da relação entre a esfera pública e setores empresariais privados sob diversos aspectos. A reforma da Praça de Ondina se deu a partir de um processo licitatório iniciado em 2010, que disponibilizou a área de 9 mil m² para concessão até 2015. A empresa Premium Produções venceu a disputa e poderá usar a área para implantação do camarote Salvador, um dos maiores do circuito Barra/Ondina do carnaval de Salvador, até o fim da concessão. A licitação foi feita pela Superintendência de Controle e Ordenamento do Uso do Solo do Município (Sucom). A praça não é arborizada, não tem bancos com recostos e mantém estruturas removíveis para facilitar a instalação anual do camarote, não atendendo a conceitos básicos que caracterizam praças públicas como espaços públicos de convívio. O movimento Ocupa Salvador, enquanto movimento de ocupação simbólica, busca mobilizar a esfera pública livre para discussões e proposições acerca de temas essenciais e das demandas públicas estruturais de toda a cidade em todos***

⁵⁰ Disponível em <<http://www.ocupasalvador.org/tag/salvador/>> Acesso em 20 set. 2013. Os negritos são do texto original, tal como se poderá ver ao acessar o link apresentado.

*os setores, não se restringindo, evidentemente, à questão da praça de Ondina, mas utilizando-a como mera representação simbólica dos extravios políticos e sociais de nossos tempos atuais. O Ocupa Salvador constitui-se num esforço conjunto de pessoas para pensar e propor soluções alternativas e politicamente eficazes para o resgate da função real dos Poderes Públicos representativos de Salvador e ampliar as discussões sobre modelos de organização política e social. O movimento trabalha, portanto, em prol de uma transformação estrutural da sociedade que contemple os anseios universais de justiça social, participação ativa e horizontal da população na esfera política, educação de qualidade, interrupção do processo de degradação ambiental, deslegitimação de qualquer poder autoritário não justificado e tantas outras causas de amplo sentido comum. O movimento Ocupa Salvador é uma articulação livre de pessoas, sem lideranças estabelecidas e aberto à participação de toda população de Salvador. O movimento transforma a praça num ambiente de articulação pública, livre e dinâmica, a fim de agregar gente que quer se mobilizar, colaborar e/ou discutir os rumos da cidade, realizar ações diretas criativas e intervenções culturais, políticas e sociais – sempre numa dinâmica pacífica, apartidária e sem nenhuma ligação com entidades formais de qualquer natureza. Cabe lembrar que o movimento Ocupa Salvador é parte de um movimento contestatório de nível mundial e está se articulando com os demais movimentos livres de ocupação no Brasil que se mobilizaram a partir da iniciativa global de 15 de outubro: OcupaRio, AcampaSampa, OcupaNatal, OcupaBH e outros. Na praça nova de Ondina são realizadas diariamente as assembleias livres do movimento. **Participe! Traga suas ideias para que juntos realizemos nossas práticas. A rua é nossa! É só o começo.***

No que tange a esta SD, tomemos a formulação *A rua é nossa!* com a qual o movimento finaliza seu texto. Novamente, tem-se aí a construção de um nós coletivo (dito plural, porém consensual na reivindicação) que disputa a cidade com os setores financeiros os quais são representados como aqueles que subjagam o poder político. *A rua é nossa* também textualiza o conflito porque tal formulação só é possível diante de um contexto que se apresente como contrário, em que seja possível dizer a rua *não* é nossa. A posição que enuncia *A rua é nossa!* enuncia porque disputa como uma outra posição para a qual não há um nós que se refere à rua como *nossa*.

Essa disputa pela cidade visibiliza a questão do direito à cidade como pauta da reivindicação. A questão que levantamos mais acima a partir de Harvey (2013) e Maricato (2013) retorna na significação da cidade pelo *Ocupa Salvador*. Ao responder o porquê de se ter escolhido a Praça de Ondina como local de ocupação, o movimento retoma a incompatibilidade entre a cidade na atual forma de gestão política e a cidade como objeto verdadeiramente de apropriação do sujeito da cidade, isto é, o cidadão. Assim, lemos que:

O movimento Ocupa Salvador iniciou, desde o dia 15 de outubro, o acampamento na praça em Ondina de forma experimental e por razões simbólicas que envolvem ampla discussão sobre a legitimidade da relação entre a esfera pública e setores empresariais privados sob diversos aspectos.

Também a discussão do jurídico em relação ao par legitimidade-legalidade, que trouxemos mais acima a partir de Bobbio (1998), retorna no modo do movimento configurar a relação entre a esfera pública e os setores empresariais privados e sua intervenção na cidade. A legalidade (ou não legalidade) da relação entre esfera pública e privada, no que se refere especificamente ao uso do espaço urbano, é silenciada mas se faz presente pela questão da legitimidade. Em outras palavras, o que está em jogo é a necessidade de se discutir se é legítimo (isto é, moral, ético, socialmente aceito...) ter a cidade, metonimicamente representada pela Praça de Ondina, sendo negociada pelo poder governamental e o setor financeiro sem a participação da “sociedade”. E o deslizamento entre o que é legítimo e o que é legal ocorre, como vimos, numa linha tênue.

A legitimidade dessa *negociação* é questionada tendo por base uma concepção de cidade que vai de encontro à ideia de cidade como produto (ideia que seria, na discursividade da reivindicação, a representação da concepção de cidade no modelo político atual). Assim, a noção de cidade, tal como mobilizada pelo movimento, instaura o conflito e interdita a relação entre esfera pública e capital privado:

A praça não é arborizada, não tem bancos com recostos e mantém estruturas removíveis para facilitar a instalação anual do camarote, não atendendo a conceitos básicos que caracterizam praças públicas como espaços públicos de convívio.

Trata-se, assim, de uma cidade (representada pela praça) que não atende a *conceitos básicos*. Conceitos que, na contramão do modelo político-administrativo vigente, estão sustentados na ideia de que os espaços públicos são *espaços públicos de convívio*.

Nessa relação que se estabelece a partir da problemática do direito à cidade, o funcionamento do conflito e do consenso se mostram mais uma vez. Quando, ao falar da cidade, o movimento textualiza *conceitos básicos* os quais, vale dizer, não estão sendo concretizados na atual forma de organização e administração da cidade, o conflito se instaura porque se marca uma cidade ideal que, pela mobilização, tem que se impor à cidade real (a atual). Em outras palavras, há uma ideia de cidade na discursividade da reivindicação que tem que *lutar* contra o modelo de cidade que é vigente. É nesse ponto que vemos o conflito retornar.

O consenso, na mesma esteira, vem pela mobilização e debate dito horizontal. É uma forma da luta. O modo como a cidade construída pelos movimentos quer se impor à *cidade real* tem como sustentação a síntese proporcionada pela ilusão da horizontalidade que apaga as diferenças pela evidência da coletividade e do *nós-cidadão* que toma o discurso do movimento. Isso podemos contemplar na forma como o *Ocupa Salvador* se refere à *ampliação do debate* como instrumento de atuação:

O Ocupa Salvador constitui-se num esforço conjunto de pessoas para pensar e propor soluções alternativas e politicamente eficazes para o resgate da função real dos Poderes Públicos representativos de Salvador e ampliar as discussões sobre modelos de organização política e social. O movimento trabalha, portanto, em prol de uma transformação estrutural da sociedade que contemple os anseios universais de justiça social, participação ativa e horizontal da população na esfera política, educação de qualidade, interrupção do processo de degradação ambiental, deslegitimação de qualquer poder autoritário não justificado e tantas outras causas de amplo sentido comum.

Dessa discussão, em que o debate é supervalorizado em função de um nós sem determinações, embora o movimento textualize querer mudanças, o que fica forte é sua inserção no debate. Em outras palavras, mesmo que o movimento, tomando a questão da

Praça de Ondina como exemplo, diga que o importante é muito mais do que só reajustar a praça, mas discutir o modelo que a faz assim, sua tomada de posição leva-o a não problematizar o modelo de fato, mas reivindicar sua inserção nesse modelo. Trata-se em verdade de lutar pelo direito a ter direito: direito a participar, direito a fazer parte, direito à inclusão. Assim, ao dizer “vamos problematizar o modelo atual” está-se dizendo “queremos fazer parte da discussão”. E fazer parte da discussão, sem desloca-lo do campo jurídico, por exemplo, já é ratificar o “modelo atual” pela inserção nele.

A questão do direito a ter direitos à cidade põe em questão outros pontos. Quando os movimentos se referem à especificidade da cidade de Salvador, o direito à cidade se relaciona ao que é turístico, cultural, memorial, etc. Em outras palavras, a relação do direito à cidade com a memória discursiva da cidade de Salvador põe em questão o problema do *patrimônio*. A reivindicação recai propriamente no modo como um patrimônio (A cidade de Salvador) é perdido/furtando de quem lhe é de direito: os soteropolitanos. Então, nossa entrada recai em: como essa perda da cidade é significada? No caso de Salvador, cidade desde já tomada pelo imaginário turístico patrimonial recoberto pela ideia de baianidade, como a perda do patrimônio (histórico, cultural...), em sua relação com o direito a cidade, significa?

A seção que segue tem por objetivo tematizar essa questão.

3.3 Sentidos para a cidade: centro urbano e patrimônio – entre a presença e a perda

Ao falarmos em patrimônio, não podemos desviar de duas esferas importantes: a) a noção de propriedade na relação entre o individual e o coletivo e b) a relação que se estabelece na sociedade ocidental entre o público e o privado. Em *Patrimônio histórico e cultural*, Pedro Funari e Sandra Pelegrini esclarecem que a ideia de patrimônio, tendo surgido no âmbito privado em torno do direito de propriedade, estava ligada ao interesse aristocrático (cf. Funari, Pelegrini, 2006).

Na sociedade romana, contexto de surgimento da palavra e da ideia de patrimônio, a família compreendia tudo que estava sob o domínio do patriarca. Isso incluía mulher(es), filhos, escravos, bens, animais, etc. Todos esse *objetos* eram legados no testamento pois

constituíam o *patrimonium* do *pater familias*, isto é, o patrimônio do pai de família. Daí a semelhança entre as expressões *pater* e *partimonium*.

Como a maior parte da população romana não possuía propriedade, muitos não se tornavam proprietários de *patrimonium*. Por isso que “o patrimônio era um valor aristocrático privado, referente à transmissão de bens no seio da elite patriarcal romana” (Funari, Pelegrini, 2006, p. 11), o que fazia do patrimônio algo patriarcal, individual e privativo da aristocracia.

É com a difusão do cristianismo que o caráter simbólico e coletivo representado no religioso se acrescentou ao caráter privado e aristocrático do patrimônio. Bens simbólicos como uma determinada devoção a um santo ou a valorização de relíquias ligadas a esses veneráveis deram às pessoas comuns um valor de patrimônio muito próprio, mas também muito coletivo, na medida em que se passou a valorizar cultos e rituais comuns.

Porém, é no Renascimento que uma ideia propriamente coletiva e social do patrimônio passou a vigorar, ainda que a posição patriarcal se mantivesse. Tal como historiam Funari e Pelegrini (2006), a luta que se passava no campo intelectual e político durante o Renascimento fez do sujeito-iluminista um caçador de suas origens civilizatórias e intelectuais. Em outras palavras, para combater a dominação religiosa que se impunha durante a Idade Média, os sujeitos voltavam-se para as obras dos antigos pensadores gregos e romanos.

Assim, duas práticas passaram a ser adotadas na busca pela composição de um patrimônio intelectual. A primeira dar-se-ia pela leitura e divulgação das obras clássicas antigas, proporcionada pela invenção da imprensa. A segunda, por sua vez, compreendia o fomento aos hábitos da coleta, catalogação e colecionamento de tudo que viesse do mundo clássico – moedas, inscrições de pedra, vasos de cerâmica, estátuas etc. Nesse contexto, a existência dos antiquários passa a fazer parte da sociedade moderna dando sentido ainda nos dias de hoje à ideia de patrimônio.

A saída da ideia de patrimônio única e exclusivamente do âmbito privado é extremamente importante para a solidificação dos Estados nacionais tal como hoje os conhecemos. A noção de patrimônio passa a integrar a passagem do sujeito de *súdito* para *cidadão*, no momento em que as grandes revoluções esfacelam os sistemas políticos absolutistas. Desse modo:

Até o século XVIII, na Europa, os Estados eram religiosos e monárquicos, baseados na identificação da nação com a casa real. As monarquias eram de direito divino e os reinóis não eram cidadão de um país, mas súditos de um reino. [...] Esses súditos não falavam a mesma língua, não possuíam tradições comuns, nem eram iguais uns aos outros. (Funari, Pelegrini, 2006, p. 14).

Quando, a partir das revoluções, foi-se criando a ideia de igualdade que se refletia no conceito de cidadania, ou, em outras palavras, quando as barreiras visíveis passam a invisíveis, tal como salienta Pêcheux ([1982] 1990), foi preciso “fornecer meios para que [os cidadãos] compartilhassem valores e costumes, para que pudessem se comunicar entre si, para que tivessem um solo e uma origem supostamente comum” (Funari, Pelegrini, 2006, p. 15, grifo nosso).

A invenção de um conjunto de práticas, objetos e posturas: (uma língua, uma cultura, uma origem, um território, uma bandeira...) justificava-se pela ideia de patrimônio comum. Era a ideia de patrimônio, nesse contexto, o instrumental que se ia utilizando para fornecer ao cidadão sua cidadania, seu pertencimento, sua identificação. “Assim começa a surgir o conceito de patrimônio que temos hoje, não mais no âmbito privado ou religioso das tradições antigas e medievais, mas de todo um povo, com uma única língua, origem e território” (Funari, Pelegrini, 2006, p. 17).

A relação do patrimônio como a tradição do direito de nossa sociedade de origem latina é fundamental para compreendermos a relação que se estabelece entre o patrimônio, a propriedade (individual ou coletiva) e os domínios do público e do privado. Os Estados modernos são fundados com base em diferentes tradições do direito. Tem-se assim, os Estados cuja orientação jurídica advém da tradição latina, tributária do direito romano (que é o caso de países como o Brasil) e os Estados cuja orientação jurídica está sustentada no direito consuetudinário, da tradição anglo-saxã (o caso dos Estados Unidos).

Na tradição latina, a propriedade privada está sujeita a restrições, “derivadas dos direitos dos outros ou da coletividade em geral” (Funari, Pelegrini, 2006, p. 17-18). Já no direito consuetudinário, os bens “são de seu proprietário e podem ser vendidos” (Funari, Pelegrini, 2006, p. 18) e isso vai desde o petróleo a itens históricos, diferentemente do direito romano em que tais bens são entendidos como públicos.

Em nossa tradição latina, dada sua forma de direito, a concepção de patrimônio é mais voltada aos direitos do Estado nacional do que à proteção do direito privado. Essa questão nos interessa, pois proporciona um litígio entre os interesses públicos e os privados, em que o público sempre deve estar em vantagem. Se retomarmos as formulações de Althusser (1978) ao se referir à ilusão jurídica do político, podemos formular, como hipótese, a ideia de que a ideologia jurídica, em seus modos de interpelação e identificação, produz no sujeito a evidência da sobreposição do privado sobre o público principalmente no que concerne ao patrimônio coletivo. Ou seja, o público é *de todos* porque não é *de ninguém*.

Na discursividade da reivindicação, a questão do direito à cidade soma-se (ou atravessa) essa noção de patrimônio comum. Na especificidade da cidade de Salvador, que sofre interferência direta e pesada do discurso do turismo o qual valoriza o patrimônio (natural, cultural...) e se apropria da ideia de baianidade tal como a descrevemos no capítulo das condições de produção, a ideia da perda do patrimônio (seja pelo capital privado, seja pelo próprio “mau cidadão”) produz sentido na significação da cidade pelos movimentos sociais.

O discurso da preservação do patrimônio, tão recorrente nos dias de hoje, vem colado à ideia de perda desse patrimônio. Isso porque só é preciso preservar o que se está perto de perder. O discurso da preservação patrimonial, como constituinte de uma questão maior que é a do direito à cidade, produz como efeito uma evidência que pode ser sintetizada na formulação de que:

A valorização do patrimônio cultural e a necessidade de reabilitar os centros históricos, na atualidade, constituem premissas básicas dos debates sobre o desenvolvimento sustentável nas cidades latino-americanas, pois esses centros representam a síntese da diversidade que caracteriza a própria cidade (Funari, Pelegrini, 2006, p. 29).

Em *O declínio do homem público*, importante obra para a discussão sobre o público e o privado, Richard Sennett salienta que, embora no final do século XIX tenha havido uma mudança nos sentidos de público e privado, em que o privado constitui-se como espaço necessário de proteção contra o público, a dimensão pública ainda é resguarda pelo sujeito. Sennett (1988) afirma o declínio do homem público dado o fato de que a civilidade

empurrou o homem em direção a resguardar sua intimidade e, nesse sentido, se entocar na vida privada. Esse deslizamento produz como efeito não só a tomada do domínio privado como proteção contra o que é do espaço público, mas, na contraparte, um “sentimento de saudosismo” (Sennett, 1988, p. 317) em relação a perda desse espaço comum.

Esse sentimento de saudosismo, segundo Sennett (1988) é responsável por uma certa simpatia pelo passado. Assim, ao contrapormos essa ideia com a discursividade dos movimentos, podemos dizer que a representação da cidade pelo viés do patrimônio produz para a cidade de Salvador uma imagem de espaço a ser preservado por, de um lado, se constituir em si mesmo como um patrimônio e, por outro, se constituir como um lugar em que o convívio público se perde, sendo o cidadão saudoso desse convívio.

É por essa problemática, entre o cidadão e a perda patrimônio público coletivo, que entramos na SD8 pela qual é possível vermos um texto poético relacionado ao movimento *Desocupa*. No conjunto do material, o texto que constitui a SD abaixo (mas também as SD subsequentes) é relevante porque traz à baila os sentidos de patrimônio na significação da cidade de Salvador, estruturando o ponto de reivindicação no contraponto entre a *perda* do patrimônio em virtude da *presença* de algo que é “na essência” não pode fazer parte desse patrimônio (os setores financeiros, os condomínios etc.).

SD8⁵¹:

Estranha estrangeira

Bahia, estou pensando em vender meus livros sobre política.

Teus casarões eternamente em ruínas arruinam minha inocência.

Bahia, mainha, acontece que eu não sou daqui e me sinto doente

ao ver tua transformação em São Paulo, em selva de esquecimento e nada.

Bahia, no caminho do Aeroporto até a Barra

conto sessenta prédios em construção, um shopping, dois galpões,

duas passarelas, quatro terrenos recém-limpos, a paisagem toda mudada;

⁵¹ Disponível em <<http://movimentodesocupa.wordpress.com/2012/01/29/bahia-tua-primavera-me-bestifica/>> Acesso em 18 set. 2013.

*Eu viro o rosto para o outro lado, atônita com a bofetada, Bahia:
Do outro lado da rua vejo o mesmo pesadelo, e quatro gruas e um trator.
Por toda parte leio os anúncios dos novos condomínios. Não acredito ainda,
mas eles são reais e o concreto por trás é ainda mais concreto do que
minha pele estranha, estrangeira, lúcida mas impotente diante de tua desgraça.
A indignação de Glauber Rocha também é a minha, Bahia.
E estes versos são um lamento, um grito, um berro.
É claro que não se trata de ser contra o progresso,
Mas custava te olharem nos olhos, algum amor neles, em vez de ânsia?
Custava usarem alguma consciência nessa euforia?
Bahia, gastarei anos tentando aceitar o teu estupro,
Faço música e acendo incensos e rezo na chuva e acredito
que vais ficar boa um dia; maybe it's the growin' pain, as they say.
Mas como dói, Bahia, conversar com tuas marias.*

(...)

*Bahia, Saturno lá no alto me deixa solene e surda
Não vejo jornais na TV, nem leio o vespertino. Eu só me pergunto
se daqui a trinta anos ainda haverá Bahia
se os teus vermes já terão te transformado em Absurdo
Bahia, eu quero Castro Alves e cinema na praça,
quero o povo de novo no Carnaval, a rua livre para quem é dela.
Atrás dos muros, dos vidros fumê, nos gabinetes, nos camarotes,
te fodem, te furtam, te fazem de álcool e gelo. Tu és uma farsa.*

(...)

*Bahia, tua primavera me bestifica, mas eu fico triste depois do meio-dia
E durmo. De noitinha, deito na rede, serena e grávida da tua lua cheia.
No outro dia, entendo que tuas novidades são demais para minha alma velha,
e é por isso, Bahia, que como Ginsberg, vou uivar tudo o que puder, até o infinito.*

Na SD8, a construção da perda da cidade (ou da Bahia) passa pelo fato de que ela enquanto patrimônio tem sido transformada de acordo com uma direção desenvolvimentista.

Toda a discussão que empreendemos até chegar aqui poder ser justificada na interpretação deste texto: o direito a cidade, o saudosismo, a perda do patrimônio...

Constrói-se um contraponto entre não fazer nada pela cidade em sua configuração patrimonial, cultural e histórica e a exploração do desenvolvimento dos grandes centros urbanos. Nesse sentido, o conflito se dá entre o centro urbano e seu desenvolvimento sustentado pelo capital privado e o patrimônio histórico e cultural e sua decadência. Trata-se, assim, da *presença* do *progresso* dos centros urbanos produzindo efeito de *perda* no declínio do patrimônio. Essa relação é textualizada de modo a visibilizar que, enquanto os casarões estão *eternamente em ruínas*, a cidade de Salvador se transforma em *São Paulo, em selva, esquecimento e nada*.

Vale ressaltar que esse efeito de perda só é possível porque a cidade é/está patrimonializada. Ou melhor, retomando as palavras de Albergaria (2001) as quais já lançamos mão no capítulo das condições de produção, “existe uma hiperpatrimonialização da Bahia” de tal modo que tudo na cidade esteja relacionada à compreensão do patrimônio. Nesse sentido, a “verdadeira cidade” que constitui Salvador em si mesma não é esta do crescimento imobiliário, dos *prédios, galpões e shoppings*, mas uma outra que se perde, é esquecida quando transformada em *São Paulo, em selva, esquecimento e nada*. Ao enunciar *Eu só me pergunto se daqui a trinta anos ainda haverá Bahia* é como se o sujeito dissesse: *se essa situação continuar, logo não haverá Bahia, porque a Bahia em sim mesma não é assim, mas de outro modo*. Em outras palavras, a “verdadeira cidade”, a “verdadeira Bahia”, não combina com a que está se construindo, porque não é a Bahia do discurso do turismo, dos anúncios publicitários do governo, das canções e da poesia de Jorge Amado, etc.

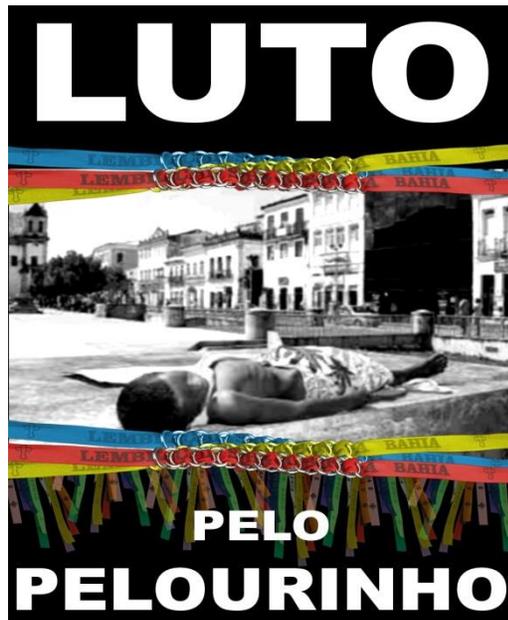
Esse lugar paradisíaco (que ocupa o imaginário nacional e se cola aos sentidos de patrimônio na discursivização da cidade de Salvador) é violentado pela presença da evidência do centro urbano e de sua forma atual de desenvolvimento e crescimento. Tal violência é textualizada de forma radical, quando o movimento qualifica o que tem acontecido com a cidade: *tua desgraça; Bahia, gastarei anos tentando aceitar o teu estupro; Atrás dos muros, dos vidros fumês, nos gabinetes, nos camarotes, te fodem, te furtam, te fazem de álcool e gelo*.

Nessas construções também a oposição e o conflito são marcados: são os que ficam atrás dos muros, nos gabinetes, nos camarotes os responsáveis pelo declínio e decadência da cidade, ao passo que, diante desse cenário, resta ao cidadão ciente de tais mazelas *um lamento, um grito, um berro*. Na construção do direito à cidade, o modo como Salvador vai “evoluindo” ou “progredindo” por sua tomada pelo capital financeiro e o setor privado, o público fica negligenciado nessa apropriação indevida do patrimônio de tal modo que a cidade que se quer fica no plano de um desejo distante e saudoso: *Eu quero Castro Alves e cinema na praça, quero o povo de novo no carnaval, a rua livre para quem é dela*.

Carolina Fedatto em sua tese de doutorado, *Um saber nas ruas: o discurso histórico sobre a cidade brasileira*, propõe considerar a noção de patrimônio enquanto lugar material de identificação (cf. Fedatto, 2011). Desse modo,

a textualização das cidades que passaram pelo processo de colonização, por exemplo, se inaugura em *imaginários de retrospectiva* fundados na história dos povos colonizadores. assim, o desenho urbano pode ser visto como o rastro de uma invenção de passado que deseja sobrepor-se às práticas espaciais dos povos que antes habitavam o território. não sem ambigüidade, as construções que se transformaram em referência, elevadas também, em vários casos, ao estatuto de *patrimônio histórico*, são qualificadas através de pares antitéticos como lugares de resistência ou submissão, invenção ou empréstimo, progresso ou decadência. os limites dessas disjunções devem ser compreendidos através da rede de discursos que fundou a noção de patrimônio. (Fedatto, 2011, p. 85).

Tomamos tal formulação como ponto de sustentação para propormos que o discurso sobre o patrimônio atravessa a significação da cidade de Salvador pelos movimentos sociais, uma vez que conceber a cidade soteropolitana toda ela em si mesma como patrimônio ressoa na memória discursiva da cidade na formação, circulação e reprodução de seu “textos identitários” (cf. Moura, 2005). Nesse escrutínio, corroboramos com Fedatto (2011), pois compreendemos que tal atravessamento discursivo produz, na significação da cidade pelos movimentos, as qualificações antitéticas da presença e falta, progresso e decadência. A SD9, agora relacionada ao *Ocupa Salvador*, nos permite continuar a problematização deste ponto.



A SD9 nos apresenta uma materialidade que relaciona o signo da imagem ao signo verbal. Em sua compreensão, é imprescindível destacar a incompletude de uma materialidade trabalhando na incompletude da outra (cf. Lagazzi, 2012). Essa relação de incompletudes sobreposta é que torna a materialidade da SD9 extremamente polissêmica. Na expressão *Luto pelo Pelourinho*, que deu título a uma ação do *Ocupa Salvador*, a polissemia não está somente no deslizamento entre o sentido de luto – como estado ou qualificativo de quem atravessa um período de pós-morte de parente ou ente querido – e luto – verbo na primeira pessoa do presente do indicativo referente a ação de lutar. Mais do que isso, tem-se, nesse deslizamento polissêmico, o luto pela pessoa morta da imagem (um menino negro: representação da marginalização e exclusão social de/em Salvador) e pelo próprio lugar do Pelourinho (centro histórico e cultural, patrimônio histórico da cidade, cartão-postal, referência de baianidade) que, por sua vez, produz uma indistinção entre pessoa e cidade. Assim, a pessoa é a cidade e vice-versa.

Nessa construção, vemos plena identificação do que foi apontado por Fedatto (2011): um lugar de referência que é elevado à patrimônio histórico e que passa a ser textualizado entre resistência e submissão, progresso e decadência. Assim, na medida em

⁵² Disponível em <<http://www.ocupasalvador.org/ocupa-pelourinho-soteropolis/>> Acesso em 20 set. 2013.

que o Pelourinho é significado como lugar turístico que passou por uma requalificação urbanística em 1992 no mandato do então governador ACM, mas que para isso produziu grande exclusão social, o progresso e a decadência ficam postos, lado a lado, como qualificadores negativos da cidade, cabendo ao sujeito comprometido a luta (e o luto). O progresso é ruim porque segrega e produz a decadência. A decadência, em si mesma, também é negativa porque recobre as qualidades da cidade que é um patrimônio. Como o sujeito-cidadão, nesse contexto, não se por em estado de luta/luto?

Essa posição de luta, mais do que qualificar o movimento social, qualifica também o sujeito da cidade, o soteropolitano. Interessante é perceber que, ao qualificar o soteropolitano como aquele que luta pela sua cidade, pelo seu patrimônio, outras qualificações são silenciadas. Mais especificamente, a qualificação da passividade ou da preguiça que circula no imaginário nacional sobre o baiano fica completamente silenciado nesse processo de construção de um sujeito crítico, ativo, consciente e lutador.

Nesse processo de perda do patrimônio pela presença de algo nocivo a ele na significação da cidade de Salvador, a figura do soteropolitano desempenha um papel fundamental. É a construção desse sujeito (sempre imbricado com a cidade de Salvador e os movimentos sociais urbanos) que iremos observar agora.

3.3.1 Os sentidos de soteropolitano

Tomando a especificidade dos sentidos de sujeito-soteropolitano, pelo menos mais dois imaginários contraditórios se atravessam na significação dos sujeitos da cidade pelos movimentos. Assim, o imaginário da preguiça baiana é atravessado pela retomada da memória de uma combatividade baiana tal como buscamos reconstruir no capítulo das condições de produção. É esse ponto que procuraremos explorar agora e que organiza as SD que seguem as quais, no conjunto do material, tematizam essa imagem de combatividade.

SD10⁵³:

VIVA A REVOLTA DOS BÚZIOS! Tanto para os alfaiates mulatos de 1798 como para o Quilombo Rio dos Macacos o inimigo é o mesmo: o poder (neo)colonial e suas forças desumanizantes. Memória ativa e imaginação combativa são as nossas armas. PARTICIPEM! SOMOS TODOS QUILOMBO RIO DOS MACACOS!!



Pela SD10, recortada da produção do movimento *Ocupa Salvador*, trazemos a imbricação de uma construção verbal e uma imagem que recortam da memória histórica da cidade de Salvador uma imagem de resistência. Ao retomar a memória da Revolta dos Búzios (outro nome para a Revolta dos Alfaiates), o *Ocupa Salvador* põe em paralelo um antes e um agora para significar de modo pontual o Quilombo Rio dos Macacos⁵⁴, o qual, por sua vez, por efeito metonímico representa a constituição de um espaço de resistência na/para a cidade e seus sujeitos. Assim, *tanto para os alfaiates mulatos de 1798 como para*

⁵³ Disponível em < <http://www.ocupasalvador.org/ocupa-piedade-em-solidariedade-ao-quilombo-rio-dos-macacos-urgente/>> Acesso em 02 out. 2013.

⁵⁴ O Quilombo Rio dos Macacos é uma comunidade centenária descendente de escravos libertos e fugidos que está localizada num local disputado pela Marinha Brasileira. A Marinha alega que o terreno em que o Quilombo está instalado faz parte de sua propriedade e, por isso, tem exigido a retirada dos moradores locais. Recentemente a justiça determinou a desocupação do Quilombo, mas a mobilização de movimentos sociais diversos conseguiu uma liminar que suspendesse tal determinação.

o Quilombo Rio dos Macacos o inimigo é o mesmo: o poder (neo)colonial e suas forças desumanizantes. Se no caso dos alfaiates mulatos de 1978, o inimigo era o poder colonial, agora, para o Quilombo Rio dos Macados, este poder se apresenta renovado – neo-colonial – e suas forças desumanizantes.

É por aí que a memória de combatividade baiana é apropriada pelo movimento para significar primeiramente a luta do Quilombo Rio dos Macacos, mas também o próprio movimento e os sujeitos de Salvador, afinal, *SOMOS TODOS QUILOMBO RIO DOS MACACOS!*. Ao afirmar *Memória ativa e imaginação combativa são as nossas armas* o movimento constrói a negação de uma memória não ativa e de uma imaginação não combativa. Isto é, apaga qualquer possibilidade de retorno à construção discursiva de brasileiro como “povo sem memória”, imagem que circula no imaginário nacional, e também a possibilidade de retorno a um estereótipo de baianidade preguiçosa.

É assim que vemos tal imaginário de baianidade sendo atravessado pela memória história de combatividade. Um atravessamento que se faz por meio de uma presença-ausência. O retorno ao estereótipo de baianidade vem na caracterização da cidade paradisíaca e bela mas que está se perdendo, tal como pudemos analisar na seção anterior, porém, no que tange à construção do sujeito, tal estereótipo é apagado em favor de uma memória de combatividade que se atualiza no discurso dos movimentos, visto que retornar ao estereótipo nesse quesito significaria construir uma preguiça baiana que não combina com a atuação dos movimentos.

Esse retorno ao quilombo, que é pertinente pela questão do Quilombo Rio dos Macacos, põe em jogo uma memória de luta que é apropriada tanto pelo *Ocupa Salvador* quanto pelo *Desocupa*. Os sentidos de quilombo – espaço de sujeitos marginalizados, subalternizados, excluídos, mas em posição de luta; refúgio, mas também espaço de resistência – são atualizados não só no modo como a causa do Quilombo Rio dos Macacos é tratada, mas principalmente na maneira de significar os movimentos e os sujeitos os quais tem o dever de manter a *memória ativa e imaginação combativa*.

A imagem da SD10 traz os personagens da Revolta dos Búzios: homens negros, de baixa renda, mas que não se furtaram de lutar pela causa que defendiam. A retomada desses sentidos se cola imediatamente aos sujeitos do Quilombo Rio dos Macacos, mas também aos próprios sujeitos urbanos soteropolitanos. Pela afirmação de que *SOMOS TODOS*

QUILOMBO RIO DOS MACACOS!, produz-se uma interpelação direta ao sujeito soteropolitano pelo apelo a uma memória que o constitui. É como que se fizesse lembrar a cada um e a todos: somos todos um pouco negros, somos todos um pouco marginalizados, somos todos um pouco quilombolas, etc.

O modo como essa afirmação é colocada no *Desocupa* difere um pouco de como ela está no *Ocupa Salvador*, mas mantém a mesma matriz de sentido.

SD11⁵⁵:



Se no *Ocupa Salvador* a afirmação de que *somos todos quilombo rio dos macacos* vem imbricada pelas figuras dos mártires da Revolta dos Alfaiates, no *Desocupa* é a figura de uma criança que trabalha junto a incompletude da formulação verbal. Na SD11, o social é significado novamente pela perda. A imagem em preto e branco retrata uma criança negra agarrada numa árvore em um cenário de mata um pouco borrado. A criança esboça um sorriso frente a sua atividade que remete à liberdade da brincadeira de subir em uma árvore.

A imagem é extremamente polissêmica, pois diversos sentidos podem se apresentar em sua significação. Mas são as condições de produção referente à situação do Quilombo associadas à formulação verbal que, trabalhando na incompletude e polissemia da imagem, produzem sentidos de perda: a iminência de que a Marinha tome o Quilombo faz o sujeito

⁵⁵ Disponível em < <http://movimentodesocupa.wordpress.com> > Acesso em 02 out. 2013.

projetar um futuro de perda para os quilombolas (metonimicamente representados pela criança) e o coloca novamente numa injunção a fazer algo. Honrar uma memória, que é específica para o sujeito da cidade de Salvador – frente a uma herança cultural (e política) negra, por exemplo, que é universalizada para todos os soteropolitanos – e tomar uma posição.

SD12⁵⁶:

Não são chuvas e ventos que desanimam o espírito de luta e resistência que permeia toda a história baiana! Capoeira na Pça. dos Indignados, em 11.11.11.



Para finalizar, trazemos a SD12. Tal SD dá conta de um vídeo produzido pelo movimento *Ocupa Salvador* em que alguns sujeitos jogam capoeira na Praça de Ondina, renomeada pelo movimento de Praça dos Indignados. Um pequeno texto abre a postagem e nele há a seguinte formulação: *Não são chuvas e ventos que desanimam o espírito de luta e resistência que permeia toda a história baiana! Capoeira na Pça. dos Indignados, em 11.11.11.* Por ela, vemos novamente a reafirmação de uma *história de luta* que apaga

⁵⁶ Disponível em <<http://www.ocupasalvador.org/video-cultura-de-resistencia-no-ocupasalvador/>> Acesso em 02 out. 2013.

qualquer possibilidade de retomada do estereótipo da preguiça baiana. Note-se que esse apagamento vem pela história que é atualizada na discursivização do movimento.

No vídeo, os capoeiristas vão jogando capoeira e, à medida que jogam, alguns momentos históricos são colocados em tela. A dança/luta acontece em preto e branco como que para combinar com um movimento do passado, tal como os nomes vão aparecendo na tela: *Revolta dos Males*, *Sabinada*, *Revolta de Canudos*, *Conjuração Baiana*, *Revolta do Buzu*.

Apenas na metade do vídeo é que ele fica colorido e aparece o nome no canto inferior esquerdo *Pça dos Indignados*. A saída do preto e branco para o colorido indica uma mudança histórica em que o *Ocupa Salvador* dá continuidade a uma linhagem sucessiva de episódios reivindicatórios. Nesse sentido, o movimento se põe em paralelo ao que veio antes, se põe em continuidade, construindo para si uma legitimidade enquanto movimento social de reivindicação e luta que não pode ser considerado pontual ou menos importante, mas que, pelo contrário, se insere no percurso da história da cidade de Salvador.

Assim, no que toca à significação da cidade de Salvador de maneira específica e, conseqüentemente, o próprio sujeito soteropolitano, os movimentos buscam reativar uma memória de povo combativo, apagando qualquer outra determinação imaginária dada pelo estereótipo da preguiça. O soteropolitano contemporâneo é então forte, destemido, de uma linhagem história combatente, restando apenas a sua inserção numa causa ou movimento social para fazer valer tal histórico e honrar sua descendência.

Mas não se pode esquecer que essa imagem de combatividade vem pelo atravessamento de elementos disponibilizados na memória discursiva que coloca o sujeito em relação a um momento histórico de contestação ou um espaço específico de contestação (como um quilombo). Não se trata, assim, do sujeito sozinho, mas colado a um momento ou espaço de reivindicação e contestação. Esse aspecto faz toda diferença porque os movimentos se apresentam como lugares de reatualização desses momentos/espacos construídos como indispensáveis para a construção do soteropolitano como sujeito ativo. Nesse ponto, podemos lembrar o movimento em espiral que propomos em outro momento da dissertação o qual, a partir da indistinção entre os sujeitos e os movimentos, acaba por produzir uma interpretação do sujeito sempre em relação ao próprio movimento.

Do mesmo modo em que propomos delimitar, no capítulo anterior, uma *formação discursiva da resistência contemporânea*, acreditamos ser possível neste momento circunscrever uma *formação discursiva da resistência urbana (soteropolitana)*. Em tal formação discursiva, a produção dos discursos teria como ponto de sustentação a mobilidade urbana, a preservação ambiental, sustentabilidade e o direito à cidade com pré-construídos. Associado a esse fator, no tocante à resistência na especificidade da cidade de Salvador, o apagamento do estereótipo da preguiça, a reatualização da memória de combatividade e a hiperpatrimonialização da cidade estariam atravessando o discurso produzido pela prática dos movimentos.

O EFEITO DE RESISTÊNCIA E A RESISTÊNCIA POSSÍVEL: UMA PROPOSTA

“Não há dominação sem resistência: primeiro prático da luta de classes, que significa que é preciso ‘ousar se revoltar’”

Michel Pêcheux

No capítulo três de seu *Sobre a reprodução*, Louis Althusser propõe-se a responder à pergunta “O que é um modo de produção?”. Althusser ([1995], 2008), para isso, retorna a Marx, começando pela rejeição do intelectual e filósofo alemão em relação à noção de sociedade em favor da noção de *formação social*. Sobre esse aspecto, Althusser faz questão de esclarecer que “não se trata de substituir simplesmente uma palavra por outra” (Althusser, [1995] 2008, p. 42), pois, ao contrário da noção de formação social, a noção de sociedade estaria recoberta de ressonâncias morais, religiosas, jurídicas etc. e, como tal, tratar-se-ia de uma noção ideológica. Assim, o investimento de Marx na formação social teria a ver com o fato deste ser “um conceito científico enquanto faz parte de um *sistema teórico* de conceitos, completamente estranho ao sistema de noções ideológicas ao qual se refere a noção idealista de ‘sociedade’” (Althusser, [1995], 2008, p. 42).

E neste sistema teórico complexo a noção de *modo de produção* é fundamental na medida em que exerce um papel de base. De modo extremamente didático, porém profundamente teórico, Althusser põe a relação entre formação social e modo de produção da seguinte forma:

Uma formação social designa toda a “sociedade concreta” historicamente existente, e que é *individualizada*, portanto, distinta de suas contemporâneas e de seu próprio passado, pelo modo de produção que domina aí. É assim que se pode falar das formações sociais ditas primitivas, da formação social romana escravista, da formação social francesa de servidão (“feudal”), da formação social francesa capitalista, de tal formação social “socialista” (em vias de transição para o socialismo), etc. (Althusser, [1995] 2008, p. 42).

A constituição do modo de produção dar-se-ia na unidade entre *forças produtivas*, de um lado, e *relações de produção*, de outro. No que tange a essa constituição, a especificidade da leitura que Althusser faz de Marx recai no fato de que, segundo o filósofo

francês, embora a base material da unidade forças produtivas/relações de produção seja as forças produtivas, tais forças “nada seriam se não estivessem em condições de funcionar [...] elas só podem funcionar *em e sob* suas relações de produção” (Althusser, [1995] 2008, p. 43-44). Esta tese, geralmente não reconhecida pelos marxistas, leva a dizer que as relações de produção são as que desempenham o papel determinante.

Este modo de produção (constituído pela unidade entre as forças produtivas e as relações de produção, e que tem como base material as forças produtivas, mas que tem as relações de produção como determinantes) é fundamental à formação social, na medida em que “toda formação social concreta depende de um modo de produção *dominante*”. (Althusser, [1995] 2008, p. 42). É sobre esse ponto em específico que começamos a delinear nossas considerações finais em torno da resistência e de seu funcionamento como *efeito*.

Ao afirmar que toda formação social concreta depende de um modo de produção dominante, Althusser salienta o enquadramento sócio-histórico que se configura no marxismo-materialismo implicado no fato de que “em toda formação social, exista mais de um modo de produção: pelo menos, dois e, por vezes, muito mais. No conjunto desses modos de produção, um deles é dito *dominante* e os outros dominados” (Althusser, [1995] 2008, p. 42). Dada essa pluralidade de modos de produção na constituição da formação social, Althusser, na contramão das leituras não materialistas de Marx, vai compreender que tais modos de produção se relacionam de modo contraditório. Em outras palavras, significa dizer que a maneira como os modos de produção se relacionam na formação social não se baseia numa relação em que as formas dominadas buscam livremente e conscientemente se sobrepor, pelo antagonismo explícito, ao modo de produção dominante. Trata-se, antes de qualquer aspecto, de uma relação que se dá contraditoriamente em que os modos de produção da e na formação social “se enfrentam”, mas também “se traduzem através de sua história” (Althusser, [1995], 2008, p. 43).

O efeito de fecho que buscamos apresentar aqui retoma contundentemente nosso amparo na perspectiva discursiva da resistência que se desenha na produção intelectual de Michel Pêcheux. É por isso que a leitura materialista da formação social que Althusser empreende nos é cara, tendo em vista a relação que se estabelece entre Michel Pêcheux e Louis Althusser. O modo como Althusser *faz sentido* para Pêcheux é extremamente

importante em nossa reflexão, visto que a leitura althusseriana de uma formação social sustentada por modos de produção plurais e contraditórios (embora tenha um dominante) produz efeito na Análise de Discurso que Pêcheux propõe relacionando a resistência (no histórico e no simbólico) à contradição.

A relação Althusser-Pêcheux, no ponto específico que leva à formulação da noção de discurso por Pêcheux, toca diretamente a problemática da eficácia da estrutura na/da formação social, tal como esta problemática é pensada por Althusser em seu gesto dissidente das interpretações hegelianas. *Discurso y subjetividad. Michel Pêcheux: hacia una teoría de las garantías ideológicas*, texto de Pedro Karczmarczyk, nos ajuda a compreender esta questão. Nele, Karczmarczyk (2013) apresenta as condições de produção do nascimento da noção de discurso que sinalizavam uma encruzilhada teórica em torno do pensamento estrutural da problemática da eficácia da estrutura o qual, por sua vez, tem na noção de sobreterminação um ponto central para o pensamento althusseriano e, conseqüentemente, para Pêcheux. Karczmarczyk propõe:

A fin de radicalizar su análisis, rompiendo con una concepción idealista de la naturaleza de la eficacia de la ideología, que operaría por medio de la “acción de las ideas”, Althusser precisa distinguir entre ideologías particulares, insertas en aparatos ideológicos específicos, de validez histórica restringida, y la ideología en general, de la que Althusser afirma que posee validez histórica ilimitada, la que remite al mecanismo general con el que opera la ideología, exhibiendo que su eficacia es independiente de la causalidad de las ideas: interpelación, existencia de la ideología como práctica, reconocimiento-desconocimiento, constitución de los individuos como sujetos sometidos al Sujeto, sujetos que encuentran en éste una garantía que ratifica las evidencias que constituyen “su mundo”, su sentido de lo natural, etc. (Karczmarczyk, 2013, p. 04)

Todo este desdobramento desemboca propriamente numa reflexão que insere a linguagem no mecanismo da interpelação ideológica. E tal inserção, na figura do filósofo francês Michel Pêcheux, relaciona propriamente a linguagem, o sujeito e a ideologia na constituição de um *proceso discursivo* que não dispensa a contradição. Como dissemos no início desta dissertação, é tomando o materialismo como base que a Análise de Discurso vai se sustentar a partir do pressuposto que destaca a historicidade em sua relação com a constituição simultânea do sujeito e do sentido. Perspectiva que nos leva a considerar o sujeito como sujeito *na* história e não sujeito *da* história.

Esta observación, que señala la necesidad de pensar la intervención del lenguaje en el mecanismo de la interpelación mediante el que se establecen y se conservan las asimetrías y diferencias entre los agentes en el sistema de producción, en la reproducción de las relaciones de producción, fue el punto de partida de los desarrollos de uno de los discípulos de Althusser, Michel Pêcheux, quien llevó a su expresión lógica las observaciones seminales de las que nos venimos ocupando, proponiendo un nuevo concepto, el de “proceso discursivo”, que según la pretensión de Pêcheux constituye el nuevo objeto (ver 1975: 269) de una ciencia a desarrollar: la teoría del discurso (ver 1975: 31) (Karczmarczyk, 2013, p. 04)

Ao tomarmos essas colocações, estamos apenas reiterando o processo complexo da contradição como estruturante das formações sociais, o que nos faz ficar atentos aos contextos discursivos de antagonismo marcado. Considerando o funcionamento da contradição em nossa formação social, propriamente no modo como uma formação social está sustentada no contraponto contraditório dos modos de produção que as constituem, bem como o funcionamento dos discursos dos movimentos sociais pela oposição, chegamos à formulação do que entendemos constituir um *efeito de resistência*.

Dois pontos constantemente ressaltados ao longo da dissertação nos fizeram chegar a esta formulação. O primeiro diz respeito ao modo com a *oposição* se torna uma evidência em nossa formação social, sobretudo no que diz respeito à caracterização dos movimentos, que se sobrepõe (silenciando/apagando) o funcionamento efetivo da contradição.

O segundo enfatiza a contradição estabelecida na reiteração do *mesmo* por uma posição discursiva constituída e formulada como contrária e que, por *ser* contrária, se apresenta (se intenta) como propositora do *novo*. Esse segundo ponto pode ser melhor compreendido se retornarmos a alguns momentos da análise em que foi possível mostrar, por exemplo, um certo tipo de ilusão jurídica em que os movimentos são pegos. A consensualidade produzida pelo aparelho jurídico sustenta o dizer dos movimentos de modo que eles não se apresentem como ponto de resistência revolucionária, ponto de escape, furo no social, mas, ao contrário, em seu modo de formular suas questões, demandas, conflitos e formas de solucioná-los, passem a ser mais um ponto de reprodução do modo de produção capitalista.

Diante disso, o efeito de resistência busca circunscrever uma discursividade que se constitui no lugar da oposição (lugar a partir do qual se pretende instituir uma prática de resistência) mas que funciona efetivamente na/a partir da contradição (porque retoma e

ratifica as práticas daqueles que são alvo de seu antagonismo). Faz-se necessário, porém, chamar atenção para o fato de que não buscamos apagar ou substituir a noção de resistência, visto que a resistência é constitutiva da relação entre o histórico e o simbólico, necessária para o processo de significação. O efeito de resistência, de modo mais pontual, refere-se aos *processos de identificação* que se ancoram na oposição e no antagonismo. Trata-se, então de uma formulação que nos leva a considerar a resistência como um *efeito* no âmbito das discursividades estruturadas no antagonismo, tal como a discursividade da reivindicação.

Ao longo de nosso trabalho de pesquisa fomos paulatinamente mostrando que o discurso dos movimentos sociais se estrutura na oposição-conciliação, embora fosse apenas a evidência da oposição que estivesse sendo reiterada a todo instante. Por um lado, as definições sociológicas que trouxemos aqui chamam atenção para esse antagonismo que “define interesses incompatíveis com a ordem política vigente” (cf. Santos, 2008). Por outro lado, o modo como o discurso dos movimentos se estrutura retoma esse antagonismo nos modos de significar o sujeito, a cidade e a própria prática da resistência. Nesse aspecto, lembremos as formulações *lutar, defender, enfrentar* que explicitam e marcam o antagonismo, e outras como *a cidade que queremos* a qual põe em jogo um vir a ser não/nunca realizado em sua relação com um sentimento de insatisfação sempre presente.

No âmbito do antagonismo, qualquer deslocamento poderia ser encarado como “vitória da oposição”. Para nós, isso apagaria o funcionamento efetivo da contradição enquanto estruturante. Daí o porquê formulamos a resistência enquanto efeito nesse tipo de discursividade dado no contraponto oposição-contradição. Desse modo, ao formularmos a resistência como efeito, estamos assumindo tanto um posicionamento teórico quanto um posicionamento político.

Considerar a resistência como efeito na discursividade antagonista da reivindicação implica teoricamente em chamar atenção para o fato de que a discussão da resistência não (pode) estar presa a determinados espaços discursivos. A resistência, como insistentemente buscamos trazer aqui, não está localizada nem num projeto intencional do sujeito, nem no enfrentamento de dois mundos (ou classes) diferentes como que tivessem ideologias próprias. Ela se dá no fluxo e no atravessamento do real da história e o real do simbólico. Na falha e na contradição. No ritual que se quebra, se estilhaça. Na tomada de uma palavra

por outra. Se assim o é, por que, no âmbito da Análise do Discurso, a resistência parece estar circunscrita a determinadas discussões? Por que ela é tema presente apenas quando se focaliza embates de posicionamentos discursivos, mas tangenciada ou simplesmente silenciada quando esses embates não são o foco? Em outras palavras, por que tratar a resistência apenas em termos de *contra-identificação/desidentificação*?

Nesse ponto, retomamos a discussão empreendida por Suzy Lagazzi em *Delimitações, inversões, deslocamentos em torno do Anexo 3*, texto pelo qual a autora busca retornar ao tema da desidentificação. Lagazzi (2013) retorna a esse tema por considerar que as pesquisas em Análise de Discurso têm se esquecido, ao mobilizar constantemente tal noção, de que Pêcheux efetuou um trabalho de retificação da teoria, tomando especificamente o ponto da desidentificação.

Lagazzi percorre os desdobramentos da retificação de Pêcheux apresentados no Anexo 3 do *Semântica e Discurso*, relacionando tais desdobramentos a dois outros textos fundamentais à teoria discursiva: o próprio *Delimitações, inversões, deslocamentos*, como o título de seu texto anuncia, e o *Freud e Lacan*, de Althusser. Desse modo, a autora propõe:

No que diz respeito à contra-identificação, é importante que não deixemos de prestar atenção que o investimento de Pêcheux se faz focado no sujeito da enunciação para especificar “modalidades discursivas do funcionamento subjetivo”! E quanto à desidentificação, sua definição como uma “tomada de posição não-subjetiva” na “prática política do proletariado” em que a “ideologia funciona às avessas” não deixa dúvida de que ela é o ponto sobre o qual a retificação implacável de Pêcheux incide quando afirma ter chegado à “possibilidade de uma espécie de *pedagogia da ruptura das identidades imaginárias em que o sujeito se encontra*, logo a possibilidade de uma ‘interpelação às avessas’ atuando na prática do proletariado” [...]. Ler sobre o processo de identificação em *Delimitações*, em Freud e Lacan e no Anexo 3 nos impede de reduzirmos esse processo a “uma modalidade discursiva do funcionamento subjetivo” e muito menos levarmos a sério a ilusão de um ego-sujeito-pleno em que nada falha. (Lagazzi, 2013, p. 328).

Em outras palavras, Lagazzi chama atenção para o processo de retificação que Pêcheux empreendeu, buscando mostrar o reconhecimento deste autor em relação à noção de desidentificação enquanto noção que permitia um retorno idealista à interpretação da ideologia e, conseqüentemente, da resistência. Para a autora, é importante considerar os processos de identificação que tomam corpo nas diversas filiações discursivas em que o sujeito pode ancorar-se. Desse modo, se os sujeitos podem provocar o furo no social é,

sobretudo, porque eles são suportes daquilo que produz a resistência: o simbólico e o histórico. Em síntese, a resistência NO sujeito, mas não DO sujeito:

[...] o fato de que os homens são sujeitos empenhados na fascinante tarefa de suportar o simbólico, deu a Pêcheux o mote de compreender o sujeito na sua possibilidade de produzir “furos no social”: pela resistência, tomada naquilo que nos especifica como animais humanos! Somos sujeitos à linguagem na história. Pêcheux é consequente com a concepção materialista de sujeito, que sempre o manteve brigando por Althusser, sem nunca abrir mão dessa filiação. (Lagazzi, 2013, p. 330).

Se a resistência se dá nesse processo integralmente linguístico e integralmente histórico, isto é, no acontecimento do discurso, nos entremeios dos efeitos de sentidos que sempre podem vir a serem outros, não se pode enjaular a resistência a certos contextos discursivos. A resistência pode vir a acontecer quando *se fala*. Quando *se fala sobre*. Isto é, a resistência está no gesto de tomar a palavra.

Basta uma nova palavra para desembaraçar o espaço duma pergunta, aquela que não tinha sido posta. A nova palavra abala as antigas, e faz o vazio para a nova pergunta. A nova questão põe em questão as antigas respostas, e as velhas questões adormecidas debaixo delas. Ganha-se aí uma nova visão da coisa. (Althusser, 1974, p.34)

Esse posicionamento teórico nos conduz imediatamente a nosso posicionamento político: é preciso que *se fale sobre*. O trabalho de *falar sobre* mobiliza uma série de condições de produção e abre o espaço para a diferença, pois falar sobre é um trabalho que mobiliza uma *relação a*. Embora queiramos aqui reforçar que a resistência não está nas mãos dos sujeitos, não podemos esquecer que é preciso um sujeito que *fale sobre* para que a irrupção da resistência, tal como uma nova palavra que desembaraça o espaço duma pergunta, possa acontecer.

Quando colocamos em questão uma discursividade (a da reivindicação, do antagonismo) em que a resistência funciona como efeito, estamos querendo considerar o recobrimento da oposição evidente sobre a contradição efetiva e propor que qualquer deslocamento que venha daí decorre do funcionamento da contradição e não necessariamente porque uma oposição foi construída. Mas é preciso também considerar que, quando um movimento social toma uma questão específica como pauta, toda uma

produção discursiva se fará em torno dessa questão. E, como dissemos, *falar sobre* tal questão é a possibilidade de acontecimento da resistência. Nesse sentido, embora critiquemos o voluntarismo que se constrói no lugar do antagonismo de tal modo que não vê suas contradições, não podemos dispensar os movimentos sociais como possibilidade de *movimento do e no social*.

Essa questão, que se cola ao nosso posicionamento teórico, tem por base o que Pêcheux nos propõe em seu Anexo 3:

Retraçar a vitória do lapso e do ato “falho” nas falhas da interpelação ideológica não supõe que se faça agora do inconsciente a fonte da ideologia dominada [...]. Não estamos, com isso, querendo sugerir que o lapso ou o ato falho seriam, como tais, as bases históricas de constituição das ideologias dominadas; a condição real de sua disjunção em relação à ideologia dominante se encontra na luta de classes como contradição histórica motriz (um se divide em dois) e não em um mundo unificado pelo poder de seu mestre. (Pêcheux, [1975] 2009, p. 278).

Em síntese, o sujeito, como suporte, participa dos processos discursivos através dos quais a resistência pode vir a ser. O sujeito está nesse processo. E é indispensável.

Ao considerarmos a resistência como efeito no âmbito do antagonismo, estamos querendo “sacudir” as interpretações que podem vir a acontecer em referência a expressões como “conquistas do feminismo”, “vitória do MST”, “a voz das ruas venceu”, que apagam completamente o todo complexo contraditório em que tais “vitórias e conquistas” se assentam. Sacudir, isto é, escutar o equívoco que podem ser produzidos por essas falas em determinadas condições de produção, mas não silenciar o contexto dos movimentos em que tais falas acontecem.

Como dissemos no segundo capítulo, no momento de nossas primeiras análises, não buscamos aqui invalidar o discurso dos movimentos sociais, mostrando que eles são “contraditórios”. Buscamos dar visibilidade ao fato de que há um cruzamento de discursividades em sua produção discursiva e, por tal fato, na intenção do novo muitas vezes há apenas a ratificação do já-posto. Em nossa formação social capitalista, esta parece ser a *resistência possível*. A crescente eclosão de movimentos, atitudes e “práticas de resistência” é muitas vezes tomada como modismo ou rebeldia sem causa. Contudo, ao trazermos para a análise o funcionamento de dois movimentos sociais contemporâneos, pudemos perceber que a resistência é um movimento possível que pode vir a acontecer no

momento em que o sintoma de que “algo vai mal” se instala produzindo brechas no ritual. A resistência, desse modo, procura seus espaços, abafada por uma estrutura que nega a resistência “ao” sujeito, oferecendo a ele o seu modo adequado de resistir.

A resistência possível é esta da oposição que mascara a contradição. Aquela em que o sujeito, consciente de si, põe-se no lugar do contrário e, imaginando propor voluntariamente algo novo, reforça o mesmo. Se, no segundo capítulo, dizíamos que a oposição (e aqui podemos ler oposição como resistência possível) vem de onde se espera que ela venha, agora acrescentamos: a resistência vem de onde se espera que ela venha e acontece pelos modos através dos quais se espera que aconteça.

Diante desse cenário, retomamos duas falas de Michel Pêcheux a partir das quais podemos compreender as relações da resistência possível com a resistência constitutiva. No modo de produção capitalista, há, como vimos, o delineamento de uma resistência possível que encarcera e barra o deslocamento pelo modo como a oposição se torna uma evidência. Mas também há, no processo em que uma questão (ou *demanda*, para falarmos a língua dos movimentos) se torna uma questão, a possibilidade do equívoco e da resistência que podem ser produzidos quando os sujeitos se aventuram a tomar a palavra. Assim, se por um lado, “a arte de anestesiar as resistências, de absorver as revoltas no consenso e fazer abortar as revoluções fez certamente grandes progressos” (Pêcheux, [1979] 2011, p. 92), por outro, “é preciso ousar se revoltar [...] é preciso ousar pensar por si mesmo” (Pêcheux, [1975] 2009, p. 281).

REFERÊNCIAS

ALBERGARIA, Roberto. *O que é Identidade Cultural*. Salvador: UFBA, 2001 Disponível em: <<http://www.sbpccultural.ufba.br/>>. Acesso em 07 jun. 2013.

ALTHUSSER, Louis. *Sobre a reprodução*. Petrópolis: Editora Vozes, [1995] 2008.

_____. Resposta a Jhon Lewis. In: ALTHUSSER, Louis. *Posições I*. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

_____. O marxismo como teoria finita. In: *Revista Outubro*, nº 2. São Paulo: Instituto de Estudos Socialistas, [1978] 1998, p. 63-73.

_____. A corrente subterrânea do materialismo do encontro. In: *Revan: revista crítica marxista*, Rio de Janeiro, [1982], 2005.

BARBOSA FILHO, Fábio Ramos. *A escrita urbana nos (des)limites do (im)possível*. 113f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas. 2012

BRITTO, Patrícia Duarte de. A (Des)construção representacional do Partido dos Trabalhadores na Revista Veja. In: CELLI – COLÓQUIO DE ESTUDOS LINGUÍSTICOS E LITERÁRIOS. 3, 2007, Maringá. *Anais...* Maringá, 2009, p. 1913-1923.

BOBBIO, Norberto. *Dicionário de política*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

CADENA, Nelson. Salvador 464 anos: a polêmica em torno da data de sua fundação. Disponível em <http://www.ibahia.com/a/blogs/memoriasdabahia/2013/03/20/salvador-464-anos-a-polemica-em-torno-da-data-de-sua-fundacao/> Acesso em 13 jun 2013.

CARNEIRO, Henrique. Rebeliões e ocupações de 2011. In: HARVERY, David et al. *Occupy: movimentos de protesto que tomaram as ruas*. São Paulo: Boitempo/Carta Maior, 2012. p. 07-14.

CAVA, Bruno. Occupy: a democracia real como construção da indignação. In: *Lugar comum*, n 39, Rio de Janeiro: Rede Universidade Nômade, 2012. n/p.

CHERSO, Francesco Patrizi da. *A cidade feliz*. Campinas: Editora da Unicamp, 2011.

COURTINE, Jean-Jacques. *Metamorfoses do discurso político: as derivas da fala pública*. São Carlos: Claraluz, 2006.

_____. *Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos*. São Carlos: EdUFSCAR, 2009.

DANTAS NETO, Paulo. “Surf” nas ondas do tempo: do carlismo histórico ao carlismo pós-carlista. In: *Caderno CRH*, Salvador, n. 39, 2003, p.213-255.

DECCA, Maria Guzzo. Movimentos sociais: metodologia e fontes. In: CASALECCHI, Josér Enio; TELAROLLI, Rodolpho (org.). *Movimentos sociais: anais do IV Encontro Regional de História de São Paulo*. ANPUH/UNESP: Araraquara, 1980. p.27-25.

FEDATTO, Carolina. *Um saber nas ruas: o discurso histórico sobre a cidade brasileira*. 183f. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas. 2011.

FELBECK, David. *Introdução aos mecanismos de resistência mecânica*. São Paulo: Edgard Blucher, 1971.

FIORI, José Luiz. *O capitalismo e suas vias de desenvolvimento*. 2006. Disponível em: <http://www.fpabramo.org.br/o-que-fazemos/editora/teoria-e-debate/edicoes-anteriores/entrevista-o-capitalismo-e-suas-vias-de-des>. Acesso em: 12/nov.

FUNARI, Pedro; PELEGRINI, Sandra (Org.). *Patrimônio histórico e cultural*. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

GOHN, Maria da Glória. *História dos movimentos e lutas sociais: a construção da cidadania dos brasileiros*. São Paulo: Editora Loyola, 1995.

GOULART, Michel. 10 revoltas que aconteceram na Bahia. In: História digital. 02 jul 2012. Disponível em <http://www.historiadigital.org/curiosidades/10-revoltas-que-ocorreram-na-bahia/> Acesso em 12 jun 2013.

HAROCHE, Claudine. *Querer dizer, fazer dizer*. São Paulo: Editora HUCITEC, 1992.

HARVEY, David. O direito à cidade. In: *Revista Piauí*, n. 82, 2013. Disponível em < <http://revistapiaui.estadao.com.br/edicao-82/tribuna-livre-da-luta-de-classes/o-direito-a-cidade>> Acesso em 02 ago. 2013.

HERBERT, Thomas. Reflexões sobre a situação teórica das ciências sociais e, especialmente, da psicologia social. In: ORLANDI, Eni (Org.) *Análise de discurso: Michel Pêcheux – textos escolhidos por Eni Orlandi*. Campinas: Pontes Editores, [1966] 2011. p. 21-54

INDURSKY, Freda. *A fala dos quartéis e as outras vozes*. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.

JONAS, Adriano; ALMEIDA, Gilberto. Oligarquia, Mídia e Dominação Política na Bahia. In: *Organizações & Sociedade*. Salvador: UFBA, v. 11, n.30, 2004, p. 103-115.

KARCZMARCZYK, Pedro. Discurso y subjetividad. Michel Pêcheux hacia una teoría de las garantías ideológicas. In: *Décalages: an Althusser Studies Journal*, v. 1, California: Occidental College, 2013.

KATZ, Helena. *Helena Katz comenta o corpo nas manifestações*. Disponível em <<http://idanca.net/como-e-que-a-gente-pode-participar-de-um-pais-que-quer-transformacoes/>> Acesso em 17 jul. 2013.

KAUFMANN, Pierre. *Dicionário enciclopédico de psicanálise: o legado de Freud e Lacan*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

KOWARICK, Lúcio Félix Frederico. Movimentos Urbanos No Brasil Contemporâneo: Uma Análise de Literatura. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 1, n.3, 1987. p. 38-50.

LAGAZZI-RODRIGUES, Suzy Maria. *A discussão do sujeito no movimento do discurso*. 98f. Campinas: Unicamp, 1998. Tese (doutorado). Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem.

LAGAZZI, Suzy. *O desafio de dizer não*. Campinas: Pontes, 1988.

_____. O confronto político urbano administrado na instância jurídica. In: ORLANDI, Eni (Org.). *Discurso e políticas públicas urbanas: a fabricação do consenso*. Campinas: Editora RG, 2010, p. 75-84.

_____. Delimitações, inversões, deslocamentos em torno do Anexo 3. In: LAGAZZI, Suzy; ROMUALDO, Edson; TASSO, Ismara. *Estudos do texto e do discurso: o discurso em contrapontos – Foucault, Maingueneau, Pêcheux*. São Carlos: Pedro&João Editores, 2013. p. 311-332.

MACHADO DA SILVA, Luiz Antônio; ZICCARDI, Alicia. Notas para uma discussão sobre “movimentos sociais urbanos”. In: MACHADO DA SILVA, Luiz Antônio *et al.* *Movimentos sociais urbanos, minorias étnicas e outros estudos*. Brasília: ANPOCS, 1983.

MALDIDIDER, Denise. *A inquietação do discurso: (re)ler Michel Pêcheux hoje*. Campinas: Pontes, 2003.

MARIANI, Bethania. Questões sobre a solidariedade. In: ORLANDI, Eni. (Org.). *Cidade atravessada: os sentidos públicos do espaço urbano*. Campinas: Pontes, 2001, p. 43-50.

_____. Pontuando sentidos em trânsito. In: *Escritos 8*. Campinas: Labeurb, 2004, p. 17-23.

MARICATO, Ermínia. É a questão urbana, estúpido!. In: MARICATO, Ermínia *et al.* *Cidades rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo/Carta Maior, 2013, p. 19-26.

- MORA, José Ferrater. *Dicionário de filosofia*. São Paulo: Loyola, 2000-2001.
- MOURA, Milton. Identidade. In: RUBIM, Antônio (Org.). *Cidade e atualidade*. Salvador: EDUFBA, 2005, p. 77-91.
- MUMFORD, Lewis. *A cidade na história: suas origens, transformações e perspectivas*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- NAVES, Márcio Bilharinho. Democracia e dominação de classe burguesa. In: *Crítica marxista*, n 04, Campinas, IFCH/Unicamp, 1997, p. 58-66.
- NUNES, Sílvia Regina. *A geometrização do dizer no discurso do infográfico*. 190f. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas. 2012.
- OLIVEIRA, Sheila. *Cidadania: história e política de uma palavra*. Campinas: Pontes Editores; RG Editores, 2006.
- ORLANDI, Eni; RODRIGUÉZ-ALCALÁ, Carolina. A produção do consenso nas políticas públicas urbanas: entre o administrativo e o jurídico (CAeL). In: *Escritos 8*. Campinas: Labeurb, 2004, p. 11-23.
- ORLANDI, Eni. Argumentação como observatório do político. In: *Fórum Linguístico*, n 1, Florianópolis, 1998, p. 73-81.
- _____. N/O limiar da cidade. In: *Rua*, num. esp. Campinas: Nudecri/Unicamp, 1999.
- _____. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. Campinas: Pontes, 2001
- _____. *Cidade dos sentidos*. Campinas: Pontes, 2004.
- _____. A noção da materialidade. Vídeo: Reunião de trabalho do Grupo DICIT. Campinas: Unicamp/Labeurb. 2007a. Disponível em <<http://www.labeurb.unicamp.br/portal/pages/videos/verVideo.lab?id=28>>. Acesso em 01 jul. 2013.
- _____. O sujeito discursivo contemporâneo: um exemplo. In: FERREIRA, M.C; INDURSKY, F. *Análise do discurso no Brasil: mapeando conceitos, confrontando limites*. São Carlos: Claraluz, 2007b, pp.11-20.
- _____. Análise de discurso. In: LAGAZZI-RODRIGUES, Suzy; ORLANDI, Eni. (Org.). *Introdução às ciências da linguagem: discurso e textualidade*. 2. ed. Campinas: Pontes Editores, 2010a, p. 11-31.
- _____. Maio de 68: os silêncios da memória. In: ACHARD, Pierre. *O papel da memória*. 3. ed. Campinas: Pontes Editores, 2010b, p. 59-71.

_____. A fundação de um Estado: cidade de São Salvador, Brasil. In: *Caderno de estudos linguístico*, n 53(2), Campinas: Unicamp, 2011, p. 101-112.

_____. *Discurso em análise: sujeito, sentido e ideologia*. Campinas: Pontes Editores, 2012.

PÊCHEUX, Michel. “Delimitações, inversões, deslocamentos”. In: *Caderno de estudos linguístico*, n 19, Campinas: Unicamp, [1982] 1990, p. 07-24.

_____. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. 4. ed. Campinas: Editora da Unicamp, [1975] 2009.

_____. Análise automática do discurso (ADD-69). In: GADET, Françoise; HAK, Tony (Org.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. 4. ed. Campinas: Editora da Unicamp, [1969], 2010, p. 59-158.

_____. “A língua inatingível”. In: ORLANDI, Eni. (Org.) *Análise de discurso: Michel Pêcheux – textos escolhidos por Eni Orlandi*. Campinas: Pontes Editores, [1992] 2011, p. 93-105.

_____. Foi “propaganda” mesmo que você disse?. In: ORLANDI, Eni (Org.) *Análise de discurso: Michel Pêcheux – textos escolhidos por Eni Orlandi*. Campinas: Pontes Editores, [1979] 2011. p. 73-92

_____. Língua, “linguagens”, discurso. In: ORLANDI, Eni (Org.) *Análise de discurso: Michel Pêcheux – textos escolhidos por Eni Orlandi*. Campinas: Pontes Editores, [1971] 2011. p. 121-129

PFEIFFER, Cláudia. Cidade e sujeito escolarizado. In: ORLANDI, Eni. (Org.). *Cidade atravessada: os sentidos públicos do espaço urbano*. Campinas: Pontes, 2001, p. 29-34.

RANCIÈRE, Jacques. *Entrevista com Jacques Rancière sobre os Movimentos de Ocupação e a Democracia*. São Paulo: Fórum, 17 jan. 2012. Disponível em: <http://revistaforum.com.br/conteudo/detalhe_noticia.php?codNoticia=9667%2Fentrevista-com-jacques-ranciere-sobre-os-movimentos-de-ocupacao-e-a-democracia>. Acesso em: 26 jan. 2012.

RISÉRIO, Antonio. *Uma história da cidade da Bahia*. Rio de Janeiro: Versal, 2004

SANTOS, Regina Bega. *Movimentos sociais urbanos*. São Paulo: Editora UNESP, 2008.

SENNETT, Richard. *O declínio do homem público*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

ZIZEK, Slavoj. O violento silêncio de um novo começo. In: HARVERY, David et al. *Occupy: movimentos de protesto que tomaram as ruas*. São Paulo: Boitempo/Carta Maior, 2012. p. 15-26.

ZOPPI-FONTANA, Mônica. *Cidadãos modernos: discurso e representação política*. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.

_____. É o nome que faz a fronteira. In: INDURSKY, Freda; FERREIRA, Maria Cristina Leandro (Org.). *Os múltiplos territórios da Análise do Discurso*. Porto Alegre: Editora Sagra Luzzatto, 1999, p. 202-215.

_____. Arquivo jurídico e exterioridade: a construção do *corpus* discursivo e sua descrição/interpretação. In: GUIMARÃES, Eduardo; BRUN DE PAULA, Miriam (Org.). *Sentido e memória*. Campinas: Pontes, 2006, p. 93-116.

_____. A cidade se mexe: da bicicleta ao Cycle Chic. In: *Caderno de estudos linguístico*, n 53(2), Campinas: Unicamp, 2011, p. 179-196.